

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Marcia Calhes Paixão

**O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente:
uma reflexão sobre suas consequências políticas**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2020

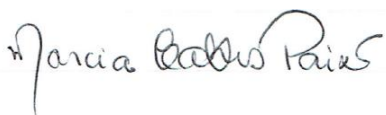
Marcia Calhes Paixão

**O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente:
uma reflexão sobre suas consequências políticas**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social, sob orientação da Profª Dra. Maria Carmelita Yazbek.

**São Paulo
2020**

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos

Assinatura 

Data 28/09/2020

e-mail marciacpaixao4@gmail.com

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Paixão, Marcia Calhes

O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente: uma reflexão sobre suas consequências políticas / MarciaCalhes Paixão. -- São Paulo: [s.n.], 2020.
208p ; cm.

Orientador: Maria Carmelita Yazbek.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (Mestrado Profissional) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

1. Serviço Social . 2. trabalho profissional . 3. projeto ético-político vigente; . 4. consequências políticas do trabalho profissional. I. Yazbek, Maria Carmelita. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

Marcia Calhes Paixão

**O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente:
uma reflexão sobre suas consequências políticas**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social, sob orientação da Profª Dra. Maria Carmelita Yazbek.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Carmelita Yazbek (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Presidente

Profª Drª Raquel Raichelis Degenszajn
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profª Drª Maria Lucia Martinelli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profª Drª Maria Rosangela Batistoni
Universidade Federal De São Paulo

Profª Drª Carina Berta Moljo.
Universidade Federal de Juiz de Fora

*Com todo o meu amor,
ao meu pai (in memoriam), a minha mãe,
ao meu marido e ao meu filho.
Por vocês e com vocês foi possível tudo o que sou.*

Esta Tese foi desenvolvida com o
apoio da Fundação São Paulo, mantenedora
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
sob a forma de concessão de bolsa de estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai (in memoriam) e a minha mãe pela minha vida, pelo amor incondicional, pela entrega, por tanta dedicação, tanta renúncia e tantos sacrifícios para que eu aprendesse a caminhar e a trilhar meus próprios já longos caminhos. Gratidão por sempre terem, cada um ao seu jeito, tão grande e verdadeiro interesse pela minha felicidade. Vocês vivem em mim.

Agradeço ao meu marido pelo companheirismo, pela cumplicidade, pelo incentivo e por nunca me deixar desistir. Gratidão pela compreensão e tolerância com tantas ausências nestes tempos de “fazer Tese” e por ter cuidado de tudo, absolutamente tudo, enquanto eu em nada pude ajudar. E foram tantos mimos e surpresinhas, tantas flores e comidinhas sensacionais neste tempo árduo que temo ter ficado ainda mais mal acostumada. Com você tenho aprendido a viver com mais leveza e a olhar o mundo com o coração. Saiba que tudo fica mais fácil ao seu lado. E que seja assim para sempre.

Agradeço a você meu filho, sobretudo por você existir. Foi por você que entendi a magia do amor incondicional e eterno. Saiba que sua presença me faz feliz todos os dias. Já se vão mais de 24 anos de muita felicidade. E como aprendemos juntos! Antes me emocionei com seus sucessos: firmar o pescoço, virar de bruços, engatinhar, encaixar uma peça no brinquedo, andar, falar, ler e escrever e tanto mais. Hoje você já caminha com confiança, traça seus rumos e é responsável pelas próprias decisões. Permaneço me emocionando e me orgulhando com seus sucessos e saiba que aprendo muito com você e com nossas conversas: você querendo me fazer entender sobre essa tal Inteligência Artificial e eu querendo que você veja que ela e a Automação, Instrumentação e Robótica (a Engenharia que você escolheu cursar) estão aí não exclusivamente como expressão do progresso da ciência, mas também para extinguir postos de trabalho e reproduzir a desigualdade social no mundo. E que é possível um outro mundo em que elas poderão estar a serviço de fins genuinamente humanos. Conversas deliciosas em tempos de Tese. Obrigada meu filho! Saiba que desejo te ver feliz e que eu possa continuar por perto, enquanto você constrói o seu caminho. Agora é a sua vez!

Agradeço também aos fraternos amigos e aos demais familiares pela torcida carinhosa e entusiasmada, até mesmo quando, por fadiga, achei que não fosse

conseguir. E agradeço-lhes também por compreenderem meu distanciamento neste 2020.

Minha enorme gratidão, com todo meu respeito e afeto à Profª Drª Maria Carmelita Yazbek, minha sempre Orientadora. Sua generosidade foi um verdadeiro alicerce para que eu vencesse muitas dificuldades neste jubiloso, mas longo e extenuante processo. Saiba que muitas vezes foram as suas palavras amáveis e encorajadoras que me impediram de abandonar esta caminhada.

Agradeço às estimadas e sempre professoras Drª Maria Rosangela Batistoni e Drª Raquel Raichelis, particularmente pelas ponderações precisas e desafiadoras no Exame de Qualificação do Projeto de Tese.

Agradeço às igualmente estimadas professoras Drª Carina Berta Moljo, Drª Maria Lúcia Martinelli e novamente às professoras Drª Maria Rosangela Batistoni e Drª Raquel Raichelis por aceitarem compor a Banca Examinadora desta Tese. Sinto-me honrada, mas acanhada por oferecer-lhes ao exame, material bastante discreto. A mesma gratidão e acanhamento às professoras Drª Amanda Guazelli e Drª Carola Carbajal Arregui. A condição de suplência é mera formalidade em razão da exigência dos regimentos administrativos, devoto-lhes a mesma posição de destaque, respeito e distinção.

Minha gratidão também aos demais professores do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da PUCSP, por tantos ensinamentos e às professoras, colegas na docência no Curso de Serviço Social da PUCSP pelo estímulo e pela compreensão por minhas eventuais ausências, especialmente nestes últimos tempos, quando precisei evitar dispersão para terminar esta complexa tarefa.

Aos discentes do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da PUCSP e aos discentes do Curso de Serviço Social da PUCSP, de hoje e de antes, pela oportunidade de diálogo e a alguns, particularmente, pelo incentivo direto.

Aos funcionários do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Acadêmica, da Pró Reitoria de Pós Graduação e da Secretaria do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da PUCSP pelo valioso apoio administrativo em vários momentos.

A Fundação São Paulo, pelo imprescindível apoio financeiro, mediante concessão da bolsa de estudo

*a emancipação das classes operárias
tem de ser conquistada pelas próprias classes operárias*
Marx

Proletários de todos os países, uni-vos!
Marx e Engels

RESUMO

PAIXÃO, Marcia Calhes. **O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente: uma reflexão sobre suas consequências políticas.** São Paulo, PUCSP, 2020.

Este estudo tem o trabalho do assistente social como nuclear e as consequências políticas deste trabalho profissional quando movido pelo projeto ético-político vigente como seu principal objeto. O referencial que serve à análise do objeto encontrou em Marx e na tradição marxista os fundamentos explicativos da realidade social; e em Yamamoto, Netto, Yazbek, Raichelis, Mota, Behring e outros os elementos explicativos da profissão. Para evidenciar o conteúdo do projeto ético-político vigente toma-se por referência sua explicitação, na legislação profissional e nos posicionamentos políticos manifestos pelos dirigentes das entidades representativas da profissão e dos profissionais. O caminho metodológico desta pesquisa envolve pesquisa bibliográfica e análise de material empírico. A exposição dos argumentos desenvolvidos está organizada em três capítulos. Este estudo perfaz que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente participa na disputa entre as classes sociais fundamentais na sociabilidade capitalista, participação sutil, de consequências modestas, nos limites próprios de uma profissão, mas que põe este trabalho a serviço dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, portanto consequências de âmbito político e decisivamente distintas daquelas promovidas por outro trabalho profissional mobilizado por outra direção teórico-metodológica e ético-política. No diminuto e imediato espaço de realização, por meio de cada procedimento que lhe é peculiar, nas multifacéticas situações concretas de atendimento este trabalho produz tensionamentos, enfrentamentos e recusas com sentido contra-hegemônico. Mas contraditoriamente estas consequências de natureza contra-hegemônicas são objetivadas na afirmação da garantia dos diversos direitos e suas respectivas políticas, programas e serviços públicos. Contraditoriamente é a disputa pela consolidação de um padrão de cidadania mínima (burguesa) que este trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente encontra o lugar para apoiar os interesses dos usuários, considerados na sua condições de classe trabalhadora no interior do peculiar ordenamento societário capitalista brasileiro, dependente e periférico, herdeiro da nossa peculiar formação econômica, política e social. Esta contradição interdita qualquer relação direta e instantânea entre as consequências políticas deste trabalho e o conteúdo emancipatório constante no projeto ético-político vigente. E, simultaneamente, é este conteúdo emancipatório o responsável pela dimensão contra-hegemônica dos tensionamentos, enfrentamentos e recusas efetivamente realizados pelo trabalho profissional assim movido. Conclui-se por este estudo que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente pode muito, mas não pode tudo. O que se fez com este estudo, foi colocá-lo em seu lugar possível.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; trabalho profissional; projeto ético-político vigente; consequências políticas do trabalho profissional.

ABSTRACT

PAIXÃO, Marcia Calhes. **Professional work moved by the current ethical-political project: a reflection on its political consequences.** São Paulo, PUCSP, 2020.

This study has the work of the Social Worker as the central point and the political consequences of this professional work when moved by the current ethical-political project as its main object. The reference that serves to the analysis of the object found in Marx and in the Marxist tradition the explanatory foundations of social reality; and in Yamamoto, Netto, Yazbek, Raichelis, Mota, Behring and others the explanatory elements of the profession. To highlight the content of the current ethical-political project, reference is made to it in the professional legislation and in the political positions expressed by the leaders of the entities representing the profession and professionals. The methodological path of this research involves bibliographic research and analysis of empirical material. The presentation of the arguments developed is organized in three chapters. This study makes it clear that professional work moved by the current ethical-political project participates in the dispute between fundamental social classes in capitalist sociability, subtle participation, with modest consequences, within the limits of a profession, but that puts this work at the service of immediate and historical interests of the working-class, therefore consequences of a political scope and decisively different from those promoted by other professional work mobilized by another theoretical-methodological and ethical-political direction. In the small and immediate space of accomplishment, through each procedure that is peculiar to it, in the multifaceted concrete attendance situations, this work produces tension, confrontations and refusals with a counter-hegemonic meaning. But contradictorily, these consequences of a counter-hegemonic nature are aimed at affirming the guarantee of the various rights and their respective public policies, programs and services. Contradictorily, it is the dispute for the consolidation of a minimum citizenship standard (bourgeois) that this professional work moved by the current ethical-political project finds the place to support the interests of users, considered in their working-class conditions within the peculiar Brazilian capitalist societal ordering, dependent and peripheral, heir to our peculiar economic, political and social formation. This contradiction forbids any direct and instantaneous relationship between the political consequences of this work and the emancipatory content contained in the current ethical-political project. And, at the same time, it is this emancipatory content that is responsible for the counter-hegemonic dimension of tension, confrontations and refusals effectively performed by the professional work thus moved. This study concludes that professional work moved by the current ethical-political project can do a lot, but it cannot do everything. What was done with this study, was to put it in its possible place.

KEYWORDS: Social Work; professional work; current ethical-political project; political consequences of professional work.

RESUMEN

PAIXÃO, Marcia Calhes. **El trabajo profesional movido por el proyecto ético-político vigente: una reflexión sobre sus consecuencias políticas**. São Paulo, PUCSP, 2020.

Este estudio se basa en la centralidad del trabajo que realiza el asistente social y las consecuencias de esta centralidad de trabajo profesional, orientado por el proyecto ético-político vigente como su objeto principal. El referencial que sirve al análisis del objeto buscó en Marx y en la tradición marxista, los fundamentos explicativos de la realidad social y en Iamamoto, Netto, Yazbek, Raichelis, Mota, Behring y otros, los elementos explicativos de la profesión del asistente social. Para evidenciar el contenido del proyecto ético-político vigente se utiliza como referencia su explicitación en la legislación de la profesión y los posicionamientos políticos manifestados por los dirigentes de las entidades representativas de la profesión y de los profesionales. La metodología de este estudio envolvió la pesquisa bibliográfica además del análisis empírico. La exposición de los argumentos desarrollados está organizada en tres capítulos. Este estudio considera que el trabajo profesional movido por el proyecto ético-político vigente participa de la disputa entre las clases sociales fundamentales en la sociabilidad capitalista, aunque sea una participación sutil, de consecuencias modestas, en los límites propios de la profesión, alcanzando los intereses inmediatos e históricos de la clase obrera y comprobando su influencia en el ámbito político, decisivamente distinto, por supuesto, de otras categorías de trabajo y sus influencias teórico-metodológicas y ético-políticas. El trabajo del asistente social, teniendo en cuenta el diminuto e inmediato espacio de su realización, así como sus multifacéticas situaciones de atendimento produce tensionamientos, enfrentamientos y rechazos en el sentido contra hegemónico. Por otro lado y contradictoriamente, estas acciones contra hegemónicas son objetivadas en la afirmación de las garantías de los diversos derechos sociales, sus respectivas políticas, programas y servicios públicos. Paradójicamente, es en la disputa por la consolidación de un patrón de ciudadanía mínima (burguesa) que el trabajo del asistente social sustentado por el proyecto ético-político vigente encuentra el lugar para apoyar los intereses de los ciudadanos, considerados en sus condiciones de clase obrera, en el interior de la organización social del capitalismo brasileño, dependiente, periférico y heredero de una peculiar formación económica, política y social. La contradicción, condición de los límites del alcance político del trabajo del asistente social, no impide, sin embargo, la constante relación de la profesión con el contenido emancipatorio constante en el proyecto ético-político vigente. Y, simultáneamente, es este contenido emancipatorio, responsable por la dimensión contra hegemónica de los tensionamientos, enfrentamientos y rechazos efectivamente realizados por el trabajo profesional, movido de esta forma. Se concluye por este estudio que el trabajo profesional orientado por el proyecto ético-político vigente puede mucho, pero, no puede todo. Lo que se hizo con este estudio fue ponerlo en su lugar posible.

PALABRAS LLAVES: servicio social, trabajo profesional, proyecto ético-político vigente, consecuencias políticas del trabajo profesional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABESS/CEDEPSS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social/Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AVC	Acidente Vascular Cerebral
Br	Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CID	Classificação Internacional de Doenças
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CELATS	Centro Latino-americano de Trabajo Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CFAS/CRAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais/Conselho Regional de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores

DF	Distrito Federal
Dr ^a	Doutora
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Ed.	Editora
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social
ERESS	Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fundação CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
NEAM	Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista
NETRAB	Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho e Profissão
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ORG.	Organizador (a)
ORGs.	Organizadores (as)
PEPGSS	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PROF ^a	Professora
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SESSUNE	Subsecretaria de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
CAPÍTULO I AS IDIOSSINCRASIAS DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E DO ESTADO NO BRASIL	47
CAPÍTULO II SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO, O TRABALHO PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO VIGENTE	87
2.1. O Serviço Social como profissão	89
2.2. O assistente social e seu trabalho especializado	97
2.3. O projeto ético-político vigente	112
CAPÍTULO III UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DO TRABALHO PROFISSIONAL MOVIDO PELO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO VIGENTE	127
3.1. Consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente no interior da sociabilidade capitalista.....	135
3.2. Consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente no processo de construção de outro ordenamento social e da emancipação humana.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	199

APRESENTAÇÃO

O *trabalho profissional* do¹ assistente social é objetivado em face a uma dada realidade e por um agente profissional que tem um dado domínio explicativo e interventivo. Profissional que recorre ao que sabe para realizar o que deseja, o que projeta, em dadas condições concretas.

Na condução de seu trabalho, põe-se ao assistente social acionar conhecimentos, meios e recursos, fazer escolhas, agir e produzir resultados.

Qualquer que seja o *projeto profissional* assumido pelo assistente social, ele se expressa ao longo do processamento do seu trabalho por meio da sua compreensão acerca da realidade, dos seus posicionamentos, das suas escolhas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

O processamento deste trabalho especializado, *apesar* da teleologia profissional assumida e empregada pelo assistente social, está plasmado por determinações advindas da realidade, das condições objetivas sob as quais este trabalho se realiza.

E este trabalho, apesar do projeto profissional ao qual o assistente social esteja vinculado, cumpre funções econômicas e políticas na sociedade regida pela lógica do capital.

A obra de Iamamoto (1982, 1999, 2001-a) -b), 2007, 2012, além de outros) já elucidou de maneira consistente, o significado social da profissão, *apesar* do projeto profissional ao qual o assistente social esteja vinculado. Ao desvendar a dimensão contraditória da profissão, a autora reconhece as possibilidades do trabalho profissional resultar em fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora, se vinculado a valores profissionais e societários contra-hegemônicos.

Considerando o acúmulo de conhecimento já produzido pelo Serviço Social nesta perspectiva, este estudo tem a *pretensão de prosseguir na busca por decifrar o significado do trabalho profissional quando movido pelo projeto ético-político vigente, particularmente em sua dimensão política*, na trama de relações que envolvem o processo de produção e reprodução da vida social.

¹ Embora o presente texto não tenha procedido à recomendada adequação de linguagem de gênero, adotando-se a forma masculina e feminina, solicita-se doravante sempre admiti-la como suposta, declarando desde aqui nossa recusa ao machismo, à misoginia e à homofobia, nosso compromisso na eliminação de todas as formas de preconceito, nosso respeito à diversidade e nossa reafirmação do direito à livre orientação e expressão sexual.

Embora a política (em seu sentido amplo e estrito) não seja objeto de análise teórica nesta Tese, é necessário tornar claro desde aqui que este termo é empregado em sua função adjetiva, para qualificar o sentido do trabalho profissional envolvido substancialmente na disputa por interesses distintos e na implicada associação de forças para vencer tal disputa na sociedade capitalista.

Historicamente localizada na sociabilidade do capital, a política (*latu sensu*) se refere aqui às atividades das classes sociais em disputa para fazer prevalecer seus interesses distintos – é a expressão da luta de classes no interior da sociabilidade capitalista, seja para mantê-la, seja para superá-la. Política aqui é

o que permite aos homens ultrapassarem os determinismos econômicos que os constitui, incorporando-os e transformando-os em meio de sua liberdade, em investimentos voltados para criar uma *nova forma ético política da vida em sociedade*. (IAMAMOTO, 2007, p. 227, grifos da autora).

Apoiada na obra marxiana e na tradição marxista clássica afirma-se que no modo de produção capitalista não há independência entre a instância econômica e a instância política, embora uma ou outra possa ganhar preponderância diferenciada na análise crítica dos vários aspectos da vida social. É o caso nesta Tese quando busca a dimensão política do trabalho profissional.

Este estudo tem a *profissão e o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente* como seu *tema* central e a reflexão analítica acerca das *consequências políticas* dele derivadas como seu principal *objeto*.

Ao colocar em evidência as consequências políticas o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, este estudo *objetiva* contribuir para o acúmulo teórico, reflexivo, analítico sobre um dos desafios atuais postos ao Serviço Social brasileiro: seu projeto ético-político em vigor tornado real no cotidiano de trabalho – sua exequibilidade em tempos tão adversos. *Objetiva* ofertar uma contribuição – indubitavelmente parcial e limitada – acerca da viabilidade do projeto ético-político vigente apoiar os interesses de seus usuários, *no estrito campo de possibilidades de uma profissão*. *Especificamente* pretende oferecer subsídios analíticos para elucidar o significado político do trabalho profissional *realizado* no cotidiano do atendimento direto à população, sob a orientação do projeto ético-político profissional.

Este trabalho acadêmico tem como *escopo* reafirmar o pensamento marxiano como referência analítica e interventiva para a formação e para o trabalho

profissionais, reafirmar a perspectiva de análise do Serviço Social como profissão e a intervenção do sujeito que a realiza como trabalho especializado inserido na divisão social e técnica, assim como reafirmar a viabilidade e exequibilidade do projeto ético-político vigente.

A partir desta angulação teórico-metodológica, o *caráter hipotético* deste estudo acerca do significado político do trabalho profissional orientado pelo projeto ético-político vigente, é antes, uma tomada de posição: parte da premissa de que há possibilidades ao trabalho profissional assim orientado resultar em fortalecimento dos interesses dos usuários na sua condição de sujeitos representativos dos diversos segmentos da classe trabalhadora² – *por meio de muitas mediações teóricas e interventivas* repercute em *consequências efetivas aos interesses de seus usuários enquanto sujeitos representativos de segmentos da classe trabalhadora, nos limites próprios desta profissão*. E ainda o caráter hipotético deste estudo supõe que do trabalho profissional singular movido pelo projeto ético-político vigente derivam consequências *distintas* de outro trabalho profissional, movido por outra projeção profissional e implicado em outra projeção societária.

Busca fazer uma reflexão de cariz crítico³, de forma a contribuir para responder a duas indagações moventes: *o que se altera quando o trabalho profissional se realiza movido pelo projeto ético-político vigente?* Portanto na pergunta já consta admitida que decorre deste trabalho profissional alguma (s) alteração (ções), a ser elucidada (s). E, *qual é o significado político desta (s) suposta (s) alteração (ções) em face aos interesses dos seus usuários*, na sua condição de sujeitos representativos da classe trabalhadora?

Prioriza a análise do trabalho do assistente social na *contemporaneidade*, inserido nos contraditórios cenários e tendências que particularizam a atualidade brasileira.

2. Embora o uso da expressão classe trabalhadora ao longo desta Tese consideramos uma noção ampliada da mesma preferindo entendê-la como a “classe-que-vive-do-trabalho” conforme especialmente Antunes (2009, p. 102-117), incluindo aqueles segmentos sem-trabalho, ou mesmo aquelas frações de miseráveis do ponto de vista das suas condições de vida e de trabalho, destituídas das condições para prover a si e aos seus.

3. No sentido de buscar capturar o movimento do processo real no qual o objeto deste estudo se insere, não em conhecê-lo a partir da nossa intencionalidade, mas a partir do que constitui os fundamentos do próprio processo real no qual é constituído e constituinte.

Embora considere que a *docência, a pesquisa e a atividade editorial* é parte do trabalho profissional do assistente social, embora considere que o *explícito posicionamento e a resistência política da categoria profissional*, em face das diversas manifestações da barbárie que avassala as condições de vida e de trabalho da maioria da população brasileira⁴ expressam o projeto ético-político vigente, este estudo está particularmente interessado no trabalho do assistente social tido como “de campo”, *no âmbito da intervenção direta junto aos usuários nos diferentes espaços sócio ocupacionais, de natureza pública*, mediado pela prestação de serviços sociais (materiais e/ou de natureza reflexiva), quando movido pela perspectiva crítica na análise da realidade e da profissão e pelos princípios, valores e compromissos postos pelo projeto ético-político vigente.

Este estudo está particularmente interessado naquele trabalho *estrito senso, realizado pela intervenção profissional direta junto aos ditos “usuários” de seus serviços profissionais*. Está interessado em discutir, analisar em profundidade o significado do trabalho profissional construído “lá na ponta do atendimento”, pelo assistente social, “executor terminal de políticas sociais”⁵, que, dentre outros, atende diretamente a população, realiza entrevistas, visitas e encaminhamentos, estudos sociais, orientações, emite parecer social e o faz orientado pela direção social do projeto ético-político vigente.

Embora o emprego da palavra usuário, trivial na linguagem característica da profissão atualmente, aqui recusa-se considerá-lo como um ser coisificado, passivo, expectador, como objeto do trabalho profissional, na sua imediata manifestação. Ao contrário, considera-se este mesmo indivíduo, como ser social, sujeito protagonista da História (e da sua História singular). Sujeito na sua condição ontológica, entretanto forjado conforme sua inserção na sociabilidade capitalista – explorado economicamente, dominado politicamente.

E da mesma forma esta Tese pressupõe *os contratantes do trabalho profissional*: como personificação de categorias econômicas, como sujeitos de classe – os capitalistas e seus representantes no Estado. Também sujeitos, protagonistas históricos da exploração e da dominação, no interior da sociedade regida pela lógica do capital.

4. E como tal, também as próprias condições e relações de trabalho dos assistentes sociais.

5. Aqui por empréstimo de Netto (1992, p. 70 e 71).

Os contratantes e os usuários do trabalho profissional são tomados neste estudo como seres sociais em cujo modo de ser, de atuar e de ver o mundo estão contidas as determinações sociais derivadas da posição que ocupam no processo de produção e no jogo do poder capitalistas.

Tomado em si mesmo, o trabalho profissional parece assemelhado, mas quando submetido à crítica adquire sentido peculiar, não se autonomiza de seu contexto histórico, do sujeito que o realiza, da direção teórico-metodológica e ético-política que o orienta. Quando submetido à crítica o trabalho profissional não se resume às suas expressões fenomênicas, em si mesmas, mas elas são tomadas como ponto de partida para o seu desvelamento.

Pretende-se aqui partir da materialidade imediata do trabalho profissional realizado, em si mesma e reconstruir pelo pensamento sua repercussão política. Por meio de uma viagem do que se manifesta ao que se esconde, analisar a mediaticidade o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente e retornar a ele para *revelar o significado político da sua efetividade e sua potência*.

Os feitos do trabalho profissional não são meramente uma produção técnica, eles têm significados políticos. Pretende-se torná-los visíveis, decifrados. Pretende-se elucidar o caráter peculiar derivado do trabalho profissional realizado, as consequências políticas da objetivação do projeto ético-político vigente.

E trata-se do estudo das consequências do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, não no sentido pragmático, evidente e imediato, capturado pela simples observação, pelo senso comum, mas o *significado mediato* do trabalho plasmado pelo projeto ético-político profissional vigente, inserido em uma realidade objetiva, que fixa limites e contém possibilidades.

E apossar-se das possibilidades e dos limites exige análise crítica das condições objetivas onde a profissão se move. Para isto, já nos ensinou Iamamoto, é condição romper com a visão endógena do Serviço Social e articulá-lo, como parte e expressão da realidade, articulá-lo à totalidade histórica

Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas têm um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos. (IAMAMOTO, 1999, p. 22).

Num movimento de ida e volta, esta abordagem exige transitar da compreensão teórico-metodológica da vida social, das relações sociais, da questão social, do significado da profissão e do posicionamento vigente para a compreensão das consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, das situações singulares com as quais se deparam os assistentes sociais no cotidiano do exercício profissional, transitar da história singular trazida pelos usuários ao mundo que a forja.

A dialética trata da 'coisa em si'. Mas a 'coisa em si' não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por êste motivo o pensamento dialético distingue entre a representação e conceito da coisa, com isso não pretendemos apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da *práxis* humana (KOSIK, 1976, p.9, grifos do autor).

As consequências derivadas do trabalho profissional são tomadas aqui como “concreto pensado”, “síntese de muitas determinações”, “unidade do diverso”, no sentido marxiano destas expressões.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo [...] as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. (MARX, 1991, p. 16 e 17, grifos do autor).

Portanto fica óbvio que não se buscam aqui quaisquer consequências, nem se quer explicá-las em si mesmas ou conforme a racionalidade da gestão do mundo empresarial, que tem guiado também a gestão da esfera pública em tempos de neoliberalismo⁶.

Este estudo recusa também qualquer pretensão em produzir um juízo de valor ou atribuir mérito (ou demérito) ao trabalho profissional realizado. Recusa classificar seja o desempenho, a eficiência, a eficácia do trabalho profissional, conforme as expectativas e as requisições do mercado de trabalho profissional. Recusa ainda aferir

⁶. Para compreender a ideologia gerencialista, ver DARDOT, e LAVAL (2016), que conforme Arregui, “traz várias chaves analíticas que permitem compreender os processos pelos quais o neoliberalismo reorientou, por meio de uma nova racionalidade, as funções do Estado e da sociedade, generalizando a ‘concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação’ (2018, p. 39).

o alcance das ações profissionais tendo por referência mensurar o grau de incorporação pelo profissional dos princípios lançados pelo projeto profissional vigente.

Este estudo atreve-se na busca por desobscurecer pela via da reflexão crítica *o significado* do que é feito pelo trabalho profissional no favorecimento dos interesses dos trabalhadores (e atente-se: não o que deve ser feito, ou o que se declara querer fazer), o que exige decompor o trabalho profissional assim movido, particularmente *quando ele adentra no terreno da disputa por interesses distintos na sociedade capitalista* e a partir do espaço ocupacional em que está inserido de forma especializada e assalariada, para retornar a ele e recompô-lo em suas derivações políticas.

A discussão do objeto desta Tese é complexa mas imprescindível e *se justifica* em face das exigências de qualificação profissional para enfrentar, sem determinismos, voluntarismos, intransigências, devaneios e ilusões, os desafios e os dilemas que se põem à consolidação do projeto ético-político do Serviço Social em tempos tão adversos, seja no trabalho profissional tido como “de campo”, seja no exercício da docência e da pesquisa em Serviço Social, seja ainda no enfrentamento, como categoria profissional integrante da classe trabalhadora, das precárias relações e condições de trabalho na cena contemporânea⁷.

Senão por tantas outras, por essas razões considera-se que tema e objeto de investigação são contemporâneos e possuem *relevância científica, acadêmica e profissional*.

Representa um empreendimento teórico-político bastante arriscado, em face do perigo de que as afirmações produzidas venham a ser rotuladas de capitulação ético-política, ou mesmo que venham abastecer aqueles interessados na regressão conservadora do Serviço Social brasileiro. Entretanto este perigo se reduz, na medida em que este estudo ousa recusar o caminho das facilidades metafísicas e opta

7. Vale enfatizar aqui que por contemporaneidade e seus sinônimos estamos supondo o tempo presente enfaticamente em seus “dilemas da sociedade aprisionada no circuito das finanças” (IAMAMOTO, 2007, p. 20), nas “metamorfoses do trabalho, suficientemente desenvolvidos senão por outros autores no conjunto das publicações do Prof^o Ricardo Antunes (importante interlocutor do Serviço Social no ambiente acadêmico e editorial, representante da chamada “sociologia do trabalho) e da Prof^a Marilda Vilela Iamamoto, especialmente no seu livro Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social (2007). Tempos presentes assim determinados, que impactam sobremaneira aqueles que vivem-do-trabalho e o trabalho do assistente social, como insistentemente aqui será mencionado.

enveredar pelo árduo caminho crítico-analítico, conduzido pela responsabilidade política de reafirmar a exequibilidade do projeto ético-político vigente, embora em período histórico ademais desfavorável.

O objeto de estudo *não nos é externo*, ao contrário, está fincado na nossa trajetória profissional e acadêmica e reflete nossa *motivação* em permanecer aprofundando a temática na qual vimos nos dedicando desde sua Graduação em Serviço Social quando abordamos no nosso Trabalho de Conclusão de Curso, em 1981, as possibilidades e limites da profissão, a partir do resgate de nossa experiência de estágio profissional curricular obrigatório⁸; bem como quando, entre 1986 e 1988, frequentamos o Curso de Especialização em Pressupostos Teórico-Metodológicos do Serviço Social⁹ e ainda também em nossa Dissertação de Mestrado, apresentada em 1996, onde discutimos a relação entre teleologia e causalidade na realização do compromisso posto pela perspectiva de intenção de ruptura no Serviço Social brasileiro¹⁰. Esta motivação continua igualmente refletida nas disciplinas que vimos ministrando na docência em Serviço Social no nível de Graduação, na PUCSP e quando lecionamos na Universidade São Francisco¹¹.

Assim, é possível assumir que a apropriação do objeto desta pesquisa vem sendo processualmente elaborada e assim continuará, asseguramos. O que aqui consta exposto é tão somente uma sistematização possível, movida pela crítica, das nossas muitas inquições e sempre contínuas aproximações a este complexo real.

O *referencial* que serviu para a análise do objeto deste estudo inscreve-se num caldo teórico-metodológico determinado: encontra na Teoria Social Crítica (em Marx

8. Com o título “A Instituição - Possibilidades e Limites da Atuação do Serviço Social - uma experiência na Penitenciária Feminina da Capital” sob orientação da Prof.^a Dra. Regina M. Giffoni Marsiglia. Cabe destacar que naquele tempo (1981) não vigorava a expressão projeto ético-político vigente, mas naquele Trabalho de Conclusão de Curso aflora a preocupação acerca das “possibilidades e limites” da atuação profissional guiada por compromissos com seus usuários e com os direitos humanos, sobretudo os referidos a população carcerária.

9. Promovido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão da então Faculdade de Serviço Social da PUCSP, sob a coordenação das professoras Yvone Dias Avelino e Raquel Raichelis, com carga horária de 360 horas-aula.

10. Dissertação apresentada junto ao PEPGSS da PUCSP com o título “Considerações sobre a relação entre a intencionalidade e a realização do compromisso profissional posto pela perspectiva de intenção de ruptura no Serviço Social brasileiro” sob orientação primeiramente da Prof.^a Nobuko Kameyama e posteriormente da Prof.^a Maria Carmelita Yazbek.

11. Fundamentos Histórico e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (antes Teoria do Serviço Social, História do Serviço Social); Metodologia do Serviço Social; Oficina do Trabalho Profissional, Oficina de Formação Profissional e Supervisão Acadêmica, bem como a coordenação do Núcleo Temático Pobreza e Desigualdade Social.

e na tradição marxista) os fundamentos explicativos da realidade social; e em Iamamoto, Netto, Yazbek, Raichelis, Mota, Behring e outros o conjunto de elementos explicativos da profissão. Para evidenciar o conteúdo do projeto ético-político vigente tomou-se por referência também as Diretrizes Curriculares para a formação profissional em vigor, a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), o Código de Ética Profissional, a Política Nacional de Estágio, o conjunto de Resoluções, Normas Técnicas e os Parâmetros para o trabalho profissional construídos coletivamente e editados pelo CFESS, as decisões tomadas pela categoria em seus fóruns profissionais soberanos e os posicionamentos políticos manifestos pelas entidades representativas da profissão e dos profissionais como manifestações objetivas da direção social, dos compromissos e valores que o compõem¹².

O *caminho metodológico* para o tratamento analítico do objeto deste estudo exigiu partir do trabalho profissional concreto, realizado e posicionado pelo projeto ético-político vigente, para buscar aquilo que não se põe imediatamente, buscar seu significado político oculto, mediato.

Envolveu *pesquisa bibliográfica e documental (análise de material empírico não publicado)*.

Inicialmente se pensou que a coleta de dados iria combinar a entrevista não diretiva¹³, semiestruturada com assistentes sociais e a análise documental dos registros, que seriam fornecidos pelos entrevistados, que sistematizassem o processamento do trabalho profissional realizado, a partir de uma situação de atendimento direto ao (s) usuário (s). Aqui nossa incerteza da existência destes registros.

Seriam definidos como *sujeitos da pesquisa*: assistentes sociais inseridos como trabalhadores na esfera pública, em contato direto com população, formados por curso presencial e reconhecidos como vinculados ao projeto ético-político profissional.

A *amostra* teria caráter *intencional* capaz de caracterizar parcela da categoria profissional, significativos representantes da renovação crítica do Serviço Social brasileiro. Seria heterogênea quanto aos espaços sócio-ocupacionais, tipo de vínculo

¹² Todo o conjunto de referências mencionadas para considerar o conteúdo do projeto ético-político vigente consta disponível in <http://www.cfess.org.br/>.

¹³ Segundo Michel Thiollent "[...] a entrevista não-diretiva faz parte de estudos exploratórios [...] ou é concebida como meio de aprofundamento qualitativo da investigação". (1980, p. 80)

empregatício e localização geográfica dos sujeitos envolvidos, além de considerar os espaços sócio-ocupacionais de significativa empregabilidade de assistentes sociais.

Como analisar consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente requer ir além das declarações dos sujeitos profissionais tomadas em si mesmas (estas nada revelam, exceto que discursivamente concordam com seu conteúdo), havia incerteza também sobre os instrumentos de coleta de dados mais apropriados para capturar não “o que pensam” os entrevistados sobre as consequências de seu trabalho, mas capturar “as consequências” propriamente. Entrevista-los alcançaria seu trabalho *realizado*? E mais: como às perguntas formuladas, a autora desta Tese, apoiada em sua própria trajetória profissional, conseguia em boa medida responder, perguntava-se: *seria válido indagar sobre o que já se conhece?* Parecia-nos mais que se tratava de *uma* reflexão sobre aquilo que insistimos em permanecer examinando: a dimensão política da profissão.

Outra possibilidade seria acompanhar de forma intensa e prolongada (no médio, senão no longo prazo) o trabalho profissional realizado em diferentes espaços sócio-ocupacionais, por assistentes sociais identificados como sujeitos representativos do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, em várias situações concretas implicadas no atendimento profissional aos usuários, para delas extrair o *significado do que é feito* pelo trabalho profissional no favorecimento dos interesses dos trabalhadores. Este trabalho de campo foi considerado de difícil conclusão no já exíguo prazo existente para a entrega e defesa desta Tese, e em certa medida redundante, considerada a vasta e diversificada experiência profissional da autora deste estudo.

Tais dúvidas foram expostas e debatidas na oportunidade do Exame de Qualificação do projeto desta pesquisa. Naquela oportunidade, concluiu-se que se tratava de estudo teórico voltado à dimensão política do trabalho profissional e que a expressiva experiência profissional e acadêmica da autora lhe conferia, em boa medida, o suporte empírico para a reflexão crítica pretendida.

Em conformidade com esta avaliação e reconhecendo que este estudo é efetivamente mais um passo rumo ao aprofundamento da compreensão do objeto que a nós vem se revelando, num movimento do pensamento há cerca de quatro décadas, *o percurso metodológico desta Tese foi modificado.*

A recondução do itinerário metodológico deste estudo deveu-se também ao exíguo tempo acadêmico restante para a nossa titulação, afetado grandemente pela inesperada crise sanitária, com sérias decorrências sociais, políticas e econômicas, que assolou o Brasil e o mundo no primeiro semestre de 2020 – a pandemia da COVID-19¹⁴.

O *material empírico* que serve de base nesta Tese foi retirado da nossa prolongada trajetória profissional. Trajetória que teve início nos idos de 1980 e veio sendo acumulada até o momento em que foi produzida a comunicação escrita deste trabalho acadêmico. Trata-se de cerca de mais de trinta anos de exercício profissional como assistente social “de campo” (no atendimento direto à população ou como assessora e gestora de política e programas sociais), de militância orgânica junto a categoria profissional (inclusive exercendo função de dirigente no CRESS - 9ª região) e dos mais de 24 anos de exercício da docência em Serviço Social (muitos destes, exercidos em concomitância ao trabalho profissional “de campo” e a militância profissional).

Foram as inúmeras situações vivenciadas (no atendimento direto à população, nos enfrentamentos sempre necessários junto às organizações empregadoras e/ou junto a outros profissionais, nas responsabilidades inerentes as atribuições na formulação, gestão, monitoramento e avaliação de Política Social e/ou programas de natureza pública governamental, e também no exercício do ensino e pesquisa em Serviço Social) que esculpiram o objeto deste estudo acadêmico-científico e o seu exame analítico aqui sistematizado.¹⁵

¹⁴. Desejando que esta nota não seja interpretada como mera justificativa de caráter auto defensivo, é preciso registrar aqui que a finalização dos estudos e a formalização da exposição desta Tese foram fortemente impactadas pelas instabilidades decorrentes da suspensão das atividades presenciais na PUCSP, uma vez que a autora, seja como aluna, seja como professora em exercício precisou adaptar-se a inusitada rotina de trabalho e estudos no regime de *home office* com suas respectivas e inúmeras dificuldades objetivas, próprias desta situação de excepcionalidade, que consumiram muito do tempo antes previsto para a conclusão deste estudo. O momento de calamidade pública, posto por esta Pandemia que atingiu o mundo e o Brasil nos tem causado certo grau de desconforto emocional, repercutindo em prejuízo das condições necessárias ao bom desempenho intelectual para se produzir um trabalho acadêmico da amplitude de uma Tese de doutoramento.

¹⁵. A experiência “de campo”, como estágio curricular obrigatório e na sequência propriamente como trabalho profissional, foi iniciada em uma unidade prisional feminina da Cidade de SP. Seguida pela experiência de implantação do Serviço social e de trabalho profissional junto a área da Criança e do Adolescentes, em um equipamento de acolhimento institucional numa entidade social (Aldeia Infantil SOS). Na continuidade deu-se o exercício do trabalho profissional junto à mulheres desacompanhadas e à famílias em situação de rua em uma unidade de prestação de acolhida da

Foram tomadas as situações de atendimento profissional, situações cotidianas, concretas que se apresentaram de forma imediata, como base material para alcançar, pelo pensamento, *as consequências políticas decorrentes deste trabalho realizado na sociabilidade própria do capitalismo e movido pelo projeto ético-político vigente.*

Como “viver o Serviço Social não resulta, automaticamente, em dar conta de suas explicações” (IAMAMOTO, 1999, p. 70), então cerca de quatro décadas de trabalho profissional servem aqui de base material para refletir sobre as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente.

Alertamos que neste estudo há, portanto, uma tênue linha divisória entre a assistente social de campo, executora do trabalho profissional no cotidiano em diferentes espaços sócio-ocupacionais, gestora de política pública, docente, militante na sociedade e na profissão e a assistente social, aqui pesquisadora.

Destacamos ainda que o intervalo temporal em que ocorreu nossa trajetória profissional coincide com os últimos quarenta anos do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, nos quais se deram os antecedentes, a formulação e consolidação do projeto ético-político vigente.

Em suma é preciso declarar que o percurso metodológico desta Tese coloca o impasse: refletir sobre as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente *sendo dele parte e expressão.*

Política de Assistência Social no âmbito do governo do Estado de SP. Seguiram-se as experiências na área da Política de Assistência Social no âmbito da PMSP, ora no atendimento direto à população, ora na formulação monitoramento e avaliação da Política e de alguns de seus programas. Depois a experiência como gestora de Programa de Transferência de Renda – Renda Mínima, no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da PMSP. Por último, o trabalho profissional de campo na Secretaria Municipal de Saúde, numa Unidade Básica de Saúde Mista (atendimento na modalidade tradicional e por meio da Estratégia de Saúde da Família). O acúmulo profissional foi acrescido da experiência como Direção do CRESS 9ª região em um momento de enfrentamentos em defesa da profissão, em defesa dos direitos humanos e sociais e de conduzir em São Paulo o processo preparatório que culminou com a revisão da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética do/a Assistente Social, em 1993. Por mais de 24 anos vem se somando à trajetória profissional o trabalho na docência em Serviço Social, ministrando disciplinas da profissão, no desafio cotidiano em fornecer aos discentes indicações seguras (jamais manuais ou receituários) de como realizar o trabalho profissional a partir das referências do projeto ético-político vigente, em seus limites e possibilidades, ensinar e contribuir para formar futuros assistentes sociais apoiados em sólidas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-interventivas. Os dados aqui referidos podem ser encontrados no Currículo Lattes, disponível para consulta no endereço eletrônico <http://lattes.cnpq.br/1118587991786922>.

Preferimos encarar tal situação menos como empecilho, mas como um desafio a ser enfrentado com a devida responsabilidade acadêmica e intelectual. Tomara tenhamos conseguido!

Segundo escreve Marx, no Posfácio da 2ª edição de O Capital, em 1873, em Londres:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que pode descrever adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, [...]. (MARX, 1987, p.16)

Servimo-nos desta distinção para alegar que este estudo realizado assumiu o formato final de um *ensaio acadêmico* ao se alinhar às muitas produções que discutem o trabalho profissional, o cotidiano do seu exercício e o projeto ético-político da profissão e é, quiçá com alguma coesão e coerência na argumentação, em certa medida *original no recorte*, ao dedicar-se a análise do trabalho profissional, particularmente nos termos do *significado político da manifestação concreta dos compromissos postos pelo ideário do projeto ético-político profissional vigente*, considerado *o estrito campo de possibilidades de uma profissão*.

Assim, o processamento desta investigação acadêmica implicou muitas indagações, muitas idas e vindas do pensamento e tamanha inquietação recebeu estrutura formal de *exposição escrita*, ficando organizada a partir desta Apresentação, em mais três Capítulos, seguidos das Considerações Finais e Referências.

Os dois primeiros capítulos foram construídos a partir de pesquisa bibliográfica e o terceiro capítulo reúne a reflexão teórico-crítica das consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, considerando enfaticamente o âmbito do trabalho realizado, a partir de situações concretas de atendimento profissional, decifrando, pela via da reflexão, seu sentido político.

No *Capítulo I*, de natureza exploratória, delineado por meio de pesquisa bibliográfica, consta um nível de reflexão geral sem qualquer pretensão historiográfica sobre *as características do particular desenvolvimento do capitalismo, do Estado e dos direitos sociais no Brasil* com vistas à compreensão dos múltiplos impedimentos à efetividade das políticas sociais públicas e seus programas e serviços, impedimentos que incidem particularmente no trabalho profissional movido pelo

projeto ético-político vigente, âmago dos muitos espaços do trabalho profissional, apesar do projeto profissional assumido pelo assistente social. Busca articular as esferas econômica e política, considerando a relação entre as classes sociais no Brasil, o padrão de relacionamento que o Estado mantém com a sociedade brasileira ao longo da história, constituído por *marcas conservadoras, escravistas, patriarcais, clientelistas, patrimonialista e autoritárias*, cujos processos políticos e econômicos particulares mediaram a conformação (e a destruição) dos *direitos sociais no Brasil*, também marcados pela *resistência* da classe trabalhadora e de outras forças sociais à regressiva e demolidora adaptação brasileira à lógica do capitalismo mundial.

No *Capítulo II*, também de natureza exploratória, igualmente delineado por meio de pesquisa bibliográfica, consta compilada a perspectiva que considera o *Serviço Social como profissão e o exercício profissional como trabalho*, assim como aborda também o *projeto profissional vigente*. Trata do Serviço Social como profissão e do trabalho do assistente social na contemporaneidade, via de regra realizado pela *mediação das políticas, programas, projetos sociais de natureza pública* e o conteúdo do projeto ético-político vigente. Trabalho que embora se realize numa dimensão singular, é parte do *trabalho coletivo* de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, partícipe do trabalho socialmente produzido, parte e expressão das relações sociais peculiares do ordenamento burguês e das contraditórias disputas de interesses em conflito no seu interior (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982). Trabalho profissional este processado sob determinação da relação de assalariamento; sob determinação das condições de trabalho nos diferentes espaços sócio ocupacionais; sob determinações dos diferentes processos de trabalho nos quais a profissão está inserida; e sob a necessidade imperiosa de manutenção da profissão no mercado de trabalho, o que expõe o assistente social à tensão de encontrar caminhos para responder ao empregador, permanecendo útil, mantendo seu posto de trabalho, sem abdicar da direção social que o orienta. Trabalho que embora seja realizado sob os constrangimentos decorrentes da sua condição de assalariamento, inserido em diferentes processos de trabalho, é realizado por um agente profissional capaz de impregna-lo de forma decisiva pelo projeto ético-político vigente, de torna-lo, no seu âmbito de atuação e *por meio de muitas mediações*, organicamente vinculado aos interesses dos usuários dos serviços profissionais.

Quando a preocupação é elucidar o significado social desse trabalho no processo de reprodução das relações sociais, é decisivo considerar as particulares condições e relações sociais que emolduram o trabalho profissional, para clarificar seus efeitos nos processos sócio-políticos e culturais e no circuito global de (re)produção do capital. (IAMAMOTO 2007, p. 425).

No *Capítulo III* apresenta-se propriamente a anunciada reflexão sobre as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, amparada na análise de diversas situações concretas de atendimento profissional, todas consultadas dos nossos registros pessoais sobre o trabalho profissional realizado durante nossa extensa experiência profissional como assistente social “de campo”, bem como dos nossos registros pessoais acerca das situações concretas de atendimento profissional trazidas pelos estudantes-estagiários, em sala de aula, durante nosso exercício da docência em Serviço Social (especialmente nas disciplinas de Supervisão Acadêmica e Oficina do Trabalho Profissional do Curso de Serviço Social da PUCSP), e ainda dos nossos registros pessoais de situações concretas de atendimento profissional trazidas por assistentes sociais, supervisores de campo, no Fórum de Supervisores Acadêmicos e de Campo do Curso de Serviço Social da PUCSP, por assistentes sociais que realizaram exposições para os discentes nas disciplinas Oficina do Trabalho Profissional III e IV no mesmo Curso, e por assistentes sociais participantes de momentos de Educação Continuada em que fomos docente (debates, oficinas, cursos, seminários, palestras ou conferências por nós ministrados).

É decisivo explicitar que a nossa vivência profissional serviu de ponto de partida para a análise e para as afirmações trazidas no Capítulo III, entretanto *não consta sistematizada em* formato documental, salvo quando em nossas anotações pessoais, manuscritos nunca disponibilizados à consulta de terceiros, rascunhos propriamente, anotações sem objetivos de virem a servir como fonte de pesquisa, mas que consultados agora *em retrospectiva* serviram de base empírica à reflexão analítico-crítica sobre o objeto desta Tese. Foram consideradas também as memórias de nossa intervenção profissional inserida em tramas cotidianas determinadas, agora submetidas a análise qualitativa sob o prisma do objeto deste estudo, *sem que aqui se registre propriamente sua narrativa*.

Todas as situações concretas de atendimento profissional consideradas ocorreram no espaço territorial urbano e em espaços sócio-ocupacionais na esfera

pública, *locus* representativo da maior empregabilidade de assistentes sociais e em que o acesso a bens e serviços se põem no patamar de direitos sociais reclamáveis. Nas situações apreciadas, embora se tenha levado em consideração o contexto onde o atendimento profissional se processou, esta particularidade não foi alvo de análise. Assim também as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais envolvidos, a territorialização e/ou regionalização do trabalho não receberam destaque analítico, embora tenham sido consideradas. Nas duas situações concretas de atendimento profissional diretamente mencionadas no Capítulo III foi respeitado o absoluto anonimato dos sujeitos envolvidos.

É importante explicitar que todas as situações concretas de atendimento profissional, mesmo que não diretamente mencionadas foram conduzidas por assistentes sociais inseridos como trabalhadores assalariados formados por curso presencial e reconhecidos como vinculados ao projeto ético-político profissional. Para o reconhecimento da vinculação deste trabalho ao projeto ético-político vigente considerou-se aqui que seu trabalho se pôs orientado pela perspectiva crítica na análise da realidade e da profissão e pelos princípios, valores e compromissos postos pelo projeto ético-político vigente. Além disto, os profissionais envolvidos nas situações concretas que serviram de base material neste estudo são publicamente reconhecidos como assistentes sociais alinhados ao projeto ético-político vigente, uma vez considerados entre outros e conforme cada um: seus estudos e publicações autorais, seus posicionamentos e atitudes profissionais, o conteúdo das exposições realizadas, o relato de suas experiências profissionais, seu protagonismo político-organizativo na categoria e na sociedade, etc. No caso de situações analisadas, trazidas pelos discentes estagiários, considerou-se que o trabalho profissional envolvido atendeu aos mesmos critérios de reconhecimento de sua vinculação ao projeto ético-político vigente, ou a reflexão e o debate destas situações em sala de aula foram apoiados nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, na perspectiva das Diretrizes Curriculares para a formação profissional do assistente social emanadas pela então ABESS, colocando-as alinhadas ao projeto profissional vigente (ABESS/CEDEPSS, 1997, p 58-76).

Foram examinadas um significativo número de anotações pessoais e em relação aquelas que foram extraídas de nossa própria experiência profissional, as anotações foram complementadas pela memória do processamento do nosso

atendimento profissional prestado nas diversas situações concretas tomadas como referência empírica, embora não diretamente relatadas.

A escolha em mencionar duas únicas situações concretas de atendimento profissionais foi intencional: queremos, sobretudo, evidenciar que nas situações de atendimento profissional cotidianas e aparentemente simples, o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente produz sutis distinções políticas em relação ao trabalho movido por outra perspectiva teórico-metodológica e por outros compromissos e valores ético-políticos. Queremos, sobretudo, evidenciar que nas situações concretas de atendimento profissional, o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente ultrapassa as atribuições meramente técnicas e põe em ação, no real, sutis movimentos que carregam consigo o apoio à direção política contra-hegemônica, o apoio aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, mesmo quando o solicitado é o legítimo direito ao acesso à melhoria das condições de vida, em si mesmo.

O exame deste material buscou ultrapassar a análise das situações de atendimento profissional em si mesmas, na microexperiência profissional singular e temporalmente localizada, e ao contrário, fazer uso delas para reconstruir significados gerais acerca das consequências políticas do trabalho profissional movidos pelo projeto ético-político vigente, foco deste estudo.

Foram inúmeras as situações concretas de atendimento profissional examinadas, base material para o que se afirma no Capítulo III, mas entendemos secundária sua menção direta, preferindo priorizar a exposição da análise do material considerado.

A *análise* realizada foi ancorada nos dois capítulos precedentes e sua exposição no Capítulo III foi segmentada *em duas subseções*, tão somente para efeito expositivo, de forma a facilitar a comunicação de uma totalidade complexa e ordenar argumentos que vão das situações singulares as tendências gerais acerca das consequências políticas do trabalho realizado quando movido pelo projeto profissional vigente.

Rumo ao desfecho deste estudo, nas *Considerações Finais* constam sintetizadas as ponderações acerca do alcance político geral do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, que submetido à crítica, inserido na dinâmica societária historicamente determinada, nas relações de poder econômico e

político, nas relações entre as classes e destas com o Estado, inserido em diferentes processos e relações de trabalho, inserido no ordenamento capitalista, mediante condição de assalariamento, *pode muito, mas não pode tudo!*

O que se buscou fazer então com este estudo foi colocar o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente em seu *lugar possível*.

Embora a seriedade teórica e política para escrever o que se afirma aqui, é imprescindível reconhecer publicamente nossa exclusiva *responsabilidade* pela posição teórico-política assumida, bem como por possíveis equívocos nesta Tese.

E antes de finalizar esta apresentação introdutória ainda há nossa vontade em fazer aqui algumas confidências. E porque são honestas confissões pessoais, nestes últimos parágrafos é proposital o uso da primeira pessoa do singular.

Neste processo, rico, prazeroso, intenso e muito extenuante atravessei momentos de covardia política e intelectual, seja pelo receio de estar fazendo “mais do mesmo”, seja pelo risco político real de que este estudo viesse a fornecer “munição para o inimigo” (e jamais me perdoaria por isto) oferecendo subsídios para aqueles que consideram o projeto ético-político vigente inexecutável. Cogitei ainda o risco desta Tese ser também adjetivada de “reformista”, mas recusei-o uma vez considerada minha explícita vinculação teórico-metodológica, ético-política, profissional e de militância à perspectiva revolucionária, da emancipação humana, conforme os termos marxianos.

Por vezes fiquei angustiada pela suspeita de que estivesse a me dedicar a algo “sem saída”. Logo eu que concordo que “as possibilidades estão na realidade”. Mas que tempo é este de possibilidades tão encobertas?

Outras vezes precisei admitir, muito constrangida, os meus embaraços para concluir pela metodologia da pesquisa, para definir qual o instrumento de coleta de dados seria mais apropriado para meu intento e que daria alguma credibilidade acadêmica a um estudo que desde o título já se põe fazendo uso de um artigo indefinido: *uma* reflexão. Mas esta designação, menos querer qualificar este estudo de vago ou impreciso, quis admitir *uma dentre outras* possibilidades de indagar este objeto de estudo.

Também experimentei a aflição por ter que registrar na forma escrita e acadêmica o turbilhão de pensamentos inacabados que iam e vinham e que me tiravam o sono em tantas madrugadas.

Mas os momentos mais difíceis foram aqueles quando por pressão do cronograma de estudo fui obrigada a renunciar ao fascínio das novas leituras e em seu lugar me dedicar apenas ao necessário.

Ah! Foram muitos os momentos de não saber o que fazer!

Como não sou do tipo de ceder às dificuldades aceitei minha modesta estatura intelectual e encorajei-me em oferecer a público “uma” produção possível, que seguramente não é “a” produção, muito menos dotada de conclusões absolutas e definitivas. É sincero dizer que nunca a quis assim. Ordenei-me imperiosamente enfrentar meus temores pela via do estudo rigoroso possível, reconhecendo a infindável e extraordinária necessidade de permanecer estudando. Bem-vinda aqui a forma nominal do verbo no gerúndio, porque é assim que quero continuar!

Por fim registro minha esperança que minhas certezas e incertezas partilhadas aqui impulsionem o debate coletivo voltado a compreender e identificar o trabalho profissional na direção do projeto ético-político vigente, na confiança do dia em que esta profissão que escolhi (e escolheria novamente), uma profissão historicamente construída, portanto provisória, não seja mais necessária.

CAPÍTULO I AS IDIOSSINCRASIAS DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E DO ESTADO NO BRASIL

Dentre outros, o legado marxiano e marxista nos ensina compreender o tempo presente por meio dos processos históricos que o forjam.

Sob esta perspectiva, refletir acerca das *consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente* exige considerar diversas e complexas mediações.

Uma delas é considerar *as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Estado no Brasil*, presentes na esfera da vida sócio-política e econômica brasileira contemporânea, desde sempre desprovida de sentido público, e que marca profundamente o processo de constituição (e aniquilamento) dos direitos sociais e das políticas sociais no país, com propagação ao trabalho do assistente social.

Considerar estas peculiaridades auxilia na compreensão dos múltiplos impedimentos à efetividade das políticas sociais públicas, seus programas e serviços, por dever voltados à melhoria das condições de vida e de trabalho da população. Impedimentos que incidem particularmente no trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente. Políticas sociais, programas e serviços públicos, substância dos múltiplos espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional, *apesar* do projeto profissional assumido pelo sujeito que o realiza – o assistente social.

Assim considerado, este capítulo objetiva sintetizar alguns traços do processo de desenvolvimento particular do capitalismo brasileiro e do Estado, traços que se mantem na contemporaneidade e que nela são acrescidos por outros múltiplos determinantes. E busca-se aqui fazê-lo articulando as dimensões econômica e política, considerando o padrão de relacionamento que o Estado brasileiro mantém com a sociedade ao longo da história e considerando também a história da relação entre as classes sociais no Brasil.

Por conseguinte, este tópico de reflexão serve de referência válida à abordagem do próximo capítulo que trata da profissão na contemporaneidade, do trabalho profissional, via de regra, realizado pela mediação das políticas, programas, projetos sociais de natureza pública e trata também do projeto ético-político vigente, guia que orienta o trabalho de parcela de assistentes sociais brasileiros. Este tópico de reflexão serve de referência válida também para as afirmações apresentadas no

terceiro capítulo sobre o objeto deste estudo – a *reflexão das consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente*.

Este primeiro capítulo, conforme já mencionado anteriormente, de natureza exploratória e delineado por meio de pesquisa bibliográfica, permite qualificar a *origem do capitalismo brasileiro como tardia, seu desenvolvimento como dependente e ocupando posição periférica na divisão capitalista do mundo, mas plenamente consolidado no tempo presente*¹⁶.

Este capítulo argumenta ainda que o Estado brasileiro executou um padrão de dominação constituído por traços conservadores, escravistas, patriarcais, clientelistas, patrimonialistas e autoritários e que foram processos políticos e econômicos particulares que mediarão a conformação (e a demolição) dos *direitos sociais*, frutos da *resistência* e de lutas contrárias à regressiva e aniquiladora adaptação brasileira à lógica do capitalismo mundial empreendidas por outras forças sociais.

O processo de constituição e consolidação das classes sociais no capitalismo brasileiro herda a mesma memória do escravismo, da oligarquia, do coronelismo, do patriarcalismo, do racismo e de tantas outras discriminações que marcaram a formação social do povo brasileiro.

Também as lutas sociais, a resistência da população brasileira à exploração econômica, à dominação política, à tirania, às discriminações de toda ordem se forja nestes traços peculiares da formação social brasileira.

Sob todas estas idiosincrasias também se constitui o mundo do trabalho no capitalismo tardio, dependente e periférico do país, acrescidos pelo forte traço de informalidade, pelo controle do Estado, apostando na desagregação dos trabalhadores ou nas tentativas de cooptação. Historicamente no mercado de trabalho brasileiro perduram, sob múltiplas e combinadas formas, a intensa precarização da força de trabalho no processo de sua bárbara exploração.

Esta preocupação com os elementos peculiares do capitalismo, determinados por particularidades nacionais é encontrada em diversos analistas da formação social

¹⁶. Na bibliografia consultada são encontradas outras adjetivações para qualificar o capitalismo brasileiro (a título de exemplo “capitalismo dependente e associado”, “desigual e combinado”, dentre outras designações). As diferentes expressões refletem modulações na análise dos diferentes autores que aqui não serão desenvolvidas, tampouco confrontadas, haja vista o caráter prioritário a ser conferido ao objeto deste estudo.

política e econômica do Brasil, importantes referências para o desvendamento do particular tempo presente no Brasil.

O desenvolvimento particular do capitalismo, do Estado e dos direitos dos brasileiros receberam diferentes abordagens por diversos autores com suas múltiplas nuances de interpretação. Ancorados numa análise da formação econômica, política e social do país, um conjunto de pensadores brasileiros, sob diferentes perspectivas, elucidam que as relações tipicamente capitalistas se desenvolveram aqui de forma peculiar se comparadas a dos países de capitalismo central, subordinadas às tendências mundiais, mas também determinadas pelas características da formação brasileira, com suas contradições e especificidades¹⁷.

Considerados os propósitos desta Tese, embora este capítulo não discuta as nuances das análises dos diferentes pensadores da formação sócio-histórica do país, vale-se de algumas destas fontes para sustentar que o capitalismo brasileiro é retardatário e caudatário dos principais centros da economia mundial e, como já mencionado, possui peculiares traços conservadores, escravistas, patriarcais, clientelistas, excludentes, patrimonialistas e autoritários e assinala ainda a *ausência de sentido público presente na vida brasileira* no processo de formação social, econômica e política do país.

Marx debruçado sobre o capitalismo à sua época valida que ele contém elementos gerais que o estruturam e outros peculiares, determinados por particularidades nacionais. Em seus escritos sobre o desenvolvimento do tardio capitalismo alemão, ao comparar a Alemanha de sua época com a modernização havida na França e na Inglaterra, Marx apura que o capitalismo alemão se desenvolve de forma atrasada, dada as particularidades da formação social da Alemanha (na expressão de Marx “a miséria alemã”): na França, a Revolução Francesa havia abolido a ordem monárquica absolutista, extinguido a servidão e instaurado a sociedade burguesa; na Inglaterra, estava se processando a revolução industrial. A Alemanha na primeira metade do século XIX, formada por Estados sob a dominação da Prússia, não havia ainda efetuado sua unificação, tampouco desenvolvido

¹⁷ Embora sob distintas (ou até mesmo antagônicas) perspectivas de análise entre si, são importantes recorrências os escritos de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Otavio Ianni, Darcy Ribeiro, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Milton Santos, Francisco de Oliveira, dentre outros.

plenamente seu capitalismo. Com uma economia baseada essencialmente na agricultura e com um proletariado incipiente, não estava organizada como nação. A época, a acanhada burguesia alemã testemunha que nos países modernos o proletariado já sinalizava aptidões revolucionárias e considera arriscada a aliança com as camadas populares para travar a luta contra os setores mais retrógrados. A frágil burguesia alemã estava politicamente aliada à nobreza prussiana contra os trabalhadores e camponeses e atravessava um conflito interno, entre segmentos burgueses de tendência liberal e segmentos reacionários, estes últimos defensores dos interesses da nobreza fundiária. Ela sequer perfaz sua tarefa de emancipação política¹⁸. A Alemanha daquele momento, embora atrasada economicamente, com limitadas e inflexíveis instituições políticas e sem se configurar como um Estado nacional, apresentava-se com um vigoroso florescimento cultural¹⁹.

Esta menção à análise marxiana da situação da Alemanha ao seu tempo inspira-nos na busca por compreender nas particularidades brasileiras a débil cidadania (burguesa) efetivada no solo brasileiro, se é que temos alguma autorização de assim denominar a raquítica conformação dos direitos humanos, sociais, políticos e econômicos no Brasil.

O processo brasileiro de transição para o capitalismo não se desenvolveu pelo percurso histórico no qual, destruindo a ordem feudal, a burguesia consolida seu poder econômico e sua ascensão ao poder político²⁰.

A formação social, econômica e política do Brasil é marcada predominantemente pela colonização portuguesa, subordinada a interesses externos, à serviço da acumulação originária do capital nos países de capitalismo central. O capitalismo brasileiro e a modernização da sociedade urbano-industrial no país, amparada na ação do Estado, desenvolveu-se sob as marcas deste passado colonial, sem significativas mudanças nas estruturas de dominação política. O subordinado desenvolvimento econômico brasileiro sustentou-se na visão de mundo das elites,

18. Voltaremos a emancipação política, desenvolvendo as formulações marxianas a seu respeito no Capítulo III desta Tese.

19. Dentre outros pensadores marxistas clássicos vale mencionar que Lenin e Gramsci também se dedicam a elucidar criticamente o processo particular de desenvolvimento do capitalismo respectivamente na Rússia e na Itália.

20. Recorde-se que na Europa, ao longo dos séculos XVII e XVIII a burguesia se pôs como uma classe social revolucionária, destruindo a ordem feudal, consolidando o capitalismo e transformando o Estado para atender seus interesses.

modelando a face conservadora, clientelista, escravista, patriarcal, patrimonialista, excludente e autoritária do país desde antes de sua fase monopolista.

No Brasil as ideias liberais, produzidas no centro do capitalismo mundial e o trabalho livre, seu principal corolário, convivem com uma sociedade escravista, num particular padrão de relações entre as classes e destas com o Estado que esconde a desmedida acumulação capitalista; convive-se com a tutela, coadjuvante do arbítrio na dominação de classe e na construção da coesão social.

O Brasil, uma colônia do Reino de Portugal, declarou sua independência e foi regido por um poder monárquico até a instalação da república presidencialista. Neste longo lapso temporal reiteraram-se estas características de dependência econômica e dominação política.

Com a Independência do Brasil, o poder deixou de ser diretamente empreendido de fora e a criação do Estado foi utilizada pela elite brasileira de então, para sustentar seus privilégios e interesses privados.

Behring e Boschetti com base nos escritos de Florestan Fernandes²¹ acrescentam que o Estado brasileiro.

[...] nasceu sobre o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. [...]

A Independência, portanto, criou as condições para o florescimento do espírito burguês, mas não em toda a sua plenitude, e sem romper com o entrosamento visceral com o mercado externo, [...]. Nessa nova situação, tem-se uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro e uma economia produzindo para fora e consumindo para fora [...] (2006, p. 75 e 76)

A lenta substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (destaque-se: sob as determinações do mercado mundial e contando com a significativa presença da mão de obra imigrante) vai progressivamente desagregando o regime escravista no Brasil, mas desde sempre sob a hegemonia de parte da elite, sem incluir a população em geral e disciplinando-a (os negros de forma particular).

A lânguida burguesia, junto da aristocracia escravista brasileira fazem do Estado o instrumento viabilizador do exercício de sua tirania, conforme seus interesses particulares, mantendo seus privilégios e com absoluta intolerância à

²¹. In A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Conforme o próprio autor trata-se de escritos iniciados em 1966, retomados e terminados em 1974 (FERNANDES, 1987, p. 3).

participação da população, sempre impedida de manifestar-se, até mesmo dentro da ordem.

A influência da modernização vinda de fora conforma a posição de dependência da economia brasileira, frustrando devaneios de soberania nacional. Assim foi a conformação impositiva desde o início da modernização brasileira: sob o poder político da aristocracia agrária escravista e subserviente aos ditames do capital internacional.

No moroso desenvolvimento econômico capitalista brasileiro (que gravitava ao redor das economias centrais) e na lenta constituição do Estado-Nação no Brasil imperaram os interesses agroexportadores.

Reitera-se que a formação do trabalho livre no Brasil, forçado e com restrições à liberdade do trabalhador, foi delineada pela presença imanente das condições do trabalho escravo, pelo “mandonismo”, pelo paternalismo e conformismo, impostos pela efetiva dominação das elites brasileiras, para afirmar que estes traços rebatem também na ação política do operariado de então.

A luta por direitos e políticas sociais no Brasil não caminha no mesmo tempo dos países de capitalismo central. No Brasil do século XIX não preponderaram lutas operárias radicais, qualificadas e organizadas. As manifestações de desigualdade social, o pauperismo real, sobretudo após o fim da escravidão, sem a incorporação dos escravos libertos ao mundo do trabalho vão se colocar como uma questão política só na primeira metade do século XX, quando das primeiras lutas de trabalhadores e das primeiras formulações de uma legislação trabalhista e previdenciária.

[...] nesse contexto do final do século XIX e início do século XX, [...] nosso liberalismo à brasileira não comportava a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sobre pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação e garantia efetiva. Essa situação começa a se alterar nos anos 1920 e sofrerá mudanças substanciais a partir dos anos 30 (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 81)

Paulatinamente passou a vigorar no Brasil do século XX uma política econômica industrializante, com substituição de mão-de-obra imigrante pela nacional, substituição que contou com o êxodo rural, sobretudo pela decadência cafeeira e pelos movimentos migratórios de nordestinos, destacadamente quando da chegada da industrialização no campo.

No início do século passado registraram-se expressões de conflito de interesses distintos entre as classes sociais fundamentais e entre diferentes

seguimentos das elites dominantes, configurando certa instabilidade política própria do período e configurando um preâmbulo de legislação social e trabalhista no Brasil.

As expressões radicalizadas da questão social num Brasil recém-saído do escravismo começavam a ser enfrentadas na forma de greves e mobilizações e também de uma parca e inócua legislação social [...]. De outro lado, crescia a insatisfação política do empresariado não ligado ao café, e que em consequência não dispunha de mecanismos de poder para segurar seus interesses econômicos e políticos, no contexto de um liberalismo muito singular [...]. (BERHING e BOSCHETTI, 2006, p. 104)

Paulatinamente, a acumulação de capital advinda da economia agroexportadora (sobretudo cafeeira) começou a ser invertida para investimentos industriais. Foram surgindo as primeiras indústrias que até a Primeira Guerra Mundial representavam ainda uma baixa participação na economia nacional.

A economia e a política brasileiras foram estremecidas pela crise mundial de 1929²². Os efeitos deste período de crise do capitalismo mundial foram sentidos no mundo inteiro, mas variaram de intensidade conforme cada país. O Brasil deixou de exportar seu café e as oligarquias agroexportadoras do grão enfraqueceram política e economicamente.

Já em 1930 a correlação de forças entre os seguimentos dominantes no Brasil atesta sensível alteração: são as oligarquias do gado, do açúcar e de um setor industrial que passam a exercer a dominação econômica e política a serviço da consolidação de relações sociais tipicamente capitalistas no país.

O processo da industrialização brasileira se acelerou e repercutiu não só na mudança da correlação de forças no interior da classe dominante, como também no Estado e nas suas formas de enfrentamento das desigualdades sociais no país. Emerge a figura de Getúlio Vargas, personificação de uma coligação modernizadora.

Assim, chegam ao poder político as outras oligarquias agrárias e também um setor industrialista, quebrando a hegemonia do café, e com uma agenda modernizadora. O movimento de 1930 [...] foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil. Vargas esteve à frente de uma ampla coalizão de forças em 1930, que a historiografia caracterizou como um Estado de compromisso, e que impulsionou profundas mudanças no Estado e na sociedade brasileiras. Os primeiros sete anos foram marcados por uma forte disputa de hegemonia e da direção do processo de modernização. (BERHING e BOSCHETTI, 2006, p. 105)

²². Expressa nas altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, na produção industrial, no *crash* da bolsa de valores norte-americana, etc.

O desfecho da luta política instaurada nesta disputa pela direção do processo de modernização no Brasil permite afirmar que a modernização brasileira na chamada Era Vargas não implementou processos decisórios democráticos, ao contrário processou-se sob um regime político de ditadura.

Mas a radicalização de segmentos do movimento tenentista, a chamada Intentona Comunista, em 1935, o crescimento do integralismo – um movimento fascista brasileiro – e sua influência nas hostes governistas alteraram a situação do pacto de compromisso inicial, e em 1937 instaura-se a ditadura do Estado Novo, com Vargas à frente. (BERHING e BOSCHETTI, 2006, p. 105)

Em 1937, através de um golpe de Estado, Vargas instituiu o Estado Novo, com a centralização do poder estatal e da política econômica, com um particular populismo, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo²³.

No âmbito do desenvolvimento econômico, sua política de substituição de importações possibilitou a captação de recursos para o avanço da industrialização no Brasil. O processo de industrialização via modelo de substituição de importações ganhou impulso pelo Estado como reação à crise econômica de 1929, por meio de medidas protecionistas, empréstimos e isenções fiscais.

Por este caminho foi se constituindo também um novo bloco de poder caracterizado pela aliança entre o Estado e a burguesia nacional emergente, ainda que sem romper com antigos setores dominantes – os latifundiários – expressão das características coloniais presente no padrão de dominação no país.

No mundo após 1929, sobretudo no mundo ocidental, passou a vigor um conjunto de reformas de filiação keynesiana²⁴ cujas principais características são a busca do equilíbrio econômico, o investimento de capital do governo, a redução da taxa de juros, o equilíbrio entre a demanda e a produção, a intervenção estatal na

²³ Vargas implementou a censura à imprensa, intensificou a propaganda oficial do governo, efetivou forte repressão ao comunismo, amparada pela "Lei de Segurança Nacional", que impediu movimentos revolucionários, como a Intentona Comunista de 1935. Os segmentos da elite brasileira, representada no Governo Vargas, estavam preocupados em controlar a organização dos trabalhadores, uma vez que o anarquismo e o comunismo, propagados no Brasil, nas primeiras décadas do século XX ainda lhes assustavam.

²⁴ Grosso modo é possível sintetizar que a teoria liberal admite a baixa intervenção do Estado na economia, que é autorregulada e recusa a ideia de intervenção estatal. Como uma espécie de revisão da teoria liberal, a proposta de Keynes sustenta que o Estado deve intervir na economia sempre que necessário, a fim de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego. O neoliberalismo, a sua vez, defende a privatização de empresas estatais, a abertura econômica mediante a livre circulação de capitais internacionais.

economia, a garantia de “pleno” emprego, os benefícios sociais para a população de baixa renda, afim de garantir um sustento mínimo.

No Brasil, em sintonia aos processos internacionais, mas com mediações internas particulares, Vargas coloca o Estado como agente regulador de toda a vida social, política e econômica do país.

A Era Vargas buscou articular o desenvolvimento econômico combinando o enfrentamento da desigualdade social por meio de estratégias de polícia e de regulamentação social, sobretudo regulamentação das relações de trabalho, antecipando-se à luta e a reivindicação de segmentos de trabalhadores.

Sob a hegemonia do Estado, instaurou-se, no Brasil a legislação que regulava as relações entre operários e trabalhadores urbanos de um lado, e de outro, os patrões. Vargas vinculou o trabalhador ao Estado, submetendo os sindicatos ao Ministério do Trabalho. Se essa intervenção do Estado implicava maior controle da atividade política dos trabalhadores, na busca por disciplinar o movimento sindical, contraditoriamente representava algum ganho aos trabalhadores, concedendo-lhes alguma proteção social²⁵.

Durante a II Guerra a economia mundial sofreu danos, particularmente a economia dos países europeus. Ao contrário, a economia norte-americana dobrou o seu parque industrial nos anos de guerra. A partir do fim da II Guerra, na esfera da política, o continente europeu passou por um processo de divisão por zonas de influência política. Os soviéticos dominaram a região oriental da Europa, e a parcela ocidental do mundo ficou sob a influência dos Estados Unidos, que também financiaram a reestruturação da economia japonesa e investiram na América Latina — foram dados os primeiros passos da chamada Guerra Fria²⁶. Na esfera da economia mundial iniciou-se um período de intensa expansão do capitalismo, sob o comando do capital de base industrial — os chamados “30 anos gloriosos” (do pós-guerra até meados dos anos de 1970) — iniciou-se o padrão de desenvolvimento econômico tayloristas e fordistas, sustentado pelo *Welfare State*. Ambos.

²⁵. Dentre outros foram instituídos o Salário Mínimo e a CLT. Articula-se aqui também a importante análise produzida por Iamamoto e Carvalho (1982, 241-330) acerca do desenvolvimento das grandes instituições sociais na era Vargas, desenvolvimento este que serviu de base material à institucionalização do Serviço Social no Brasil.

²⁶. Para a caracterização das determinações econômicas, políticas e militares que os EUA mantiveram com a América Latina ver IANNI (1973).

[...] marcaram uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital Industrial, apoiada em uma organização da produção de bases tayloristas e fordistas, como estratégias de organização e gestão do processo de trabalho. Redundaram em ganhos de produtividade e um certo reconhecimento do poder sindical da classe operária. A estratégia taylorista/fordista de organização do processo produtivo implicava a produção em série e em massa para o consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, o trabalho parcelar fragmentado e a constituição da figura do 'operário massa' [...]. Essa base de organização do processo de trabalho, que teve a sua origem com Henry Ford na indústria automobilística, demarca o padrão Industrial do pós-guerra, complementado com políticas anticíclicas levadas à efeito pelo Estado, impulsionadoras do crescimento econômico. O Estado buscava canalizar o fundo público, tanto para o financiamento do capital, quanto para a reprodução da força de trabalho, movido pela lógica de que, para impulsionar a produção, há que ampliar mercados e preservar um certo poder aquisitivo da população, capaz de viabilizar o consumo de mercadorias e dinamização da economia. Ora, para atingir tais metas, é necessário uma política voltada para impulsionar a expansão do emprego – daí a meta keynesiana do 'pleno emprego' – e manter um certo padrão salarial, negociando com as diversas categorias de trabalhadores, por intermédio de sua representação sindical. (IAMAMOTO, 1999, p. 29 e 30)

Quando o capitalismo mundial embrenha em sua fase madura (após a recessão da economia entre os anos 1929 e 1932 e principalmente após a II Guerra Mundial), nos seus subseqüentes “30 anos gloriosos”, assiste-se a expansão dos direitos sociais no mundo. Nos países de capitalismo central, sobretudo os europeus, o Estado passou a funcionar segundo parâmetros do Estado de Bem-Estar Social, ou Estado-providência²⁷, cabendo-lhe garantir serviços públicos e proteção à população, considerando a gratuidade e universalidade do acesso à educação, à saúde, ao auxílio ao desemprego, à aposentadoria, à proteção maternal, à infância e à velhice, dentre outros.

Coube ao Estado viabilizar salários indiretos por meio das políticas sociais públicas, operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo de massa e conseqüente dinamização da produção econômica. Esse acordo entre *Estado, empresariado e sindicatos* envolveu uma ampliação das funções do Estado no campo das políticas públicas, que passaram a dispor de ampla abrangência, permitindo que fosse liberada a parcela da renda familiar para o consumo. A tais medidas, aliou-se uma rigorosa administração dos gastos governamentais. Assim, a implantação de uma rede pública de serviços sociais é parte da chamada regulação keynesiana da economia, uma das estratégias de rever ação das crises cíclicas do capitalismo no pós-guerra. Esse padrão de desenvolvimento possibilitou o avanço de certas conquistas no campo do bem-estar Social, especialmente nos países de primeiro mundo,

27. Vale lembrar que a origem do Estado de Bem-Estar social moderno é anterior aos chamados “anos gloriosos”. Data de 1880 quando o alemão Otto von Bismarck introduziu nacionalmente programas sociais tais como: seguro de saúde, indenização aos trabalhadores e pensões por velhice e invalidez. Nos Estados Unidos esta modalidade de Estado ganhou maior densidade desde 1933 por meio da estratégia do New Deal, com o presidente Roosevelt.

por meio do conhecido *Welfare State*. (IAMAMOTO, 1999, p. 30, grifos da autora)

Nesta modalidade de Estado, as políticas sociais são consideradas investimento produtivo, dinamizadoras da economia, não apenas gasto, de forma a intervir na diminuição da miséria por meio da distribuição de recursos e de renda²⁸.

No contexto da Guerra Fria, já a partir de 1947, o Brasil alinhou-se aos interesses dos EUA e desfrutou de relativo crescimento econômico, industrial e urbano durante os “30 anos gloriosos”, ainda que as desigualdades sociais existentes também houvessem aumentado.

Neste tempo, o Brasil se apresentava mais urbanizado, composto por uma expressiva indústria de base.

Em relação as disputas de classe, no Brasil consta um movimento popular e operário mais amadurecido, concentrado e com longa pauta reivindicativa – um tempo de democracia restrita (burguesa).

Ao contrário do que acontecia nos países de economia central, embora sob um relativo crescimento econômico, o Estado brasileiro não considerou os gastos com políticas sociais como “investimento produtivo”. A maior parte das políticas adotadas no Brasil nestes 30 anos reiterou o assistencialismo, a tutela e a benemerência do Estado destinada a remediar a pobreza, sem sequer ser capaz de atender às proposições liberais do Estado de Bem-Estar Social em criar uma maior eficiência econômico-produtiva e assim gerar novas e maiores riquezas.

Durante os “30 anos Gloriosos” parece-nos bastante apropriada a expressão “Estado de Mal Estar Social”, cunhada pelo sociólogo Francisco de Oliveira para sintetizar a situação do Estado na América Latina e particularmente no Brasil: “[...] e, sobretudo, falando da periferia latino-americana, embora nunca se tenha chegado a nenhum Estado do Bem-Estar – os nossos se parecem muito mais com o Estado do Mal-Estar [...]” (2004, p. 2).

Na primeira metade da década de 50 do século passado, o Brasil, liderado novamente por Getúlio Vargas (PTB), procurou implantar uma política de desenvolvimento nacionalista, o que desagradou forças da oposição,

²⁸. Como modalidade de constituição do Estado na sociabilidade do capitalismo é desnecessário, mas prudente aqui já notificar que tal investimento permanece a serviço da reprodução capitalista, sem responsabilidades com a sua eliminação. Voltaremos a isto mais adiante.

principalmente aquelas forças ligadas ao capital internacional. Após o suicídio de Vargas a crise política entre as frações dominantes no Brasil acentuou-se.

Na segunda metade daquela década Juscelino Kubitschek (PSD) foi eleito presidente do Brasil impondo um projeto intenso de modernização econômica e industrialização – o conhecido Plano de Metas²⁹. Os altos gastos do governo de Juscelino Kubitschek contribuíram para o endividamento do Brasil e para o crescimento da inflação. Houve também baixo investimento na área da educação e da produção de alimentos, intensificando a desigualdade social no país.

Em 1960, as eleições presidenciais brasileiras elegeram Jânio Quadros (PTN) com sua “política externa independente”, realinhando suas relações com os EUA, mas também abrindo o país para negociações diplomáticas com o bloco soviético. Jânio consolidou relativa alteração na composição do bloco de poder no país, acrescido pela burguesia internacional. Desagradou seus aliados conservadores e, isolado, renunciou à presidência em 1961.

O vice-presidente João Goulart (PTB) assumiu a presidência do Brasil e propôs um projeto nacional-popular na realização das conhecidas “Reformas de Base”, mais uma vez desagradando frações dominantes.

Enquanto grupos oposicionistas pressionavam internamente, o governo norte-americano interferia nos rumos da política brasileira, financiando eleições de políticos conservadores e instituições para organizar um golpe de Estado, por meio do qual se instalou no Brasil a Ditadura Militar Burguesa³⁰.

Os grupos progressistas – dos trabalhistas aos comunistas, dos reformistas aos revolucionários[...] – que apoiavam em maior ou menor grau o nacional-desenvolvimentismo foram derrotados e massacrados por uma ditadura civil militar - de vinte anos, e o desenvolvimentismo tomou novos rumos sobre o tacão de ferro dos militares, da tecnocracia estatal e da burguesia, hegemonizada pelos monopólios internacionais. (CASTELO 2012, p. 620-621)

²⁹. Que priorizava investimentos no desenvolvimento da malha rodoviária brasileira, na ampliação da capacidade energética do país, na infraestrutura portuária, na instalação de indústrias estrangeiras etc. O símbolo da modernização defendida por esse governo foi a construção da nova capital do Brasil, a cidade de Brasília (inaugurada oficialmente em 1960).

³⁰. Aqui a expressão Ditadura Militar Burguesa está em conformidade com Netto (1991) e a nossa concordância em usar o adjetivo “burguesa” expressa a intenção de atribuir ao Golpe Militar e a este período da história brasileira seu conteúdo classista. Em alguns autores esta intenção se expressa pelas designações “ditadura militar empresarial”, “ditadura civil militar”, etc.

Mantendo a inserção brasileira subalterna ao capitalismo mundial, o novo regime político instalado no país tem a finalidade de adequar o desenvolvimento nacional no cenário da divisão internacional capitalista, sobretudo da nova divisão do trabalho no capitalismo mundial, a serviço da consolidação do capitalismo financeiro no país e com a finalidade de imobilizar a resistência de vários sujeitos políticos internos (alguns articulados em âmbito latino-americano).

Para Netto

Nunca escapou aos analistas da ditadura brasileira que sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado (relativamente incruentos uns, como no Brasil, sanguinolentos outros, como na Indonésia) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma *contra-revolução preventiva* em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social)^[1]. (1991, p.16, grifos do autor).

A modernização brasileira, no plano econômico, sob a Ditadura Militar Burguesa, permaneceu aliada ao grande capital monopolista internacional e às forças políticas dominantes mais atrasadas.

Na busca por uma rápida acumulação, o regime militar investiu num padrão de produção de bens de consumo duráveis, capaz de beneficiar o capital estrangeiro e as grandes indústrias nacionais mas diminuindo drasticamente os salários, acarretando ônus social e levando o país, após um curto ciclo expansivo, o período por muitos designado pela expressão Milagre Econômico (1967-1973), a mais uma crise inflacionária e recessiva. “O milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora.” (CASTELO, 2012, p. 621).

No mundo, o padrão de acumulação capitalista baseado no modelo fordista-keynesiano começa a dar sinais de esgotamento com decréscimo do “pleno-emprego”, configurando-se outra crise cíclica do capitalismo mundial. São indicativos do esgotamento do período de expansão baseado no padrão da acumulação fordista-keynesiano: a queda das taxas de lucro, as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego. A crise do petróleo (1972) também demarca o declínio do ciclo da expansão capitalista dos “30 anos gloriosos” no mundo.

A primeira recessão mundial após a II Guerra sinaliza a queda no ciclo industrial em âmbito internacional e favorece a emergência de outras potências econômicas, impactando a disputa de poder no mundo.

A crise desse padrão de acumulação eclode e em meados da década de 1970, quando a economia mundial apresenta claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários e com uma mudança na distribuição do poder no cenário mundial. O Japão e Alemanha tornam-se países fortes e competitivos, fazendo com que os Estados Unidos deixem de ser a única força econômica no ocidente. (IAMAMOTO, 1999, p. 31)

No Brasil, a declínio do Milagre Econômico e a recessão na economia mundial que encerrava os “30 anos gloriosos” repercutiu em nova onda recessiva e de endividamento externo do país e se transformou numa crise política e de legitimidade do regime ditatorial.

Iniciada no governo Geisel (1974-79), período de falência do ‘milagre econômico brasileiro’, a liberalização do País interessava à burguesia. Ela agora estava fortalecida pela consolidação do capitalismo possibilitada pela ditadura e segura, uma vez que a ‘subversão’ da esquerda havia sido dominada pelo imenso aparelho repressivo montado após 1964.

[...]

na questão da abertura, militares, burguesia e a maioria dos políticos concordavam: o controle da distensão política não poderia escapar de suas mãos.

Para tanto era necessário conter abertura nos limites institucionais, condicionada a regras legalmente estabelecidas. Ela deveria ser ‘lenta, gradual e segura’, de modo a substituir os dispositivos de exceção criados durante a ditadura por outros que garantissem aspectos institucionais básicos e a participação popular dentro dos limites da lei, sobre controle.

(RODRIGUES, 1999, p. 12 e 13)

Na sequência do Governo Geisel (ARENA), a continuidade da distensão política no Brasil foi marcada pela permanência da crise econômica e política, pela dívida externa, pelos protestos ao seu pagamento, por conflitos de terra etc. O Presidente Figueiredo (1979 – 1985), também representante da ARENA, na tentativa de estabilizar a economia, implementou uma reforma monetária (Plano Cruzado), quando, dentre outras medidas, indexou a economia, buscou realizar o controle de preços e dos salários. No âmbito político seu governo foi conduzido mediante medidas contraditórias no enfrentamento da pressão da sociedade pela redemocratização do país (destacando-se a luta pela Anistia, a campanha por eleições diretas e a mobilização da sociedade brasileira organizada na interlocução com a Assembleia Nacional Constituinte, para formulação a nova Constituição brasileira).

No mundo, diante da crise do regime de produção e acumulação fordista-keynesiano, para a sobrevivência do sistema capitalista, a reação burguesa colocou

um novo regime de acumulação e de controle das massas operárias, retirando dessas o poder de barganha conquistado no período de vigência do fordismo.

No plano econômico emerge intensa concorrência intercapitalista por novos mercados, que exigem mudanças no padrão de produção — o que alguns autores designarão de reestruturação produtiva, acumulação flexível ou toyotismo. Este novo padrão de produção máximo, com o mínimo de trabalhadores, intensifica a exploração força de trabalho, apoiada pelas novas tecnologias e técnicas gerenciais.

Busca-se uma *flexibilidade no processo de trabalho*, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; *uma flexibilidade do mercado de trabalho*, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; *uma flexibilidade dos produtos*, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma *flexibilidade dos padrões de consumo*. Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais e, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre as regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo. (IAMAMOTO, 1999, p. 31, grifos da autora)

A reestruturação produtiva é mais que um processo de reorganização econômica e tecnológica do capital, ela incide sobre a reprodução da totalidade da vida social: mudanças no processo de produção e na correlação de forças entre capital e trabalho e um redirecionamento do papel do Estado — ela traz consigo o neoliberalismo. No plano político, inicia-se o avanço neoliberal no mundo com firme reação de segmentos burgueses ao Estado de Bem Estar Social. Reatualiza-se a estratégia de dominação da classe burguesa no mundo, por meio de um Estado forte para garantir as liberdades do mercado e mínimo na proteção ao mundo do trabalho e a população em geral.

O aceleração das contrarreformas de matiz neoliberal que assolaram os países capitalistas de norte a sul do globo desde a década de 1970 impôs um golpe estrutural na perspectiva social democrata de *welfare state* europeu e abortou qualquer possibilidade de sua instauração nos países de capitalismo periférico. (BOSCHETTI, 2013, p. 70, grifos da autora)

É possível considerar que nesta estratégia de dominação burguesa, a reforma do Estado é parte do processo de reestruturação capitalista iniciado após a crise do capital nos 1970 e a crise do Estado de Bem-Estar Social. E a resposta neoliberal a crise consistiu na redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado

econômico. No mundo, o capital diante de um quadro de crise engendra uma nova correlação de forças para a sua sobrevivência e reprodução.

Na década de 80 do século XX o mundo assiste à novas configurações do poder mundial

Com o colapso da URSS e sua área de controle mais direto, as transformações ocorridas na China e a perda de influência política de Cuba, abriu-se um curto período marcado pela tentativa de constituição de uma ordem mundial unipolar marcada, no plano ideológico, pela [...] apologia da democracia liberal e do neoliberalismo. (ALMEIDA, 2012, p. 695)

As consequências para a classe trabalhadora no mundo permanecem trágicas: altos índices de desemprego (cuja finalidade é aumentar o exército industrial de reserva); precarização das condições e relações de trabalho com a flexibilização dos vínculos empregatícios (terceirização dos serviços e dos contratos temporários).

A crise econômica mundial repercutiu no Brasil, mais uma vez no aumento das desigualdades sociais e ofereceu as bases materiais para o ressurgimento da classe trabalhadora organizada no cenário em que ainda vigorava o endurecimento político.

O protagonismo da classe trabalhadora fez efervescer a vida social e política do Brasil, que termina os anos 70 do século passado e atravessa os anos 80 com recorrentes mobilizações, greves e comícios históricos. Demarca-se o protagonismo dos setores do operariado da indústria automotiva do ABC paulista³¹, considerado um dos mais significativos impulsionadores políticos da crise da Ditadura Militar Burguesa no Brasil: o assim denominado “novo sindicalismo” que pôs a classe operária na vanguarda das lutas contra o regime naquele momento, que deu origem a CUT e se ampliou para vários outros setores assalariados.

As greves dos metalúrgicos do ABC paulista serviram de referência política para a série de movimentos grevistas e populares no Brasil daquela época, envolvendo muitos segmentos da classe trabalhadora

A partir de 1978, o cenário político e social é rico em experiências de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, numa perspectiva de unidade e luta contra o governo e contra os patrões. É uma luta salarial, de caráter generalizante, que envolve uma série de categorias assalariadas. Surge uma série de fóruns intersindicais. A expressão política do novo processo social, que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista, é a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda – o PT –, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais, [...] É possível salientar ainda

³¹. Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, na região metropolitana da capital de São Paulo

uma série de eventos de greves gerais e de greves por categorias, e ainda greves por empresas, que atingem as mais diversas expressões da classe trabalhadora e uma série de manifestações que indicam, no decorrer dos anos 80, o espírito de luta e resistência operária e popular, de um Brasil que clamava por democracia política e social. Era uma 'explosão do sindicalismo', ou ainda, de um 'novo sindicalismo', [...]. (ALVES, 2000, p. 112)

Setores burgueses que estiveram naquele momento a margem da acumulação capitalista promovida pela Ditadura Militar Burguesa passaram a apoiar segmentos de oposição, representado por importantes entidades (OAB, ABI, CNBB, dentre outras) compondo um heterogêneo arco de forças progressistas e democráticas.

Ante o avanço das forças democráticas, outrora neutralizadas pela violenta coerção da Ditadura, sucedeu-se a transição política para o regime democrático, restrito (burguês), mais uma vez rumo à conciliação “pelo alto”.

Embora durante os anos 80 existissem diversas opiniões sobre o modo de conduzir a renovação das instituições e o estabelecimento de um regime mais participativo, mais uma vez prevaleceram os rumos determinados pela conciliação entre os interesses de segmentos burgueses. (RODRIGUES, 1999, p.13)

A conciliação de interesses entre os diferentes segmentos dominantes no Brasil culminou na eleição indireta, via Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves (PMDB) para a Presidência da República em 1985, que faleceu antes de tomar posse, assumindo o cargo o seu vice, José Sarney (1985-1990), também representante do PMDB. Encerrava-se o regime político da Ditadura Militar Burguesa no País, embora muitos de seus traços ainda perdurem³².

No âmbito da economia o governo Sarney foi marcado pela troca de diversos ministros, pela implementação de diversos planos econômicos (Plano Cruzado, Plano Bresser, Pacote para a contenção de gastos públicos, Choque Verão – com o congelamento dos preços e criação nova moeda o Cruzado-Novo). No plano político Sarney enfrentou múltiplas greves de diferentes categorias de trabalhadores, convocou a Assembleia Nacional Constituinte e promulgou em 1988 a Constituição vigente.

Após as importantes conquistas trazidas pela Constituição de 1988 (também ela fruto de grandes embates sociais, como sabemos), instalou-se uma forte tendência

³². Para amparar esta afirmação, basta se analisar a truculência do controle político, social e policial do Estado nos territórios periféricos de São Paulo e Rio de Janeiro, assim como as estatísticas da letalidade policial (mortos pela Polícia Militar e Civil) que incide particularmente sobre a juventude negra e periférica neste dois Estados brasileiros.

neoliberal de desmonte e contrarreformas do Estado, fazendo com que as políticas sociais não fossem capazes de atender aos quesitos de proteção, de direitos sociais determinados pela Constituição.

Com o avanço do neoliberalismo, o movimento social, os sindicatos, as centrais sindicais e entidades representativas dos trabalhadores não conseguiram aglutinar força suficiente para fazer valer esses direitos constitucionais para amplas parcelas da população brasileira.

O capitalismo periférico mundial passou a ser também submetido a um conjunto de políticas macroeconômicas direcionadas para um amplo programa de reformas estruturais estabelecido no Consenso de Washington³³, que propõe um programa de reforma do Estado para liberar o mercado das amarras do modelo de Bem-Estar Social (como referido anteriormente, sequer realizado nos diferentes países latino-americanos) e enfraquecer a resistência dos diferentes sujeitos políticos presentes no cenário dos países de economia periférica (diferentes movimentos sociais e principalmente o movimento operário).

Ao longo da década de 90 do século passado o Brasil passou a aplicar o receituário prescrito pelo Consenso de Washington. A política de privatizações foi a principal medida adotada pelo governo brasileiro, na qual as empresas dos ramos das telecomunicações, de energia, mineração e outros foram transferidos do Estado para a iniciativa privada.

O Brasil adentra a década de 90, sob a presidência do neófito Fernando Collor de Mello (PRN), de nítida tendência neoliberal, eleito para presidente na eleição de 1989, primeira eleição direta para presidente desde 1960. Alinhado às recomendações dos organismos internacionais, implementa medidas para a minimização dos gastos públicos governamentais (particularmente na área social) e propõe uma reforma econômica alavancada no processo de privatização das

33. Encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos que reuniu diversos economistas latino-americanos liberais, funcionários do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e do governo norte-americano. Além de avaliar as “reformas” para promover o ajustamento macroeconômico, realizadas pelos países da América Latina, o encontro reiterou as ideias que já eram difundidas pelos governos dos países de economia central desde o início do avanço do neoliberalismo pelo mundo, nas décadas de 1970 e 1980 (com destaque para os EUA e Reino Unido), que defendiam a abertura econômica e comercial, sob a orientação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico, além de estabelecer um conjunto de prescrições para concessão de créditos, por parte de instituições como o FMI e o Banco Mundial.

empresas nacionais e na abertura econômica para capitais estrangeiros. Implementou o confisco das poupanças por um período de 18 meses, estabelecido por meio de medida provisória, mas não conseguiu conter a inflação.

Em 1991 surgiram denúncias de corrupção envolvendo o "caçador de marajás", e "defensor dos descamisados" e sua esposa, Roseane Collor. Em maio de 1992 foi acusado publicamente pelo seu irmão Pedro Collor, por beneficiar-se de transações desonestas, por intermédio do tesoureiro de sua campanha presidencial, o empresário PC Farias. O "esquema PC", como ficou conhecido, beneficiaria membros do governo e o próprio presidente. Governo com fraca sustentação política e com grande insatisfação popular deparou-se com a oposição dos "caras-pintadas" que foram às ruas – um movimento essencialmente estudantil, promovido principalmente pela União Nacional dos Estudantes e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. O movimento foi apoiado por diversos setores da sociedade.

Foi instalado o processo de *impeachment* de Fernando Collor. Antes da cassação de seu mandato ser aprovada, com a condenação iminente no Senado, Collor já afastado do cargo, renunciou no dia 29 de dezembro de 1992.

Após, assume a presidência do país, seu vice, Itamar Franco (PMDB), cujo feito mais significativo foi a instituição do Plano Real em 1994 - um plano de estabilização monetária brasileira. O responsável pelo Plano Real foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso que em 1995, sucede a Itamar Franco assumindo a presidência do Brasil e dá continuidade à ofensiva neoliberal no país, por meio de dois mandatos consecutivos.

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) priorizou a manutenção da estabilidade da moeda e encaminhou a necessidade de "reformatar" o Estado³⁴, segundo os paradigmas políticos neoliberais (sobrepondo o mercado ao Estado, a esfera privada à esfera pública), colocando em prática no Brasil o projeto macroeconômico

³⁴. Importante referência para se pensar a contrarreforma do Estado no Brasil, a partir de Collor e com especial atenção ao período do governo FHC, consta em BEHRING, 2008. A autora ao analisar o lugar do Estado, as modificações de sua estrutura sob o ângulo da reforma neoliberal, com o desmonte da estrutura estatal e o retrocesso de direitos sociais prefere a expressão "contrarreforma" do Estado, com a qual temos pleno acordo. Defende Behring "[...] esteve em curso no Brasil dos anos 1990 uma contra-reforma do Estado, e não uma 'reforma', como apontavam – e ainda o fazem – seus defensores. Uma contra-reforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas." (p. 281)

propugnado pelas agências financeiras internacionais. Deu primazia a privatização dos bens públicos e a redução do papel do Estado. Sob a influência intelectual de Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) entrou em vigência o Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995), expressão institucional do projeto de contrarreforma do governo que fomentou a depreciação do setor público e superdimensionou o mercado financeiro. A “reforma” previdenciária, sob seu governo, representou interesses dos setores conservadores e das agências financeiras internacionais para privatizar o sistema através da redução da previdência pública e supervalorização da previdência complementar. Um conjunto de alterações regressivas voltava-se em promover ajuste fiscal e transformar a administração pública brasileira em uma administração de padrão gerencial privado, repercutindo no funcionalismo público, restringindo direitos previdenciários conquistados historicamente.

Processualmente a contrarreforma do Estado brasileiro foi sendo conduzida sob a pauta do ajuste fiscal, com a privatização de empresas públicas e desvinculada da ideia de fortalecimento da proteção social, sem alcançar melhoria das expressões de desigualdade social no Brasil, mais uma vez atingindo a luta e as importantes conquistas da classe trabalhadora brasileira, expropriando direitos, principalmente os sociais.

Em 2003 assume a presidência do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sucedido pelo governo da presidenta Dilma Rousseff (PT) até 2016, mandatos que voltam a apregoar “reformas”, mandatos de caráter democrático-popular e que frustram a esperança de uma democracia radical em seu sentido econômico e político.

No âmbito social estes governos consubstanciam importantes direitos sociais e humanos no país – talvez a face mais expressiva da já mencionada “promessa burguesa”³⁵, nunca concretizada também no território brasileiro.

A meta de reverter a desigualdade social no Brasil, no governo Lula, foi relativamente atingida por meio da combinação de distribuição direta de benefícios,

³⁵. O uso das aspas serve para depreciar ironicamente o ideário burguês de justiça, liberdade e igualdade anunciado ao tempo em que se pôs classe revolucionária e que foi processualmente desbotando a partir da conquista e consolidação de sua supremacia, tornando-se classe dominante.

com aumento real de salários, a partir da elevação de seu piso mínimo e da ampliação da parcela da população com acesso ao crédito, mas em seu governo

[...] não somente se manteve a hegemonia do grande capital, em especial de seus segmentos mais ligados à atividade especulativa, como foi intensa a participação direta das frações burguesas, inclusive via representação parlamentar, na definição da política de Estado. [...] o governo Lula não foi tão fiel à ortodoxia neoliberal como ocorreu com seu antecessor, FHC, [...] a política econômica do governo Lula incentivou o desenvolvimento da produção industrial voltada para o mercado interno e abriu o leque de relações econômicas internacionais, reduzindo a participação, nesse setor, dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. (ALMEIDA, 2012, p.700)

Sob o governo Lula, o Estado implementou políticas sociais, alcançando aumento relativo de emprego e da renda de segmentos mais pauperizados.

No plano interno, o nacionalismo se expressou principalmente na proposta de 'inclusão social' dos contingentes mais pauperizados da sociedade brasileira [...] e na defesa do capitalismo instalado no país, em especial dos setores do grande capital nativo. (ALMEIDA, 2012, p. 704)

Inalterada a direção da política econômica, permaneceram as muitas concessões aos mercados e a reconstrução do país, onde a rearticulação de uma agenda progressista envolvendo o Estado e a participação efetiva da sociedade foi processualmente sendo perdida.

Em 2007-2008 a crise mundial se aprofunda nos países de capitalismo central, com acirramento da disputa pelo poder político, tendo o espectro das forças de direita à frente. Os EUA pressionam particularmente a economia chinesa aumentando tensões políticas no mundo.

Os impactos negativos desta crise incidem no período do próximo governo no Brasil. Eleita em 2011, Dilma Rousseff manteve as políticas sociais voltadas a redução das desigualdades e ao aumento da renda real do trabalhador, e no plano econômico atendeu às pautas da indústria e apesar dos estímulos, os indicadores de crescimento permaneceram raquíticos.

O governo de Dilma Rousseff reiterou o modelo de regulação do Estado do seu antecessor naquilo que diz respeito a busca por obter o consentimento das direções dos movimentos sociais e o das classes subalternas na busca de conciliação entre classes.

[...] Os programas e ações sociais do PT focados na pauperização absoluta alteraram parte das condições de vida de parcela expressiva da população. Somados à política de valorização do salário mínimo, puderam, até 2013, recuperar parcialmente os rendimentos das famílias mais empobrecidas, reduzindo assim o pauperismo absoluto, ainda que, por outro lado, tenhamos

assistido ao surgimento de novas formas de pauperismo relativo. Os efeitos contraditórios dessas políticas adotadas explicitavam uma verdadeira *conciliação de classes* em curso, visível no consentimento *passivo* das massas alcançadas pelos programas sociais ou na cooptação e no consentimento *ativo* de seus organismos políticos mais vigorosos. (BRAZ, 2019, p. 189, grifos do autor)

O aprofundamento da crise econômica mundial deflagrou novo tensionamento político interno e o governo de Dilma Rousseff deixou de ser visto pelos empresários como suficientemente empenhado na promoção dos “ajustes”. Ao olhar dos representantes do grande capital (industrial, agroindustrial, rentista) em tempos de retração da economia mundial, os ajustes exigiam a opção por desarticular direitos dos trabalhadores, reduzindo o custo do trabalho. Era a hora da chegada ao fim do período do “social-desenvolvimentismo” (POCHMANN, 2010)³⁶.

O caráter social-desenvolvimentista da programática adotada pelos governos do PT era demasiado: era necessário que a economia se reorganizasse pela retração dos direitos e do Estado, era preciso a volta da direção da vida social pelo mercado, e que a ação do mercado fosse sem a intermediação das regras da democracia vigentes no Estado de Direito (burguês).

Uma manobra contábil do governo, suntuosa e moralmente trazida a público sob a designação de “pedaladas fiscais”, ofereceu materialidade ao oportunista pedido de afastamento de Dilma Rousseff da presidência do país, seguida pela sua condenação e seu *impeachment*. O parlamento brasileiro desprezou o voto democrático da população brasileira e aprovou o impedimento de Dilma Rousseff. Mais uma vez a oligarquia brasileira – financeira, industrial, rural, midiática, jurídica, parlamentar, executou um Golpe de Estado³⁷ marcando a história do país.

O Golpe foi processualmente sendo composto, desde a crise do capitalismo mundial de 2007-2008 e enfaticamente desde 2013, por meio dentre outros, da manipulação da opinião pública pelas redes sociais e da reiteração cotidiana do ódio de classe (e contra o PT)³⁸.

³⁶. Por outros analistas, com sutis diferenças críticas, este período é denominado por expressões como “novo-desenvolvimentismo”, “neo-desenvolvimentismo”, “desenvolvimentismo de esquerda”.

³⁷. Partilha-se aqui das análises que examinam este acontecimento como uma cassação política por meio de um golpe de Estado, por meio da ruptura com as leis institucionais e com a democracia representativa liberal-burguesa.

³⁸. Importante registro na perspectiva crítica acerca da memória da ambiência prévia ao golpe de Estado que culminou com a *impeachment* de Dilma Rousseff, que teve a frente o vice-presidente da república Michel Temer pode ser obtido in CASTRO, 2016.

O desfecho foi a cassação do mandato de Dilma Rousseff, em votação no plenário do Senado Federal em 31 de agosto de 2016, sob o patrocínio do grande capital (e aqui recorde-se o protagonismo da FIESP), de diferentes segmentos da classe dominante brasileira, com seus aparelhos privados de hegemonia³⁹. A tv, as rádios e jornais de grande circulação, com apoio de Igrejas (principalmente as neopentecostais), promoveram a cassação de Dilma Rousseff, além das persistentes negociatas no parlamento patrimonialista brasileiro sob a condução da “velha política” e do protagonismo de Michel Temer (PMDB), o herdeiro do Golpe.

O Golpe repete a articulação “pelo alto” e sem que o movimento dos trabalhadores representasse de fato ameaça a ordem capitalista. Serviu ao aprofundamento dos ataques aos trabalhadores, aos seus direitos conquistados, intensificando a criminalização dos movimentos sociais, o extermínio dos pobres, a violência institucionalizada, para que o Estado fosse capaz de impor as “reformas” (em verdade as contrarreformas) exigidas pelo grande capital mundial monopolista e imperialista.

O Golpe também serviu para tornar prevalente a justificativa de que a diminuição da atividade econômica e o chamado desequilíbrio das contas públicas são manifestações do esbanjamento do governo com as políticas sociais, a ser substituído por cortes em programas sociais, privatizações, concessões, “reforma” previdenciária, revisão dos repasses para a Saúde e Educação, “reforma” trabalhista, dentre outros, tornando ainda mais precárias as relações de trabalho nas cidades e no campo e desonerando os empregadores de obrigações trabalhistas e tributárias. Justificava-se novamente a defesa de um Estado enxuto e minimamente regulatório.

Ainda na esfera política, o *impeachment* representou para segmentos dominantes mais vinculados ao capital internacional uma possibilidade de deter a marcha das investigações sobre corrupção. O impedimento de Dilma representava também melhores chances para reabrir o patrimônio nacional à exploração de interessados internacionais.

³⁹. “Para Gramsci não há hegemonia ou direção política e ideológica sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil. Tais organizações, denominada de aparelhos privados de hegemonia, possuem autonomia para manifestação e base material própria, na perspectiva de legitimação dos interesses da classe dominante” (LIMA, 2012, p 97).

A promessa de cidadania (burguesa) novamente se rendia ao império da lógica da acumulação capitalista, desconsiderando o já mencionado resultado das urnas havido naquela eleição presencial, a lógica dos direitos, a lógica da justiça social.

A cassação do mandato presidencial de Dilma Rousseff representou a derrota da redemocratização brasileira, com o retorno de civis ao poder presidencial a partir 1985, representou a derrota das poucas conquistas sociais, consubstanciadas no plano jurídico formal com a promulgação da Constituição de 1988 e de um conjunto de leis complementares sancionadas a seguir.

Ainda em 2016, assume a presidência do Brasil o Sr. Michel Temer. As realizações de Temer em seus dois anos de governo não corresponderam aos interesses da população brasileira, considerado o aumento do desemprego, a queda em empregos formais, o reajuste do salário mínimo abaixo da inflação, além de outras regressões que tornam ainda mais dramáticas as condições de vida e de trabalho dos brasileiros. Dentre as realizações do governo de Michel Temer estão a regressiva “reforma” trabalhista implementada, a aprovação pelo Parlamento da Emenda Constitucional nº 95 que ao instituir um novo regime fiscal, congela gastos públicos por 20 anos e portanto impacta diretamente o financiamento público das políticas sociais, os cortes na Saúde, na Educação e em programas sociais. Temer terminou seu mandato sendo alvo de uma sequência de denúncias e investigações no Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento em esquemas de corrupção.

O capitalismo mundial permanece enfrentando sua mais profunda crise desde a II Guerra Mundial, uma crise que dá mostra que ameaça a própria existência objetiva deste modelo econômico. Neste enfrentamento tem promovido a sobrevivência de seu sistema de poder – o neoliberalismo – e não só a sobrevivência mas a sua reatualização e radicalização, conseguindo produzir um recuo de caráter defensivo das forças progressistas e de esquerda mundiais e produzir nas forças políticas à direita, uma impactante articulação mundial, que se abastece na insatisfação popular.

Assim também se fez na ordem econômica e política brasileira, intimamente associada a tendência mundial, em seu traço autoritário e ultraconservador que marcadamente voltou a perseguir e criminalizar aqueles que lutam por sobreviver e disputam o alcance de migalhas da “prometida” cidadania (burguesa) no interior da sociabilidade do capital.

O mundo e nele o Brasil ingressam no avanço de um peculiar período do neoliberalismo – para alguns o “novo neoliberalismo” – em sua ofensiva contra a democracia restrita (burguesa) e radicalmente contra os direitos humanos e sociais.

Homens e mulheres autoritários foram sendo eleitos para o Executivo de diversos países; homens e mulheres que nutrem o medo e o ódio, que satanizam grupos sociais específicos, que fazem regredir os limitados ganhos sobre as mudanças climáticas, sobre a equidade sexual e racial. Em todo o mundo este “novo” neoliberalismo canaliza e explora o medo e o ódio de classe, o preconceito étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de forma a direcionar a sociedade contra determinados segmentos sociais (dentre outros os imigrantes, os refugiados, a população LGBT, os negros, os indígenas, os partidos ou líderes políticos de esquerda).

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em novembro de 2016 garante a liderança deste período peculiar do neoliberalismo no mundo. Foram exemplos da sua postura ultranacionalista e de intolerância à diferença suas medidas contra a imigração, sua tenacidade na construção de um muro na fronteira do seu país com o México, dentre tantas outras polêmicas, promessas ou realizações autoritárias.

O Brasil, país de capitalismo periférico que já conheceu anteriormente regimes ditatoriais, mostrou-se sem defesas aos ataques desta onda hiper autoritária do “novo” neoliberalismo, autodeclarado “patriótico” e que viola sem constrangimentos os princípios da democracia restrita (burguesa), mais uma vez impulsionado a partir do capitalismo central (Estados Unidos ou União Europeia), mas realizado com a participação de forças internas retrogradadas em ascensão.

Este “novo” neoliberalismo impõe à economia brasileira um também “novo” grau de dependência e subordinação: um “novo” neoliberalismo que intenta quebrar o sistema financeiro nacional e privatizar radicalmente o Estado brasileiro, liquidando-o (com atenção especial aos bancos públicos) e sendo capaz de impedir qualquer iniciativa “social-desenvolvimentista” e/ou qualquer pressão social “dos de baixo”.

Em relação ao mundo do trabalho reiteram-se a superexploração, a precarização das relações e condições de trabalho, muitas vezes exercido em condições análogas ao trabalho escravo, a piorar.

Em nome da manutenção da acumulação capitalista, a ofensiva conservadora da direita impôs ao regime político brasileiro uma orientação centrada na destruição

de direitos políticos e sociais a ser efetivada pelo governo, empossado por força do Golpe e a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo sucessor, eleito por meio do voto direto, o Sr. Bolsonaro (à ocasião, representante do PSL, depois sem partido)⁴⁰.

A campanha de Bolsonaro fora sustentada pelas oligarquias rurais, industriais, midiáticas, religiosas e financeiras (inclusive presentes no Parlamento brasileiro) e já sugeria o que se teria logo a seguir: um momento hiper autoritário do “novo” neoliberalismo, que viola abertamente, como já mencionado, os princípios da democracia restrita do Estado de Direito (burguês), intensifica políticas econômicas neoliberais, busca restaurar a ordem moral mais tradicional, o patriotismo fanático e a declarada como necessária vigilância à “Segurança Nacional”.

Na continuidade do desfecho do Golpe de 2016, a eleição de Bolsonaro para a presidência da República em 2018 deu prosseguimento ao particular capitalismo brasileiro e seu “novo” neoliberalismo.

Seu (des)governo, seja em relação a dimensão econômica, seja como um sistema de poder, tem similitudes com as ondas reacionárias e conservadoras em alguns países da Europa e nas posições de extrema direita de Trump, nos EUA e seus seguidores. Está situado no interior de um processo que ocorre em escala global, aspectos hiper autoritários (ou aspectos fascistas, conforme outras análises) que repercutem no avanço de forças regressivas e do peculiar neoliberalismo no mundo.

No Brasil, desde então, vem se reafirmando uma verdadeira obsessão pela redução de custos do trabalho, acirrando a precarização salarial da classe trabalhadora, com a usurpação de seus direitos trabalhistas. A palavra de ordem vem sendo o “desmonte da CLT” e tornar sem efetividade a parte social da Constituição de 1988. Ao lado da CLT, construiu-se um arcabouço jurídico para a contratação flexível que permite contornar direitos trabalhistas. A Constituição é desrespeitada especialmente na medida em que se contingência parte do Fundo Público, que deveria garantir a efetividade dos direitos sociais.

O (des)governo da Era Bolsonaro vem implementando um projeto de devastação da institucionalidade estatal de forma extremamente radical, redefinindo o Estado de Direito (burguês) e sua correspondente democracia restrita (burguesa).

⁴⁰. Até o momento de finalização desta Tese o Sr. Bolsonaro permanece sem partido e anunciando sua intenção de criar o Partido Aliança pelo Brasil.

É possível ilustrar fartamente a devastação do Estado que vem sendo promovida, bastando mencionar o fechamento de diversos mecanismos e condutos institucionais de fiscalização e controle pela sociedade, os sucessivos ataques aos direitos humanos e sociais, a censura à temas diversos como gênero, sexualidade e política, a legitimação do uso da força letal por parte dos agentes do Estado e a fragilização das garantias constitucionais. Sua visão encontra materialidade no Pacote de “Lei Anticrime” do então Ministro Sérgio Moro (aprovado parcialmente) que agrava a violência institucional de Estado⁴¹. A “Reforma” da Previdência Social negociada e aprovada no Parlamento que efetivamente retarda, quando não inviabiliza, o acesso à aposentadoria, especialmente dos mais jovens e dos mais pobres e atinge não só o direito à aposentadoria, mas também o valor e as regras de obtenção à pensão por morte e invalidez e vários outros direitos previdenciários (há muito já designados “benefícios” previdenciários). Recorde-se ainda a polêmica em torno da intenção ministerial (não aprovada) na mercantilização da previdência pública por meio da proposta de capitalização, favorecendo mais uma vez o capital financeiro.

Este (des)governo vem produzindo múltiplas ameaças à Educação Pública, seja na censura direta e moral a certos assuntos (gênero, sexualidade, drogas, política etc.), na extinção do ensino de Sociologia, Artes e Filosofia no Ensino Médio, na desvalorização da área das humanidades, na perseguição à livre atividade docente e à auto-organização dos estudantes; no conservadorismo que ameaça o caráter laico, livre e científico do ambiente escolar, no contingenciamento de recursos da Educação e da Pesquisa. Vem também valorizando o atrelamento do sistema escolar e universitário exclusivamente à lógica do trabalho, sem nenhum outro ganho (intelectual, cultural, simbólico) aos estudantes e, por consequência, aos cidadãos trabalhadores e à sociedade como um todo, no desmonte quase completo da pós-graduação e também da pesquisa, priorizando que a educação superior e a pesquisa sejam realizadas pela iniciativa privada.

O desmonte da Educação brasileira deste (des)governo cumpre função política, uma vez que, sem conteúdo da área das humanidades, os trabalhadores estarão cada

⁴¹. A tentativa em aprovar o “excludente de ilicitude”, contido (e depois retirado) do Pacote de “Lei Anticrime” prometiam agravar ainda mais o uso indiscriminado da força policial e a institucionalização da morte como método legitimado e normalizado de combate ao crime. E que incidiria, como é sabido, sobretudo sob a juventude negra e periférica dos grandes centros urbanos do Brasil.

vez mais afastados das possibilidades de desenvolver o pensamento crítico. É sabido que sem ferramentas das ciências humanas para questionar a realidade, ela é mais facilmente naturalizada, moralizada. O desmonte da Educação brasileira cumpre também uma função econômica, qual seja aquela de reconfigurar o papel da escola e da universidade como fábrica de um tipo específico de mão-de-obra, tola e obediente, refém permanente da extrema pobreza que lhe bate à porta.

O saldo desta ofensiva ultraliberal e conservadora na era Bolsonaro vem sendo, entre outros, a manutenção da acumulação capitalista, a concentração de propriedade, renda, capital e poder nas mãos de poucos, o recuo das instituições democráticas, a redução progressiva da vigência da Constituição, a degradação dos três poderes, a retirada de direitos, a perda da soberania nacional, o aumento da desigualdade social, a busca incessante pela redução de custos do trabalho, acirrando a precarização salarial da classe trabalhadora, com a usurpação de seus direitos trabalhistas.

O ideário do (des)governo de Bolsonaro tem feito aumentar a xenofobia, estimula todas as fontes de ódio e intolerância contra mulheres, negros, indígenas, homossexuais, promove a reversão dos direitos humanos e sociais no país, a intensificação da repressão e do rigor nas punições em determinadas situações, além de flexibilizar o acesso a armas.

A ascensão política deste projeto societário, com Jair Bolsonaro, também cumpre interesses estratégicos de aumentar a taxa de exploração, capturar o Fundo Público e usurpar as riquezas nacionais, cria condições efetivas para o aumento da taxa de exploração e ampliação da pobreza e desigualdade social no país.

Para realizar seu objetivo, as elites econômicas aliaram-se aos setores mais reacionários, obscurantistas e retrógrados da sociedade brasileira e tem escrito páginas irracionalistas, xenofóbicas, misóginas, homofóbicas, de intolerância política, de ódio de classe, de defesa da pena de morte, do desprezo à cultura, à educação e à ciência, da história brasileira.

O fundamentalismo cristão que tem servido à sustentação da direção de ultradireita deste (des)governo, tem deslocado a disputa política para um campo pretensamente moral (moralista, seria melhor expressão). Tudo isto, servindo como estratégia para prevenir e desmobilizar a luta social e a disputa por participação dos trabalhadores brasileiros.

Um (des)governo obscurantista, regressivo, autoritário e antinacional (embora se autoproclame o contrário) inspirado no sombrio período da ditadura militar implantada em 1964, pratica uma política externa servil; um (des)governo que contou com a cumplicidade dos demais Poderes de Estado, cegos aos termos regressivos de “reforma” trabalhista, ao encarceramento (quando não o extermínio) da juventude negra e periférica realizado pela política de “segurança pública”, ao desrespeito aos indígenas no seu direito de soberania étnica, no seu direito de existir, e a tantas outras violações dos direitos humanos e à instalação da barbárie no Brasil.

Como Braz, concorda-se que o “pós-golpe já fez estrago no Brasil, mas [...] sua pauta regressiva não se esgotou. [...]”. O autor sintetiza de modo contundente os objetivos da continua agenda econômica destrutiva pós golpe, necessários para acelerar as contrarreformas em curso no Brasil e na América Latina:

- recolocar o Brasil na área de influência imperialista prioritária dos EUA;
- reduzir os custos do trabalho no país, [...] que intenta reduzir o trabalho necessário para aumentar o trabalho excedente;
- criar condições para uma austeridade radical que, além de preservar o lamentável ‘teto dos gastos sociais’, procurará promover cortes e contingenciamentos profundos (como os que foram aplicados nas universidades públicas em maio [de 2019]) no orçamento de todas as áreas sociais. [...];
- readequar as políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical apoiado, principalmente, num programa de mercantilização com vistas a transformá-las em serviços explorados pelo mercado, [...];
- adotar um programa radical de privatizações que pretende liquidar o que restou do patrimônio público brasileiro, tendo como alvo prioritário à Petrobras.

Essa agenda não é apenas do governo Bolsonaro. Ela é a agenda política e econômica do imperialismo para América Latina, que tendo nos EUA o seu centro de comando principal, encontra em vários de nossos países amplos setores burgueses associados e dependentes que lhe facultam apoio [...]. (2019, p. 192 e 193)

Sempre há um grande risco em analisar o tempo presente, uma vez que existem eventos que ainda não terminaram de se revelar, sem contar a impossibilidade de distanciamento para o pleno exercício da crítica (frise-se: distanciamento e não neutralidade). Mesmo assim, correndo risco de cometer equívocos, consideramos aqui o (des)governo Bolsonaro como a personificação de uma “nova era” ultraconservadora e ultraliberal que vem se objetivando há quase dois anos no Brasil⁴². Este (des)governo vem realizando um feito inusitado: reatualizando

⁴². Necessário que se esclareça aqui que devido ao cronograma deste estudo encerramos as 2.

as formas da autocracia burguesa na vigência jurídico-formal do Estado de Direito (burguês). Feito de consequências devastadoras para todos aqueles que “vivem do trabalho” e para o trabalho do assistente social, particularmente aquele movido pelo projeto ético-político vigente.

No interior do particular processo histórico da formação social, econômica e política brasileira o capitalismo consolidou-se no país, porém os direitos sociais, econômicos e políticos e sua democracia restrita (burguesa) permanecem incompletos. Esta incompletude, como buscamos apontar, explica-se pelas razões estruturais deste modo de produção e de sociabilidade, por razões históricas da peculiar formação brasileira e pelo particular avanço do ultraconservadorismo e ultraliberalismo, neste tempo presente.

Ao contrário do que aconteceu historicamente com o capitalismo nos países centrais, o Estado brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores/as do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social. (RAICHELIS, 2020, p. 21)

Desta incompletude deriva a análise do objeto de reflexão desta Tese – as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, como se lerá no Capítulo III.

O tempo presente saturado por determinações históricas é um tempo de mudanças no mundo do trabalho e no padrão de relacionamento que o Estado mantém com a sociedade, sob a vigência da financeirização da economia em escala global, com agudas repercussões negativas nas condições de vida da maioria da população brasileira.

Nosso peculiar capitalismo também alcançou formato “moderno e flexível” e permanece ocultando seu modo de ser predatório, suas relações e contratos de trabalho precários, seu intenso ritmo de exploração, a mercantilização de todas as esferas da vida, acirrando as desigualdades sociais.

O mundo do trabalho na contemporaneidade brasileira, herda traços do escravismo, do coronelismo, do autoritarismo e do clientelismo, peculiares à formação brasileira e da configuração tardia do nosso capitalismo, dependente e periférico.

considerações sobre a “Era Bolsonaro” no início de 2020, antes de se instaurar no Brasil e no mundo a Pandemia pelo Corona Vírus-COVID19.

Basta observar a presença explícita (e a oculta) do racismo, do machismo, da misoginia, da homofobia e tantas outras intolerâncias e preconceitos sociais vigentes também no mercado de trabalho (e na vida social em geral).

É possível considerar também que o mundo do trabalho no país permanece caracterizado pela informalidade, pela desagregação e pela cooptação dos trabalhadores, até o tempo presente.

Como na maior parte do mundo, no Brasil também assistimos à progressiva flexibilização no processo de trabalho, a progressiva desregulamentação dos direitos do trabalho, tão arduamente conquistados. Assistimos novas formas de gestão da força de trabalho (com base em parâmetros da tida “qualidade total”, controle de metas, participação nos lucros etc.). Assistimos a concorrência e competitividade intercapitalista; profundas transformações na esfera tecnológica (microeletrônica, informática, robótica, inteligência artificial etc.); a extinção de postos de trabalho; o desemprego estrutural e aquele resultante das inovações tecnológicas. Assistimos a polivalência e terceirização nos processos de trabalho, ao trabalho cada vez mais precarização; com contratos temporários, rotatividade; subcontratação; trabalho intermitente (agora “legalizado”); rebaixamento salarial. Enfim por aqui atravessamos também a contemporânea fase de exploração do trabalho, que continua produzindo uma legião cada vez maior de sobrantes, descartáveis para as necessidades do capital.

As mudanças do mundo do trabalho no Brasil passam a impactar sobremaneira também a organização dos trabalhadores – as lutas sindicais se fragilizam em face do crescimento do desemprego. Decorrem desta nova configuração as múltiplas formas de instabilidade e inseguranças que ameaçam a organização da força de trabalho, colocando sua luta, quando muito, numa postura defensiva.

A tirania da acumulação no capitalismo periférico brasileiro sobre o trabalho (ultra precarizado, em tempos de acumulação flexível) mais uma vez vem prevalecendo à recusa classista dos trabalhadores.

Larga parcela da população é lançada em trabalhos precários, temporários, subcontratado, intermitente, mal remunerado. Aumenta a parcela de trabalhadores desnecessários, segmentos da população cuja força de trabalho não tem mais preço porque não tem mais lugar no mercado de trabalho, são os descartáveis e que

vivenciam toda a sorte de riscos de suas possibilidades de defender ou de reproduzir a própria vida e de sua família.

As mudanças o mundo do trabalho repercutem no aumento da demanda por políticas, programas e serviços públicos: amplia-se o contingente de sobrantes para as necessidades do capital, cresce a exclusão social, econômica, política, cultural, cresce a violência, a pauperização, a escassez ou falta de acessos a bens e serviços básicos: a Saúde, a Previdência Social, a Assistência Social, a Habitação, a Educação etc. A superexploração da força de trabalho continua implicando dramáticas consequências para as condições de vida e de trabalho (ou de não-trabalho) da maioria da população brasileira, ainda que algumas sutilezas tenham marcado as diferenças entre os períodos da vigência da autocracia e os períodos de ordenamento jurídico-formal do chamado Estado Democrático de Direito (burguês).

Nossa história pretérita colonial e nossa forma de inserção no capitalismo imperialista mundial, subordinada e dependente, implicaram determinações ao padrão de dominação executado pelo Estado brasileiro que por meio de um conjunto de mediações vem cumprindo sua função econômica e política, a serviço do desenvolvimento das relações sociais favoráveis a produção e apropriação burguesas, na garantia das condições de legitimação do ordenamento social necessário a manutenção do processo de valorização do capital. Para tanto, dentre outros, desenvolve políticas, programas e serviços públicos, trazendo consigo ocultado o objetivo de reprodução da força de trabalho, motor da acumulação e da superpopulação às necessidades do capital, por ele inevitavelmente produzida, embora como mencionamos páginas antes, no Brasil de traços excludentes, o Estado sequer vem efetivando para todos, as condições mínimas de reprodução social, necessárias à lógica capitalista.

A ofensiva neoliberal e mais recentemente ultraliberal no Brasil vem repercutindo na regressão de direitos, sempre tão anêmicos, com fortes impactos nas condições de vida e de trabalho da população e no trabalho profissional dos assistentes sociais, como já mencionamos. No plano da proteção pública assistimos à eliminação de direitos sociais e trabalhistas e o consequente aumento das demandas por diferentes serviços públicos. Assistimos ainda à privatização e terceirização da própria esfera pública.

O Fundo Público vem sendo cada vez mais desigualmente distribuído e canalizado para interesses privados. O Estado brasileiro progressivamente vem intensificando sua contribuição na estratégia de aumentar a taxa de exploração. Neste momento do “novo” neoliberalismo, o Estado, via Fundo Público, apoia a acumulação de lucro, tornando-se fundamental para a sustentabilidade especialmente do capital financeiro. E o Estado também vem fazendo fluir a acumulação aqui realizada para os domínios imperialistas do capital em socorro às crises do capital mundial.

O processo de reprodução ampliada do valor continua requisitando a interferência estatal. O Fundo Público vem sendo mecanismo regulador de financiamento da acumulação de capital e a efetivação da apropriação privada dos recursos públicos gerados pela sociedade, vem impedindo a dimensão redistributiva das políticas estatais voltadas à melhoria qualitativa das condições de vida e de trabalho.

Permite-se aqui a longa citação de Iasi que referenciado em Granemann (2012) e Iamamoto (2007) qualifica a discussão sobre a distribuição dos recursos do Fundo Público para garantir vantagens e perpetuar a acumulação capitalista, mesmo quando sob a justificativa de realizar o dever do Estado em oferecer bem-estar e justiça social

A arquitetura da forma política, as eleições, o financiamento e o jogo de cartas marcadas da democracia representativa que leva à constituição das instâncias governativas de parlamentares do Estado burguês determinam de ante mão a supremacia dos interesses do capital transpostos para as bases das políticas econômicas que constroem a distribuição do fundo público para satisfazer o apetite do capital financeiro e dos demais segmentos do capital monopolista. [...] mesmos recursos supostamente disponibilizados para as demandas que visam necessidades essenciais ou serviços de estruturas que interessariam ao conjunto da sociedade são apropriados para saciar essa mesma fome de valorização, como as políticas de infraestrutura, habitação e outras para satisfazer as grandes empreiteiras, ou a financeirização das políticas sociais [...] e o desvio de recursos públicos para OSs operarem serviços de saúde, quando não diretamente para empresas privadas, via subsídios ou financiamento direto, como é o caso da educação privada.

Essa operação não seria tão eficaz sem a mediação de mecanismos ideológicos. Parte da sociedade incorporou a concepção que associa a ineficácia aos serviços públicos e a eficácia ao setor privado, bem como a compreensão fundamental que o acesso serviços, bens e direitos pode e deve ser mediado pelo mercado e deriva da capacidade de indivíduos em concorrência alcançarem posições mais ou menos favoráveis na escala social. Nessa lógica caberia ao Estado apenas a política compensatória e corretiva de atendimento aos que são derrotados nessa concorrência por sua própria incapacidade.

O resultado desse processo é a reconversão da lógica de “direitos” por políticas compensatórias, fragmentadas, focalizadas e refilantropizadas [...]. Tal postura permite ao poder público saciar os interesses do capital monopolista e financeiro e, com o pouco que sobra, centrar sua atenção no

atendimento pontual e focalizado em direção aos efeitos mais agudos da miséria absoluta, ainda assim se tal iniciativa for potencialmente possível de contribuir de alguma forma com o processo de valorização ou reprodução do capital fictício. (2019-b), p. 430 e 431)

Este Estado brasileiro contemporâneo vem reiterando o beneficiamento dos grandes proprietários privados e impondo a ordem societária capitalista pela violência e por outros meios de coerção; e parece estar de prontidão para reverter a ordem democrática restrita (burguesa) em formas autocráticas, na medida em que os interesses econômicos burgueses se entendam ameaçados (ou até mesmo apenas potencialmente ameaçados).

A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compressão das verbas orçamentárias e na deterioração da prestação de serviços públicos. Particularmente, no campo das políticas, programas e serviços públicos assistimos o enxugamento do Estado (Estado Mínimo) – supressão de recursos; de gastos sociais, encolhimento dos espaços públicos e alargamento dos privados; transferência de responsabilidades para o “terceiro setor” e para o setor privado⁴³; privatização de serviços com potencial lucrativo (Educação, Saúde e Previdência Social) – mercantilização; a focalização e seletividade (ao invés da universalização de acesso, de direitos) etc.

Diante destas tendências, cada vez mais agudizadas em contexto de crise do capital e de financeirização e apropriação do fundo público por interesses rentistas (SALVADOR et al., 2012), as políticas sociais brasileiras vivem na berlinda, e estão em franco retrocesso. Ao invés de caminharem no sentido de sua universalização, seguem caminho inverso: processos privatizantes, sobretudo na saúde, previdência e educação, e expansão de programas assistenciais de transferência de renda condicionados que reduzem os índices de pobreza extrema, mas não são capazes de reduzir a desigualdade social. (BOSCHETTI, 2013, p. 70 e 71)

Em determinadas conjunturas o Estado ao enfrentar a disputa política entre diferentes segmentos das classes fundamentais, o fez ora nos marcos da institucionalização da autocracia, ora nos marcos da institucionalização de uma

43. Por vezes as empresas assumem uma parcela do atendimento à pobreza por meio de suas fundações empresariais, ou equiparadas. Conforme citação de Iasi (2019, p. 430 e 431), nelas recai o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados ainda que estes sejam seletivos e cujo acesso é estabelecido conforme escolhas de prioridades de suas ações filantrópicas em detrimento da garantia da universalidade do acesso como previsto na Constituição. Seu padrão de atendimento, colabora para a imagem que de na esfera pública reina a ineficiência, os péssimos serviços, imagem que em muito serve à justificativa das privatizações, à demonização do Estado (tido como inoperante, corrupto etc.) a serviço da exaltação e santificação da esfera privada (lugar da eficiência, probidade, austeridade).

democracia restrita (burguesa), mas sempre em favor dos interesses dominantes, sem implicar perda do poder e do controle destes sobre a maioria da população, dos explorados pela ordem capitalista, que até aqui só conseguiram uma rarefeita inserção na ordem democrática (burguesa).

O Brasil que sequer chegou universalizar o trabalho assalariado, também não universalizou os direitos a ele correspondentes. Mesmo quando foram possíveis gerar empregos, melhorar os salários, diminuir a desigualdade social, promover “reformas” isto sempre esteve subordinado ao padrão de acumulação exigido pelos representantes do capital nacional e internacional. Mesmo quando em conjunturas particulares se tenha em alguma medida, enfrentado as sequelas mais dramáticas do grau de exploração capitalista, a concentração de propriedade, renda e poder permaneceu nas mãos de frações da burguesia e de seus aliados.

O Estado brasileiro, na origem de cunho oligárquico e que historicamente vem sendo composto por representantes do bloco capitalista monopolista e imperialista, tem sido capaz de garantir o aprofundamento e a consolidação do capitalismo no Brasil e ao seu jeito peculiar, nestes períodos da história brasileira vem sendo portador de competentes estratégias de coerção e de consenso para a realização da dominação burguesa, determinada pela ordem capitalista mundial de caráter monopolista e imperialista.

Insiste-se na ideia de que o padrão de dominação burguês no Brasil, ainda que reflita determinações conjunturais, tende a se realizar “pelo alto” e é determinado pelas condições objetivas da produção e reprodução social capitalista – produtoras de concentração de renda e poder e produtoras de desigualdades sociais.

Uma interpretação destes tempos contemporâneos no Brasil, interpretação que considera as classes e seus segmentos e o Estado no interior da constituição de uma democracia restrita (burguesa), porque referida aqueles que integram a classe dominante, num contexto em que se atualiza a inserção subalterna e periférica do Brasil à ordem capitalista mundial, remete ao reconhecimento que também internamente reatualizam-se as sempre presentes desigualdades sociais e a herança passada da formação da nossa sociedade nacional, em seus componentes não diretamente capitalista, evidenciados no modo de ser e se fazer a pequena política no país: o mandonismo, a ideologia do favor e da benesse do Estado, a meritocracia, a

apropriação privada da coisa pública, a escassez, quando não a nulidade, da participação popular nas decisões da esferas pública, etc.

O enfrentamento das expressões das desigualdades sociais no Brasil, operado pelo Estado, assumiu a forma jurídica de direitos sociais, ocultando que são conquistas sociais, resultantes da luta da classe trabalhadora, do tensionamento dos “de baixo” contra os representantes do capital. No cenário brasileiro de intensa exploração econômica e de dominação política, a organização e a luta da classe trabalhadora foi que conquistou a redução da jornada de trabalho, impôs férias, horas de descanso, conquistou o direito da organização sindical classista e autônoma etc.

Mas, os direitos sociais também têm servido à legitimidade das classes dominantes, por elas dissimulados sob o manto da tutela e do favor e realizados de forma instável e efêmera, restrita e segmentada.

No Brasil contemporâneo perdura a “velha” desigualdade social, reatualizada pelo matiz próprio deste tempo presente: exclusão econômica e política da maioria da população e concentração de renda e poder por pequena parcela de brasileiros. Mesmo na vigência dos períodos de democracia restrita (burguesa) se mantiveram as marcas autoritárias, clientelistas e coercitivas do poder das elites, sobretudo por meio do Estado.

Historicamente, as classes dominantes no Brasil não estiveram incumbidas das tarefas democráticas e redistributivas burguesas. As contrarreformas do Estado havidas vêm reeditando pressupostos autoritários e conservadores com viés tecnocrático. As respostas às múltiplas demandas apresentadas pelos diferentes segmentos da classe trabalhadora são apresentadas de forma a esvaziar o conteúdo político da raiz destas demandas. As soluções apresentadas resolvem em termos jurídicos, técnicos e mesmo organizacionais, aquilo que é da esfera política e, portanto, de todos. Na sociabilidade burguesa a desigualdade é o fato justificador dos diversos direitos (e sua correspondente política social burguesa) e a igualdade é o seu parâmetro idealizado.

Parece ingênuo (senão equivocado) esperar que a democracia restrita (burguesa) e o acesso a direitos realizem mais do que a “prometida” cidadania (burguesa), se é que será realizada um dia, na vigência do capitalismo dependente, subordinado e periférico brasileiro.

Também a esfera da política é deixada apenas para aqueles dominantes e privilegiados. As manifestações de insatisfação de parcela da sociedade em face das decisões governamentais têm sido pouco eficazes para frear a opressão, a escalada da exploração e a regressão dos direitos conquistados.

A luta social no país também sofre os influxos destes adversos tempos do capitalismo brasileiro. Os trabalhadores desde o final da década de 1970 vem se organizando em torno de uma agenda de interesses e de luta por direitos, da redemocratização institucionalizada e, portanto, restrita. Sob as condições e relações de trabalho advindas das mudanças promovidas pela reestruturação produtiva e pelo avanço do neoliberalismo, do “social desenvolvimentismo” e agora no chamado “novo” neoliberalismo (ultra liberal e ultra autoritário) a organização dos trabalhadores e dos diferentes sujeitos sociais parece haver enfraquecido.

Neste tempo presente há um abismo entre a pauta necessária à luta daqueles que vivem-do-trabalho e as condições objetivas para o seu alcance efetivo. Quando muito assiste-se lutas defensivas contra a reversão dos direitos conquistados, e mesmo a limitada luta por direitos parece ceder lugar à aceitação de “garantias sociais” realizadas pelo consumo, no mercado, favorecendo a vitória dos dominantes na distribuição do Fundo Público.

As lutas sociais neste tempo presente cada vez menos tem caráter antilatifundiária, anti-imperialistas, antimonopolista, ou quaisquer outros conteúdos efetivamente classista, socialista ou comunista.

[...] a luta social nunca esteve tão fragmentada, tão distanciada da teoria crítica, tão pobre de referências ético-políticas e de unidade na diversidade. O grito da rebeldia nunca esteve tão despolitizado, tão faminto de consciência de classe, tão capturado pelo embrutecimento, pela violência ou pelo fundamentalismo, tão distante da determinação de que é possível, sim, construir outra forma social. (TEIXEIRA, 2013, p. 60)

A organização dos trabalhadores e dos diferentes sujeitos sociais, o necessário avanço de consciência crítica e classista parece haver padecido em face aos apelos irracionalistas e mitigadores da crítica. Ao contrário da necessária organização classista dos trabalhadores em geral, o que se assiste é o triunfo do sectarismo irracional, do obscurantismo sobre “mentes e corpos”, de tal forma a favorecer a assimilação da visão de mundo própria do conservadorismo, a visão reacionária, antidemocrática, a estimular a intolerância movida pelo preconceito de classe, étnico-

racial, de gênero, de orientação sexual, forma eficiente para apoiar proposições anticomunistas, autoritárias, misóginas, xenofóbicas, homofóbicas.

Não é possível aqui deixar de manifestar indignação frente ao fato de que decisões explicitamente contrárias aos interesses da maioria da população brasileira encontre sustentação por significativas parcelas desta mesma população. É desconcertante, mas real, que neste tempo presente tem-se que permanecer lutando contra os inimigos de classe e opor-se também à uma parcela dos trabalhadores que estão despoticamente hipnotizados pela ideologia dominante, de tonalidade fascista.

Nestes tempos sombrios, no imediato das disputas e resistências cotidianas contra regressões civilizatórias duramente conquistadas, como nunca tem sido frequente a necessidade de se fazer oposição à parcela de trabalhadores que vem reproduzindo acriticamente valores ultranacionalistas e valores da classe à qual não pertence, que vem apoiando a violência policial, a hierarquia masculina na organização da vida social, etc.

Valores disseminados pela ação de muitos nocivos colaboradores, dentre os quais se destacam parte dos meios de comunicação, de uma rede de organizações sociais que prestam serviços de cunho moralizante e desprofissionalizado às diferentes expressões de desigualdade social enraizadas em espaços territoriais que o Estado está ausente. Valores disseminados por algumas Igrejas, especialmente as neopentecostais.

O neopentecostalismo, aparentemente, é um empreendimento social com múltiplas incidências, pois igualmente mantém estratégias agressivas de ampliação de sua base social e desenvolve um campo de percepções e posicionamentos que influenciam o comportamento e as relações sociais. Este, no contexto brasileiro e latino-americano, tem se conduzido em prol de projetos de poder à direita no espectro político, que desembocam na defesa do Estado mínimo e de uma pauta conservadora em termos sociais.” (TEJADAS, 2019, p. 147).

Mas, é vital que se vislumbre também que é possível reagir e se movimentar em direção ao futuro no qual o homem se reaproprie de sua própria natureza humana. Se no curto prazo histórico, nestes tempos contemporâneos tão adversos, não estão postas bases sociais concretas para que um processo revolucionário implante uma nova ordem societária capaz de promover a emancipação humana, é neste “aqui e agora” que elas precisam se constituir. A História não acabou!

Certamente, aqueles que pretendem compreender o momento atual apenas com os olhos na superfície do presente sentirão profunda desesperança e

angústia, sentimentos que podem até levar a inércia política. Se, ao contrário, buscarem entender o que se passa no mais profundo da história, encontrarão nela a explicação para a tragédia momentânea que vivemos e retirarão dela forças capazes de enfrentar a dura realidade com a qual nos deparamos.

[...]

É a compreensão do movimento dialético de preservação/alteração da história que nos permite entender (para superar) a tragédia atual. (BRAZ, 2019, p.183)

Assim, apresentadas panoramicamente, as idiossincrasias do desenvolvimento do capitalismo, do Estado e da luta social no Brasil e seus rebatimentos na constituição e regressão dos direitos e das políticas sociais no país, passamos aos elementos que caracterizam o Serviço Social brasileiro como profissão, o trabalho profissional e o projeto ético-político vigente, como partes e expressões desta realidade histórica, para que sob essas referências se exponha *uma* reflexão acerca das consequências políticas do trabalho profissional orientado pela perspectiva teórico-crítica e por valores ético-políticos vigentes no atual projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

É na permanência do capitalismo brasileiro e da barbárie que ele produz à maioria da sociedade que nas últimas décadas o Serviço Social brasileiro vem sustentando a hegemonia de um projeto ético-político, coletivamente construído, guia para o trabalho realizado por uma parcela de assistentes sociais. Projeto ético-político duradouro e tenaz que ainda teima resistir a tempos sombrios e obscurantistas e em ter esperanças no devir histórico de uma ordem societária possível, sem exploração econômica, sem dominação política, sem discriminações de gênero, raça, etnia, orientação social, ou qualquer outra. Trabalho profissional qualificado e posicionado, que tem contribuído para com interesses contra-hegemônicos nesta particular consolidação capitalista no Brasil, como argumentaremos neste estudo.

CAPÍTULO II SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO, O TRABALHO PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO VIGENTE

O Serviço Social existe no Brasil há mais de 80 anos⁴⁴, os sujeitos profissionais que protagonizaram o desenvolvimento desta profissão no país desde sua origem, inicialmente voltados “para dentro do Serviço Social” e posteriormente considerando a profissão como parte e expressão da realidade já formularam diversas concepções do Serviço Social e da atividade do agente desta profissão – o assistente social. E, ao longo destas mais de oito décadas de existência também esteve em vigência no Serviço Social brasileiro diferentes projetos profissionais (todos com projeções éticas e políticas, certamente).

Refletir sobre as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente exige perspectivar o Serviço Social como profissão, a atividade do assistente social como trabalho e a finalidade ético-político que move este trabalho, considerando a realidade brasileira e os traços peculiares da formação social, econômica e política do país, conforme os apontamentos abrangentes trazidos no capítulo anterior.

A concepção do Serviço Social como profissão e a atividade do assistente social como trabalho está demarcada temporalmente. Explicita-se a partir da consistente contribuição teórica trazida a público por Iamamoto e Carvalho em 1982 no clássico livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, publicado pela parceria editorial entre o CELATS e a Cortez Editora, seguida por um vigoroso e denso acervo bibliográfico, no interior da renovação crítica do Serviço Social brasileiro⁴⁵, cúmplice na adoção da

^{44.} Toma-se aqui o ano de 1936, quando da fundação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil.

^{45.} Para o estudo do heterogêneo processo de renovação do Serviço Social brasileiro ver Netto (1991). Conforme o autor, no ocaso da Ditadura Militar Burguesa, no contexto de luta pela redemocratização do país é que o Serviço Social brasileiro encontra base objetiva para seu salto teórico e político em direção a um Serviço Social crítico e “comprometido com a classe trabalhadora”. No interior do que o autor denominou de “vertente de intenção de ruptura” é que a renovação crítica do Serviço Social brasileiro irá efetivar a recusa do tradicionalismo profissional, no âmbito teórico-metodológico, ético-político, com importantes decorrências para a atividade profissional concreta. O autor identifica esta perspectiva de pensar a renovação crítica do Serviço Social no Brasil desde a experiência da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, passando pela propagação em âmbito nacional dos novos compromisso profissionais explicitados publicamente

teoria social crítica marxiana e/ou da tradição marxista clássica, ainda que sob diversas angulações teóricas.

O programa teórico-crítico de Iamamoto, como se constata, dirige-se para uma modalidade analítica até então muito pouco explorada (diríamos mesmo inexplorada, em termos de radicalidade e consequência) na apreciação do Serviço Social como instituição: pensá-lo como imbricado na lógica da *reprodução das relações sociais*. (NETTO, 1991, p. 290, grifos do autor)

A partir de então, as obras de Marx e Engels, de Gramsci, de Lukács, dentre outros, passarão a compor o aporte teórico- metodológico de recorrência do Serviço Social brasileiro.

Sobre esta concepção de profissão, é importante registrar que se nosso estudo incorpora a perspectiva de análise inaugurada por Iamamoto e Carvalho em 1982, não ignora que na literatura especializada brasileira outros autores, *inseridos no processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro*, expressam outras concepções, seja demarcando impasses analíticos quanto a atividade profissional ser trabalho, seja porque embora incorporem a perspectiva de análise da atividade profissional ser trabalho, dedicam-se às peculiaridades da profissão sob outros ângulos⁴⁶.

A sua vez, o projeto ético-político vigente é herdeiro da concepção do Serviço Social como profissão e da atividade do assistente social como trabalho especializado, formulada no interior do processo de renovação crítica do Serviço Social no Brasil. Fincado nesta perspectiva profissional foi formulado, consolidou-se e conquistou preponderância na direção do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro desde a década de 90 do século passado, como abordaremos mais à frente.

no III CBAS em 1979, até o alcance da “maturidade intelectual e teórica” da profissão, condição da qual a publicação do livro de Iamamoto e Carvalho é expressão. Voltaremos a esta contribuição mais adiante

46. Aqui nos referimos à análise de Sergio Lessa expostas especialmente no livro “Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo” - Capítulo III, subseção 2, páginas 89 a 105 (São Paulo, Cortez, 2007) e às diferentes outras concepções, examinadas por Iamamoto no livro Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, especialmente no Capítulo III “A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social”, subseção 3 “O debate sobre as particularidades do trabalho do assistente social”. Neste texto, a autora examina o estatuto da profissão na literatura especializada brasileira recente e destaca: Abreu (2002) com a tese da função pedagógica do assistente social; Costa (1995) com a tese da proteção social; Faleiros (em diversas publicações na década de 80 e 90 do século passado) onde apresenta suas convicções sobre a tese da correlação de forças; Martinelli (1989) com a tese da identidade alienada; Netto (1992) com a tese do sincretismo e da prática diferenciada; e Yazbek (especialmente em 1993) com a tese da assistência social. (IAMMAOTO, 2007, p. 245-331)

2.1. O Serviço Social como profissão

Uma profissão⁴⁷ não é criada ao acaso, no vazio, fora do desenvolvimento histórico da sociedade. É na ordem capitalista monopólica que se dão condições objetivas para o surgimento de um largo número de determinadas profissões (e destacadamente para algumas delas o efetivo processo de assalariamento e proletarização).

O mercado de trabalho é expressão, manifestação objetiva, da divisão social do trabalho típica do ordenamento econômico, político e social capitalista – é o espaço onde se põe à venda e se compra a *capacidade de trabalho* dos sujeitos, sob regras determinadas.

Uma profissão se realiza no mercado de trabalho, onde se encontram “vendedores e compradores” da força de trabalho, onde estão diferentes espaços ocupacionais, diferentes postos de trabalho. E uma profissão é determinada por tudo o que decorre da sua inserção no mercado de trabalho peculiar à ordem capitalista.

As diferentes profissões são recrutadas no mercado de trabalho e ocupam *lugares específicos* no seu interior, respondendo a necessidades sociais e conforme a divisão do trabalho própria da sociedade capitalista.

Assim também, implicado ao capitalismo, o *Serviço Social como profissão* surge, se desenvolve e permanece existindo. Conforme escreve Netto não é o Serviço Social “que se constitui para *criar* um dado espaço na rede sócio ocupacional, mas é a *existência deste espaço que leva a constituição profissional*.” (1992, p. 69, grifos do autor).

E continua o autor

[...]. É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social [...].

[...]

É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papeis, atribuições

⁴⁷. Por profissão considera-se aqui aquela atividade ocupacional especializada por força de formação profissional específica, requisito obrigatório por Lei para que seus agentes possam ocupar postos no mercado de trabalho, diferenciando-se, portanto, daquela atividade de livre exercício laboral.

e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social e técnica do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; (NETTO, 1992, p. 69 e 70, grifos do autor)

Se a gênese do Serviço Social no Brasil refere-se à criação dos primeiros cursos de formação de seus agentes profissionais, seu estatuto de *profissão* se constitui a partir do surgimento de um *mercado de trabalho profissional*, composto por espaços ocupacionais que demandam profissionais especializados, para atender determinadas necessidades sociais.

[...] constitui o efetivo fundamento profissional do Serviço Social: a criação de um espaço sócio-ocupacional onde o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho. (Netto, 1992, 66).

Nesta perspectiva de análise, o Serviço Social se institucionaliza como profissão, na emergência das expressões da Questão Social⁴⁸, quando o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais típicas do capitalismo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento. A Questão Social é a base de legitimidade, que justifica esse tipo de trabalho especializado.

[...] a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende [...] de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, [...]. É quando o Estado se “amplia”, nos termos de Gramsci [...], passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional. (IAMAMOTO, 1999, p. 23)

Questão Social tomada como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, cuja raiz repousa na produção coletiva da riqueza social e na apropriação privada dos seus frutos. E sendo desigualdade é também resistência, rebeldia, oposição, luta social. É confronto (organizado ou não) à esta condição de desigual.

Historicamente a Questão Social

[...] tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio de lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao

⁴⁸ Não se encontra na obra marxiana a expressão “Questão Social”, mas sim os processos que ela traduz (IAMAMOTO, 2001-a), p. 11).

trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado das relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos*[...]. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais –, o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State*, *Estado Providência ou Estado Social*. (IAMAMOTO, 2001-a), p. 17 – grifos da autora)

É na dinâmica dos processos econômicos e políticos na particularidade da formação do capitalismo no Brasil nos anos 40 do século passado, panoramicamente apontada no capítulo anterior, que repousa a base material, objetiva para o surgimento, do Serviço Social *como profissão* no país - uma das engrenagens de execução de políticas sociais do Estado, estas últimas configuradas como uma de suas formas para o enfrentamento da Questão Social e suas sequelas e expressões.

Determinados agentes sociais são acionados sobretudo pelo Estado para atuar no cotidiano de vida em sociedade e reforçar a internalização de regras e comportamentos esperados socialmente. O assistente social é um destes agentes. mobilizado por aqueles setores que o legitimam e o demandam, dentro de uma estratégia de reprodução material da força de trabalho e de reforço do seu controle social e da difusão da ideologia dominante (IAMAMOTO e CARVALHO, 1992)⁴⁹. É um dos meios para obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos, adaptando-os à ordem vigente.

O Serviço Social torna-se profissão, inserida na divisão sociotécnica⁵⁰ do trabalho, determinada precisamente pelo ordenamento capitalista.

⁴⁹. Especialmente páginas 94 a 123.

⁵⁰. Na bibliografia profissional recente constam outras determinações à divisão do trabalho: divisão sexual e a divisão étnico-racial do trabalho. Embora não seja exigência do objeto de estudo desta tese, reconhece-se aqui a importância teórica e política destas determinações, apoiada na consistente formulação de Raichelis que aponta para a necessidade de aprofundamento destas determinações naquilo que designa a “nova morfologia do trabalho no Serviço Social”. Conforme a autora é irrecusável considerar as relações sociais de sexo presentes na configuração do trabalho profissional de “uma categoria profissional composta majoritariamente por mulheres”. A autora também aponta a dimensão da divisão étnico racial do trabalho, “considerando as raízes da questão social no Brasil e a presença do escravo negro e do índio na gênese da classe trabalhadora e do capitalismo brasileiro dependente periférico” (2020, 14, nota de rodapé 10). O conteúdo panoramicamente explicitado no Capítulo I desta Tese, acerca da formação social brasileira, guarda coerência com esta formulação.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, [...]. É nesse contexto, [...] que emerge sob novas formas a chamada 'questão social', a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. [...] O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 77, grifos dos autores)

Viu-se no capítulo anterior que o Estado na década de 40 do século passado, viabilizador da modernização do capitalismo monopolista brasileiro de base industrial, assume a regulação e o controle da tensão entre as classes sociais mediante a combinação de medidas de coerção e de consenso. A Era Vargas combinou o enquadrando jurídico das reivindicações da classe operária de então com uma programática social (de cunho assistencialista e populista) implementado por um conjunto de estabelecimentos prestadores de serviços sociais como forma de administrar a insatisfação dos trabalhadores de então e de mitigar as sequelas decorrentes da exploração a que estavam expostos.

Conforme Yazbek, o Serviço Social

[...] se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social. (2009, p. 129)

Em síntese é possível reiterar que a emergência do mercado de trabalho para o Serviço Social no Brasil deve-se às modalidades por meio das quais o Estado vai enfrentar a Questão Social⁵¹, uma programática social setorizada, que requer execução por agentes específicos. Na intervenção do Estado, o Serviço Social era estrategicamente útil - nasce um incipiente, mas virtuoso mercado de trabalho profissional. Preponderantemente a partir da ação do Estado, assistentes sociais

⁵¹. Importante reflexão na perspectiva marxista (especialmente apoiada no pensador político Ernest Mandel) acerca do Estado e da Questão Social no capitalismo monopolista (imperialista) pode ser encontrada em Netto, 1992, páginas 15-30.

passaram a ser requisitados para funções executivas em diferentes estabelecimentos, em projetos de intervenção de cunho conservador e clientelista.

É importante frisar que admitir esta concepção acerca da institucionalização do Serviço Social equivale a recusa das análises que consideram que o Serviço Social se torna profissão devido a necessidade de qualificar tecnicamente a ação social do laicato católico em sua missão apostolar (registre-se de base caritativa e conservadora). Nesta perspectiva a profissão deixa de ser concebida como um mecanismo técnico para a distribuição da caridade. (IAMAMOTO, 1999, p. 23). O Serviço Social é profissão de natureza interventiva⁵²; seus agentes prestam serviços a diferentes segmentos da classe trabalhadora por meio de políticas e programas sociais públicos ou privados.

Embora a relação da profissão com o Estado, por meio das políticas sociais públicas, seus diferentes programas e serviços receba tratamento central na análise do Serviço Social como profissão ele não se confunde com qualquer uma das políticas sociais. Estas últimas manifestam um campo de estratégias do Estado (e de ação dos diferentes governos) para enfrentar as desigualdades sociais. E são espaços fundamentais facultados ao trabalho do assistente social, mas elas não o explicam por completo, tampouco o trabalho profissional realiza tudo o que constitui uma ou outra política social.

Além disso, o Serviço Social é uma profissão que se faz presente por meio do trabalho profissional do assistente social em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

⁵². O Serviço Social é reconhecido como uma profissão de intervenção na realidade, executor de políticas programas e serviços sociais (o que não é pouco, nestes tempos contemporâneos, se conduzido pelo projeto ético-político vigente), mas também desde a década de 70 do século passado, vem se constituindo como área de produção de conhecimento. Embora a profissão não tenha sido requisitada para produzir conhecimentos, a docência, a pesquisa e o mercado editorial se põem como espaços sócio-ocupacionais aos assistentes sociais e, portanto, também circunscritos aos constrangimentos próprios do mundo do trabalho, das relações e condições em que é exercido. Pelo objeto deste estudo não nos ocuparemos propriamente em refletir sobre a profissão e o trabalho do assistente social relativamente à produção de conhecimentos e ao ensino, mas é vital considerar a importante reflexão trazida por Raichellis que refere que embora o campo da prestação de serviços públicos e privados seja a base da legitimidade social da profissão, no tempo presente o Serviço Social precisa ser entendido na “tríade que associa *trabalho, profissão e área de produção de conhecimento*” (2020, p. 18, grifos da autora). Sobre a profissão como área de conhecimento ver também Mota (2016).

A isto equivale a recusa de que haveria um Serviço Social próprio dessa ou daquela área sócio-ocupacional.

Além da compreensão das particularidades históricas do seu processo de profissionalização, o Serviço Social no Brasil, sob as bases da perspectiva crítica com que Marx analisou o mundo burguês, alcançou a compreensão do seu *significado social* e da sua *dimensão contraditória*, apesar da vontade do sujeito profissional (individual ou coletivo) que a realiza – o assistente social. E também que pela compreensão do movimento contraditório do real e pela compreensão da dimensão contraditória da profissão, se reconhece no Serviço Social brasileiro a existência de *possibilidades para que o trabalho profissional materialize compromissos postos pelo projeto ético-político vigente*.⁵³

Esta concepção do Serviço Social ultrapassa os seus elementos internos, vistos em si mesmos, para explicitá-los no contexto da totalidade social e das relações mais amplas que os condicionam e que lhe conferem especificidades (não exclusividades) em relação a outras profissões.

As políticas sociais têm sido a principal via pela qual se instaura o espaço profissional para o Serviço Social. Os diferentes serviços, previstos e regulados em políticas sociais setorializadas são operacionalizados por diversas profissões, entre elas o Serviço Social – profissão especializada, inserida na divisão social e técnica do trabalho, socialmente produzida no capitalismo, participe da produção e reprodução das típicas relações sociais capitalistas, “um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 71)

Esta concepção de profissão está ancorada na leitura da obra original de Marx, que afirma que o capitalismo é uma maneira peculiar e historicamente determinada de homens atenderem as suas necessidades sociais (distintas e antagônicas), de

⁵³. Reitera-se que esta autocompreensão do Serviço Social brasileiro é inaugurada com a publicação do clássico livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982). As páginas que compõem especialmente este subitem 2.1. seguirão baseadas particularmente na Parte I Capítulos I e II (às páginas 29-167) desta publicação, entretanto ressalta-se como indispensável o exame na íntegra do texto original em face da oportunidade de extraordinárias descobertas a cada nova leitura.

produzirem e reproduzirem as condições materiais e espirituais de vida e de trabalho – por meio do trabalho assalariado (explorado). É fundamental resgatar que nesta perspectiva de análise da realidade e da profissão, o Serviço Social se institucionaliza e se desenvolve como profissão na sociedade capitalista brasileira para atender as necessidades dos representantes do capital, como um mecanismo que intervém, via prestação de serviços sociais, na criação de condições favoráveis da reprodução da força de trabalho enquanto tal e pela mesma atividade atende necessidades da classe trabalhadora. Esta profissão é socialmente determinada, está inserida e interfere na realidade social.

[...] o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora*. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se as iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. Intervém, ainda, *na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho* através da mediação dos serviços sociais, previsto se regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho ‘educativo’ exercido por esses agentes profissionais. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 94, grifos dos autores)

Na ótica das relações de classe, ao participar das respostas que o Estado e a sociedade dão aos antagonismos de classe, o trabalho profissional é constituído por *uma dimensão eminentemente contraditória*. No processo de reprodução das relações sociais, o trabalho profissional localiza-se no centro da tensão dos distintos interesses das classes sociais em luta. Participa, pela mesma atividade, simultaneamente, no atendimento desses interesses distintos e da reprodução de seus antagonismos e contradições.

[...]. Reproduz também, *pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história*. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 75, grifo dos autores).

Embora historicamente capturado pelos interesses do capital, discernir o caráter contraditório do Serviço Social permitiu o reconhecimento de que o trabalho profissional pode tanto favorecer os interesses do capital quanto os do trabalho. Pode reforçar iniciativas conservadoras, porque coladas à imediatividade das relações alienadas, ou pode contribuir na resistência às formas autoritárias, desumanizadas e antidemocráticas que brotam continuamente do solo burguês.

[...] o processo [de] reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que as conformam [...] A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, *participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis de uma mesma unidade.* É existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o assistente social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir. [...]. Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas: *participa também ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida, dadas historicamente.* (IAMOMOTO e CARVALHO, 1982, p. 94 e 95, grifo dos autores).

Mas atente-se: a atuação profissional pode fortalecer um ou outro polo na luta social, mas não se pode excluí-los do contexto da mesma prática.

Nesta perspectiva de análise aqui sumariada, a natureza interventiva do Serviço Social se explicita por meio do trabalho profissional do assistente social inserido em um complexo e contraditório conjunto de relações sociais, inserido em múltiplas áreas de atuação e espaços ocupacionais, onde se entrecruzam múltiplas políticas, programas e serviços sociais. Uma profissão que participa, por meio do trabalho de seus agentes – os assistentes sociais – juntamente com outras profissões – da viabilização de serviços e direitos sociais em respostas a necessidades sociais de indivíduos, famílias, grupos, populações representativas do seu lugar na sociedade de classes, em seu processo de produção e reprodução social.

Uma profissão – e o Serviço Social é apenas uma profissão – não se explica e se compreende sem que se explique e compreenda a sociedade em que se desenvolve. Uma profissão, porém, não é um epifenômeno dos processos sociais em que se insere; não os “reflete” como se fora um “espelho”: a relação entre ela e tais processos é ativa, complexa e extremamente mediatizada – as determinações que os processos sociais (econômicos, históricos, políticos) impõem à intervenção dos assistentes sociais são

refratadas na profissão (nas suas visões de mundo e de práticas) através de mediações da mais variada ordem (desde as teórico-ideológicas e culturais às institucionais). É uma relação visceral e não pode ser tomada como adjetiva, abrindo a via ao privilégio de “análises internas” que conduzem ao endogenismo e convertem a autonomia relativa do desenvolvimento profissional em processo independente dos conflitos e lutas sociais. Na sua autonomia relativa, a profissão *responde* aos processos sociais em que se inscreve – e tais respostas podem ser diversas. (NETTO, 2013, p 28)

O Serviço Social, produto de relações sociais contraditórias na sociedade capitalista é também produto do protagonismo individual e coletivo de seus agentes profissionais - o assistente social e a categoria profissional respectivamente. Há, portanto, reciprocidade entre a profissão, o sujeito que a realiza e as condições objetivas em que esta profissão se efetiva. Nos termos de Raichelis

[...] importa destacar a indissociabilidade entre *trabalho* e *profissão* na elucidação da natureza do Serviço Social[...] e tampouco deixar de reconhecer a atividade de assistentes sociais como trabalho e o sujeito vivo dessas relações com o trabalhador/a assalariado/a, no complexo processo de determinação e possibilidades contidas nas relações sociais das quais é partícipe. (2020, p. 17, grifos da autora)

O Serviço Social se explicita como profissão por meio do trabalho de seu agente, trabalho este exercido mediante condições e relações particulares, como abordaremos a seguir.

2.2. O assistente social e seu trabalho especializado

Considerado na perspectiva da “ontologia histórico-materialista” (LUKÁCS, 1997, p.10), o trabalho é atividade propriamente humana, insígnia que distingue o homem dos demais seres da Natureza. Por meio dele é que o homem satisfaz suas necessidades e estabelece relações sociais com os outros homens.

O trabalho humano se desenvolve de acordo com finalidades. O homem, como ser social, distinto dos demais seres da Natureza, orienta teleologicamente a transformação do real. Só o homem antecipa no seu pensamento o resultado que orientará suas ações para alcançá-lo.

a atividade propriamente humana só se verifica quando os atos dirigidos à um objeto para transformá-lo iniciam-se como resultado idealizado no pensamento e terminam com um resultado real. É a capacidade de antecipar no pensamento um resultado que se quer obter o que diferencia essencialmente a atividade do homem de qualquer outra atividade animal. (PAIXÃO, 1997, p. 65)

O homem cria meios e instrumentos para realizar o seu trabalho e no processamento de sua atividade, assim como no resultado por ela produzido interagem simultaneamente a vontade do sujeito que age e as determinações da realidade onde ele age

[...] O ponto de partida da posição teleológica é o momento ideal, mas é necessário que este último, para realizar-se, entre em atividade prática o ideal deve colocar o real em movimento no sentido desejado.

[...]

O momento da ação do sujeito não se dá no vazio: - movido por uma finalidade, o sujeito age no interior de determinações objetivas, de *causalidades*, de circunstâncias que limitam (sem anular [...]) o âmbito da escolha do sujeito. O homem, ser prático, diferentemente dos demais animais, possui tecnologia; entretanto, escolhe perante o que a realidade lhe coloca, concede preferência a uma das alternativas possíveis, põe em movimento meios materiais dependendo das condições objetivas existentes. *Simultaneamente* ao papel decisivo da teleologia de pôr em movimento meios para a realização da finalidade, a estrutura, a objetividade social (histórica e conjuntural) condiciona, possibilita ou limita, determina mesmo, as ações do homem na relação com a natureza e/ou com outros homens, assim como os resultados obtidos, produto das mesmas ações humanas (PAIXÃO, 1997, p. 67, grifos da autora)

Assumindo a anunciada ontologia do trabalho e sua manifestação peculiar no modo de produção capitalista, em seus traços fundantes é possível admitir a atividade do assistente social como trabalho. Enquanto trabalho humano, o trabalho profissional é “uma função pessoal do trabalhador, enquanto gasto de sua força vital e realização de suas capacidades produtivas” (IAMAMOTO, 2007, p. 248) e não é uma instância autônoma.

O trabalho do assistente social na divisão socio técnica do trabalho e na particularidade brasileira se realiza mediante a relação de assalariamento⁵⁴; e é determinado pelo desenvolvimento das condições de trabalho em que se realiza. É trabalho especializado e assalariado, dotado de intencionalidade, realizado em dadas condições objetivas, por mediações produtor de resultados com distintos significados.

⁵⁴. Assalariamento que não atinge só os assistentes sociais. Parcela de psicólogos, educadores, médicos, engenheiros, advogados, e outros profissionais especializados que antes exerciam seu trabalho de forma autônoma, cada vez mais vem estando subordinados à mesma lógica do assalariamento de suas atividades, ainda que com variações significativas no reconhecimento e na remuneração no mercado de trabalho.

Na particularidade do Serviço Social, o trabalho profissional só pode ser efetivado pela mediação do espaço sócio-ocupacional que ocupa. Fora dele o que se desenha é uma atividade de livre exercício, voluntarista e/ou militante, fundada em aportes extraprofissionais (ainda que possam ser teóricos, políticos e éticos).

Compondo o trabalho combinado nos diferentes espaços ocupacionais, o Serviço Social ao mesmo tempo em que depende destes espaços para se realizar como profissão, depende do trabalho realizado pelo seu agente, o assistente social, *sujeito do processamento do Serviço Social*, sujeito do encadeamento das ações profissionais efetivamente realizadas, sujeito com uma dada origem de classe e portador de outras determinações precedentes à sua constituição propriamente profissional (gênero, raça, etnia, orientação sexual, herança cultural, religiosa, valorativa, etc.).

Embora todas as determinações constitutivas da sua singularidade, para a realização de seu trabalho profissional o assistente social aciona as aquisições adquiridas em seu processo de formação profissional⁵⁵: um referencial teórico-metodológico, uma direção ético-política e um conjunto de habilidades técnico-operativas.

Até aqui estamos nos reportando a formação profissional de qualidade indeterminada, embora para o objeto deste estudo consideramos a formação profissional em Serviço Social com direção crítica⁵⁶, porque é aquela exigida no trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente⁵⁷.

⁵⁵. No Brasil, no grau universitário de bacharelado.

⁵⁶. A formação profissional crítica é aquela constantes das “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da então ABESS-CEDEPSS (hoje ABEPSS) 1996 e não somente nas Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas em 2001 pelo então Ministério da Educação e do Desporto, uma vez que, conforme lamamoto “o texto legal das *diretrizes curriculares*, [...] sofre forte *descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social*.” (2014, p. 616, grifos da autora). O texto legal referido pela autora consta do Parecer CNE/CES 492/2001 (BRASIL, MEC, CNE/CES, 2001) - disponível na íntegra in <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>...

⁵⁷. Não será possível aqui aprofundar a realidade que ameaça a formação profissional crítica, mas vale mencionar que o processo educacional brasileiro é “[...] resultado de um modelo de ensino tecnicista, baseado na hierarquização das profissões e na fragmentação entre os que pensam e os que fazem, retirando do Estado sua responsabilidade por uma educação de qualidade”. (GUERRA, 2013, p. 125). Vale considerar ainda a mercantilização da Educação em geral e da Educação

E se formação capacita o assistente social para exercer o trabalho profissional, esta capacidade no Brasil, por força de Lei, só pode ser posta em ação no mercado de trabalho após registro no CRESS da região em que irá atuar profissionalmente. Como organismo executivo e de primeira instância, o Conselho fiscaliza e disciplina o exercício do trabalho profissional e zela pelo cumprimento do Código de Ética do Assistente Social. Tem a prerrogativa legal de reconhecer quem pode ou não exercer a profissão de assistente social e determinar quem pode ter o exercício profissional suspenso ou revogado, por decisão emanada dos julgamentos éticos, à luz da legislação profissional pertinente. A inscrição no CRESS, portanto, é que confere ao profissional a autorização pública para exercer sua qualificação profissional especializada, inclusive passível de fiscalização e de obediência à deveres e obrigações legais e éticas. Esta é a chancela de sua habilitação para realizar o trabalho propriamente profissional no mercado de trabalho, onde mediante assalariamento desempenha atribuições e competências juridicamente reconhecidas pela sociedade (ainda que nem sempre respeitadas).

Como trabalho, a atividade profissional do assistente social incide sobre um objeto peculiar, aciona meios, instrumentos e recursos para realizá-lo, é movido por teleologia e produz resultados com distintos significados.

Na sociedade capitalista brasileira, insere-se no mercado de trabalho sob relação de assalariamento, em diferentes processos de trabalho e vem sendo cravejado por diferentes determinações advindas da peculiar conjuntura econômica, política e social atual.⁵⁸

Superior em particular brasileiras e a expansão dos cursos de graduação a distância em Serviço Social, além das precárias condições de vida e de trabalho dos assistentes sociais, dificultadoras das reais condições de capacitação profissional. Esta realidade favorece as tendências contemporâneas de desqualificação e reatualização do conservadorismo na profissão, na medida em que proporciona uma precária formação em meio a uma realidade social cada vez mais complexa de interpretar e intervir de forma crítica e posicionada conforme o projeto ético-político vigente.

⁵⁸. Há um importante acervo bibliográfico que desenvolve de forma crítica e aprofundada a temática do trabalho profissional na contemporaneidade, tomando as mudanças do mundo do trabalho e as alterações no padrão de relacionamento que o Estado mantém com a sociedade, em tempos da hegemonia do capital financeiro; incidências centrais para se compreender o que Raichelis,

São as expressões da Questão Social que continuamente ensejam a intervenção de assistentes sociais, a base de legitimidade da existência do Serviço Social como profissão, conforme já apontado anteriormente: os diferentes enfrentamentos da Questão Social são o que justificam esse tipo de profissional especializado.

Os assistentes sociais trabalham com a Questão Social nas suas mais variadas expressões cotidianas. Trabalham na tensão entre a produção da desigualdade e a produção da rebeldia e da resistência entre interesses sociais distintos, desigualdade social que na cena contemporânea, vimos no capítulo anterior, beira a desumanização e incivilidade

a desigualdade social gerada na ordem social capitalista nunca foi tão assustadora, constituindo-se o maior desafio de nosso tempo. E por isso há, no interior das nações, a presença contemporânea de grandes embates entre, de um lado, as demandas e pressões da acumulação capitalista em crise, e de outro, as prioridades ontológicas do ser social, com suas necessidades humanas de pão, terra, trabalho, saúde, educação, justiça, liberdade e igualdade.(TEIXEIRA, 2013, p. 60)

O trabalho profissional incide sobre as expressões derivadas da relação capital-trabalho: as múltiplas desigualdades sociais advindas desta relação e as formas de oposição, resistência e luta (organizada ou não) daqueles que as experimentam

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade.

[...]

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver os sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. (IAMAMOTO, 1999, p. 27-28, grifos da autora)

E o trabalho profissional incide nas expressões da Questão Social, em grande medida, por meio das mediações pelas quais o Estado regula as relações sociais antagônicas do mundo burguês. O trabalho profissional incide nas expressões da

denomina como “a nova morfologia do trabalho no Serviço Social”. Tais mudanças no mundo do trabalho e no Estado foram apontadas, de maneira geral no Capítulo I deste estudo acadêmico e para o aprofundamento sobre sua incidência sobre o Serviço Social brasileiro recomenda-se especialmente: Iamamoto (1999, 2007, 2012), Raichelis (2020) e Raichelis; Vicente e Albuquerque (2018).

Questão Social especialmente por meio das políticas sociais públicas, na execução dos seus programas, projetos e serviços.

Na cena contemporânea, as transformações no mundo do trabalho e no padrão da relação Estado-sociedade, conforme exposição abrangente no capítulo anterior, repercutem na precarização das condições de vida e de trabalho da maioria da população e nas condições e relações por meio das quais o profissional se insere no mercado de trabalho.

O cenário contemporâneo, impacta o trabalho do assistente social, seja na atividade especializada e peculiar que realiza, seja pela relação de assalariamento que demarca seu trabalho. Redimensiona o trabalho profissional e particularmente o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente.

As mudanças no mundo do trabalho e no padrão por meio do qual o Estado se relaciona com a sociedade vem produzindo enorme agravamento das múltiplas expressões da Questão Social, base da requisição profissional. Em síntese, as transformações na maneira de tratar as sequelas das desigualdades sociais pelo Estado brasileiro reconfiguram as condições objetivas do trabalho profissional, suas relações e o mercado profissional de trabalho.

As repercussões da proposta ultraliberal no campo das políticas sociais públicas são nítidas: elas estão cada vez mais focalizadas, seletivas, nada universais. É difícil saber que tipo de proteção social restará para os segmentos mais fragilizados economicamente e dominados.

Tais expressões da desigualdade social conduzem um número cada vez maior de pessoas a recorrer aos serviços sociais como forma de sobrevivência, e como já mencionamos este aumento pelos serviços públicos, pelas políticas sociais impacta as relações e condições do trabalho profissional. O assistente social, na realização de seu trabalho especializado, no cotidiano dos múltiplos espaços sócio-ocupacionais em que está inserido sobretudo na esfera pública, depara-se com o crescimento da demanda por serviços sociais públicos, maior seletividade e restrições no acesso da população usuária, diminuição de investimentos (recursos financeiros, humanos, materiais etc.), alterações das relações e das condições do seu trabalho.

O assistente social vive a tensão do crescimento da demanda e do enxugamento de recursos, de critérios restritivos de acesso etc., por parte das políticas, programas e serviços públicos.

Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o assistente social sofre as mais diversas pressões da escala hierárquica superior na organização empregadora (exigências de cumprimento de metas, intensificação do ritmo de trabalho, polivalência, contratação por meio de cargos genéricos, desrespeitos aos preceitos legais da profissão, jornada de trabalho superior a 30 horas semanais, assédio moral, etc.), pressão que repercute na qualidade da prestação dos serviços profissionais prestados, na oferta de postos de trabalho no mercado, na desvalorização da remuneração média profissional, nas reais condições técnicas para o trabalho deste profissional especializado, e no crescente adoecimento dos profissionais.

Seu trabalho profissional está vinculado à organização que lhe emprega sob a relação de assalariamento, *apesar* da vontade deste profissional especializado e das competências e atribuições desta profissão, legalmente reconhecidas.

É daqui e porque na condição de assalariamento que se revela a peculiaridade da autonomia profissional do assistente social.

Como trabalho assalariado é a organização empregadora quem possui parte dos meios dos quais o assistente social precisa dispor para exercer seu trabalho. Parcela dos meios que o assistente social recorre na realização do trabalho são fornecidos pelas organizações empregadoras: recursos materiais, financeiro, humanos previstos nos programas e projetos das organizações empregadoras, objetivos, divisão de atribuições, investimentos financeiros, etc. Na maior parte das vezes é a organização empregadora quem define o processo de trabalho do qual o assistente social está inserido, estabelece prioridades e/ou critérios de elegibilidade e/ou seletividade para acesso da população aos serviços que presta. Quem faz uso do trabalho do assistente social não é quem o remunera. É a organização empregadora (Estado, empresa, entidade não governamental) que remunera o trabalho profissional. Mas, embora dependa da organização empregadora na realização do trabalho profissional, o assistente social possui alguns meios para a execução de suas atividades profissionais que lhe dizem respeito diretamente (como

mentionado anteriormente, o conhecimento, as habilidades técnico operativas, a linguagem, etc.) o que lhe faculta algum nível de exercício do trabalho autônomo, alguma possibilidade de imprimir direção social ao seu fazer. Em uma expressão é possível afirmar que a autonomia deste profissional é relativa (nem plena, nem inexistente). (IAMAMOTO, 1999, p. 63).

Recusando a negação da relativa autonomia profissional, é possível admitir que o assistente social ao ocupar um espaço peculiar na divisão sociotécnica do trabalho, na realização de sua capacidade propriamente profissional, *em certa (e limitada) medida* independe do espaço que ocupa. Sua autonomia profissional repousa naquilo que diz respeito às suas atribuições e competências, às escolhas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para a realização do seu trabalho especializado. Mas esta certa independência, nem absoluta, nem inexistente, está imbricada e implicada nas condições e relações nas quais este trabalho, inserido na divisão do trabalho, vai se realizar.

Sobre isto a formulação de Almeida é irrepreensível

A autonomia profissional sempre esbarra nas condições que particularizam as relações de trabalho assalariadas e nas formas de prestação dos serviços sociais organizadas por um Estado classista; no entanto este limite expressa, sobretudo, as condições nas quais essa autonomia pode ser exercida e não sua negação. Ela envolve a capacidade de leitura e organização da ação profissional a partir dos princípios éticos afirmados na trajetória do Serviço Social, ou seja, pressupõe antes de tudo o exercício da razão e da livre escolha sobre alternativas concretas, que resultaram, por seu turno, também de disputas que envolveram práticas políticas e profissionais ética e teoricamente formuladas na dinâmica societária. (ALMEIDA, 2013, p. 108)

A relação entre a autonomia do assistente social e as determinações da organização que o emprega é uma tensão insuprimível no trabalho profissional, sobretudo se direcionado pelo projeto ético-político vigente.

O assistente social, na realização de seu trabalho, faz uso de um diversificado arsenal técnico-operativo (entrevistas, observação, visita domiciliar etc.) e para além desta visão restrita dos meios acionados para a realização do trabalho profissional, o conhecimento (bases teóricas e metodológicas aliadas às habilidades adquiridas no processo de formação profissional) e a linguagem (escrita e oral) são meios essenciais, instrumentos fundamentais na realização do seu trabalho profissional.

Eles são aquisições do processo de formação que servirão de recursos privativos a serem acionados na realização do trabalho profissional especializado.

E no caso do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, não se trata de qualquer conhecimento, trata-se da aquisição da perspectiva crítica acerca da realidade, capaz de saturar o “saber-fazer” com as finalidades vinculadas ao horizonte ético-político nele apontado.

[...] Não obstante a profissão mobilizar um conjunto de procedimentos que lhe permite a manipulação prático-empírica da realidade por meio de ações instrumentais, ela não alcança seus objetivos se não conhecer os fundamentos da ordem burguesa (sua estrutura), se não souber analisar a conjuntura, captar as tendências do desenvolvimento histórico da sociedade, conhecer as táticas e estratégias sócio-profissionais e políticas mais adequadas ao momento. Requer, portanto, conhecimentos e saberes teóricos e investigativos (além dos instrumentais). (GUERRA, 2013, p. 130)

Ambos, profissão e assistentes sociais, permanecem necessários na sociedade. Profissão e assistentes sociais como trabalhadores assalariados que irão se desenvolver e permanecer na realidade brasileira, enquanto atenderem necessidades sociais.

A profissão tem lugar no mercado, tem legitimidade social porque atende a necessidades sociais, seja do capital, seja do trabalho. Nasceu e se desenvolve permanecendo útil à reprodução da lógica capitalista (ao contrário estaria extinto, uma vez que quem emprega a assistente social no mercado de trabalho é o capital ou seus representantes no Estado).

Nos termos de Marx o trabalho do assistente social tem valor de uso, porque atende a necessidades sociais. O valor de uso do trabalho profissional está aqui referido às qualidades que este trabalho possui para satisfazer necessidades determinadas e distintas, portanto, para atender necessidades de quem o emprega (e seus mais remotos representantes de classe) e da população (em seus diversos segmentos de classe) que faz uso deste trabalho especializado para acessar a bens e serviços de natureza pública, quase sempre como forma de atender suas urgências materiais e/ou espirituais, parafraseando Marx, necessidades que “provenham do estômago ou da fantasia” (1987-a), p. 41).

Responde às requisições advindas da dinâmica da luta de classes e desta com o Estado, no complexo processo de determinações e possibilidades contidas nas

relações sociais capitalistas, nas quais é partícipe como trabalhador especializado e como trabalhador assalariado. E é útil, *apesar* do projeto profissional e do projeto societário ao qual o assistente social esteja vinculado.

A obra de Yamamoto tem nos ensinado que este trabalho especializado tem utilidade para as “novas” formas de enfrentamento da Questão Social pelo Estado, para além da caridade e da repressão; para atender interesses econômicos e políticos da classe dominante – participar da reprodução da força de trabalho e das condições apropriadas para a reprodução de um modo de viver e de pensar favoráveis ao capitalismo (a exploração e dominação capitalistas).

Este trabalho, *apesar* da vinculação teórica, e ético-política que seu agente profissional esteja vinculado, interessa ao capital pois produz efeitos nas condições materiais e espirituais da classe trabalhadora, permitindo sua reprodução como tal e a reprodução de um determinado modo de viver, de trabalhar e de pensar, propício à manutenção da sociabilidade capitalista. É útil para o capital e para seus representantes no Estado.

Mas, simultaneamente, pela mesma atividade também tem utilidade para a classe trabalhadora, em seus diferentes segmentos. *Apesar* da teleologia que move o sujeito que realiza o trabalho profissional, por meio da mediação das políticas sociais atende de forma complementar (mas nem por isto secundária) a necessidades legítimas dos trabalhadores e suas famílias, quanto a sua sobrevivência física e espiritual. Por meio do trabalho do assistente social, trabalhadores e suas famílias alcançam parcela da riqueza que eles próprios produziram. Por meio do trabalho profissional parcela daqueles que vivem do trabalho acessam aquilo que fruto de suas próprias lutas e conquistas e que lhes é usurpado. Pela mesma atividade, o trabalho profissional atende necessidades concretas dos trabalhadores, seja como força de trabalho, seja como usuário de políticas, programas e serviços públicos.

O trabalho do assistente social tem também valor de troca, participa do processo de mercantilização da sociedade, é passível de ser comprado e vendido.

Nas palavras de Yamamoto “a análise das características assumidas pelo trabalho do assistente social e de seu produto *depende das características particulares dos processos de trabalho que se inscreve*”. (1999, 70, grifos da autora).

Este trabalho especializado *apesar* do projeto profissional ao qual o assistente social esteja vinculado pode funcionar como instrumento direto de valorização, participar diretamente do processo de valorização do capital (trabalho produtivo) ou não gerar valor novo (trabalho improdutivo) ⁵⁹.

Apesar do projeto profissional ao qual o assistente social esteja vinculado, o trabalho profissional tem significados diferentes quando realizado em processos de trabalho na esfera da prestação de serviços de natureza pública (governamental ou não) e quando realizado na esfera privada, estrito senso.

Na esfera privada, segundo os interesses do empregador e *apesar* da teleologia assumida pelo assistente social, seu trabalho participa da acumulação capitalista, ainda que indiretamente. Na esfera privada, o trabalho do qual o assistente social resulta na criação de mais-valor, participamos da produção da riqueza apropriada de forma privada (por poucos). É, portanto trabalho produtivo, nos termos marxianos.

[...] Ao se pensar esse trabalho em empresas capitalistas, ele tem um efeito na sociedade do ponto de vista da *produção de valores* ou da riqueza social, ao ser parte de um trabalhador coletivo. O assistente social não produz diretamente riqueza – valor e mais-valia –, mas é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma na divisão técnica do trabalho. É este trabalho cooperativo que, no seu conjunto, cria as condições necessárias para fazer crescer o capital investido naquela empresa. Caso essa especialização do trabalho não tivesse alguma função a desempenhar no processo de produção, na óptica dos interesses capitalistas, não seria contratada pelo empresariado. (IAMAMOTO, 1999, p. 69 e 70, grifos da autora)

Apesar da intencionalidade do profissional, na esfera pública o trabalho profissional participa da redistribuição de parte da mais-valia socialmente produzida, de parte da riqueza socialmente produzida, por meio dos bens e serviços previstos nos programas e políticas sociais que executa, uma vez que o Estado arrecada tributos e os redistribui em forma de bens e serviços, sempre insuficientes para atender as múltiplas necessidades sociais daqueles que vivem do trabalho.

⁵⁹. Para a discussão acerca do trabalho produtivo e improdutivo diretamente da fonte marxiana recomendamos *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Resultados do processo de produção imediata (MARX, 1985).

Destacadamente na esfera pública não se insere *diretamente* no processo de produção de valor, no processo de valorização do capital; seu trabalho é improdutivo.

[...] Aí não existe criação capitalista de valor e mais-valia, visto que o Estado não cria riquezas ao atuar no campo das políticas sociais públicas. O Estado recolhe parte da riqueza social sob a forma de tributos e outras contribuições que formam o fundo público e redistribui parcela dessa mais-valia social por meio das políticas sociais. (IAMAMOTO, 1999, p. 70)

Trabalhadores, nos seus diferentes segmentos de classe, portadores de diferentes expressões da desigualdade social e da resistência a ela, comparecem ao atendimento profissional, geralmente, na sua expressão singular e por força de como as organizações empregadoras definem o acesso aos seus serviços. É a organização empregadora que organiza o fluxo ao qual, para satisfazer suas necessidades a população deve se submeter, mas vem em busca de satisfazer necessidades materiais e/ou espirituais, concretas e não exatamente do atendimento profissional.

A principal estratégia das organizações empregadoras é a individualização dos atendimentos, requerendo que o trabalho profissional produza persuasão, adesão, aceitação ao estabelecido. Para a organização empregadora, por meio do Serviço Social as diretrizes institucionais são transmitidas como necessárias e válidas.

O Assistente Social atua a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, expressões concretas das relações sociais, atua no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos, no seu modo de vida, em suas necessidades materiais e espirituais.

O Assistente Social atua nos processos relacionados à reprodução social da vida, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vive a população em geral e, sobretudo, os setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando melhorar essas condições, sob múltiplos aspectos. A intervenção profissional leva em consideração as relações de classe, gênero, etnia, aspirações religiosas e culturais, além de componentes de ordem afetiva e emocional. O trabalho do Assistente Social pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida dos usuários; em seu acesso a políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos de valores; em seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organismo; e em suas práticas de resistência. (YAZBEK, 2013, p. 45 e 46)

Ao desenvolver seu trabalho, o assistente social difunde, junto aos sujeitos com os quais trabalha valores, formas de pensar e concepções de mundo. O trabalho profissional incide sobre valores, comportamento e atitudes da população, mudanças

na maneira de ser, de ver e agir dos indivíduos, incide na visão global de mundo destes, atingindo-os no local em que trabalham, na vida privada de sua família, no seu lazer, no seu protagonismo político etc.

O trabalho profissional pode apoiar a resignação, conformismos, naturalização, culpabilização, senão criminalização da desigualdade social vivenciada, junto aqueles que atende profissionalmente. Mas, como já desvendou Iamamoto e Carvalho, desde 1982, porque atuamos na tensão de interesses antagônicos há alguma possibilidade de imprimir direção social ao nosso fazer segundo interesses da classe trabalhadora. Cabe reiterar que a atuação profissional pode fortalecer cada uma das extremidades dessa luta, mas não se pode afastá-las do contexto do trabalho profissional. O trabalho profissional sempre estará tensionado pelos interesses distintos e antagônicos das classes sociais fundamentais do ordenamento capitalista.

O trabalho profissional tem efeito nas condições materiais e sociais dos trabalhadores; repercute na reprodução da força de trabalho, atua na sobrevivência material dos trabalhadores, mas também incide na subjetividade daqueles com quem trabalha, cria consensos, controle social ou dissensos, partilhamento de poder, etc., a depender das condições objetivas de onde e quando se realiza este trabalho e de certa forma da direção social imposta pela vontade profissional.

A literatura profissional e o posicionamento público de parcela de assistentes sociais, e da direção das entidades representativas da categoria tem reafirmado que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente *pode*, pela compreensão do movimento contraditório do real e pela compreensão da dimensão contraditória da profissão ser posto à serviço dos interesses da classe trabalhadora, seja em sua luta cotidiana por sobreviver, seja na luta por uma nova ordem societária.

Os profissionais estão, também, contribuindo para a criação de formas de um outro consenso - distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade.

[...]

Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam

dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. (1999, p. 69)

Será desta elucidação acerca do apoio à criação de uma contra-hegemonia que partimos para chegar às afirmações sobre as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, constantes do próximo capítulo deste estudo.

A possibilidade de a profissão colocar-se na perspectiva do reforço dos interesses da população com a qual atua depende *em certa medida* da efetiva e competente assunção do projeto ético-político vigente, um projeto profissional coletivo que contém opções teóricas, éticas e políticas. E é o projeto profissional vigente, com sua perspectiva teórico-crítica e seus valores e compromissos profissionais e societários, que orienta permanentemente a realização do trabalho de parcela de assistentes sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais. E mencionamos “em certa medida” porque sabemos: no trabalho profissional apesar da vontade interagem também as condições objetivas.

Ao mesmo tempo, o/a assistente social, enquanto profissional qualificado/a, dispõe de relativa autonomia, em seu campo de trabalho, para realizar um trabalho social complexo, saturado de conteúdos políticos e intelectuais e das competências teóricas e técnicas requeridas para formular propostas e negociar com os contratantes institucionais, privados ou estatais, suas atribuições e prerrogativas profissionais, os objetos sobre os quais recai sua atividade profissional e seus próprios direitos como trabalhador/a assalariado/a.

Portanto, sendo a profissão de Serviço Social o resultado de relações sociais contraditórias engendradas pelo capitalismo dos monopólios, ela é, ao mesmo tempo, um produto vivo de seus suas agentes, do protagonismo individual e coletivo de profissionais organizados a partir de um projeto ético-político que solda projeções e hegemoniza a direção social, (RAICHELIS, 2020, p. 16)

Efetivamente vinculado ao projeto ético-político vigente, o assistente social é um profissional especializado para analisar criticamente o cenário em que se inscreve a profissão hoje e nele apreender as várias expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais, sua produção e reprodução ampliada, cujas múltiplas expressões são objeto do seu trabalho cotidiano, assim como é capaz de captar as múltiplas formas de pressão social na luta pela sobrevivência construídas no cotidiano dos diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Para que a vontade movente do sujeito que realiza o trabalho profissional orientado pelo projeto ético-político vigente se materialize em estratégias de ação coerentes, é exigência intrínseca saber reconhecer tanto a dinâmica dos processos de luta protagonizados pelos sujeitos coletivos, como as contradições presentes nas práticas institucionais, nas políticas públicas, nos programas sociais e nos serviços prestados à população.

O sólido e qualificado domínio da orientação teórica, ética e política do projeto profissional permite o assistente social se comprometer com os interesses dos seus usuários profissionais, resistir as imposições do poder do capital e seus representantes na esfera estatal, nos limites de sua atividade profissional especializada. E é esta capacidade que permite também que o assistente social esteja nas suas próprias lutas como trabalhador assalariado.

O projeto ético-político vigente requer a capacidade crítica e propositiva do trabalho do sujeito profissional, mas seus princípios não são alcançáveis e realizáveis sob quaisquer condições e pressupõe mais que compromissos declarados, firmados discursivamente, supõe trabalho qualificado, competente e comprometido com os valores do projeto ético-político vigente e com o horizonte que exige uma nova forma de organização societária.

Faz-se então necessário ao profissional que, pela via de conhecimento teórico, da escolha consciente por valores universais, da direção política que atribui a sua prática, bem como de uma postura renovada e qualificada, transcenda a mera cotidianidade para alcançar o patamar do exercício crítico, competente e comprometido (GUERRA, 2007, p. 12)

E insistentemente reiteramos que para isto a sólida e qualificada formação profissional crítica é condição indispensável. Assim como o é vencer a disputa intracategoria pela hegemonia da teoria social crítica como referencial de análise da realidade e da profissão. É ela que torna possível a ampliação da compreensão acerca das relações sociais no Brasil e dos significados do trabalho profissional, reorientando a discussão do referencial ético-político da categoria de forma a resistir, pela restrita via da profissão, à lógica desumanizadora impressa pelo capital em todas as dimensões da vida social.

Tendo até aqui explicitado o Serviço Social como profissão especializada, o trabalho profissional realizado pelo assistente social sob relação de assalariamento, passamos a seguir a abordar a gênese, consolidação, conteúdo e a hegemonia (sob ameaça) do projeto profissional que vigora no Brasil contemporâneo para então proceder a uma reflexão sobre as consequências políticas do trabalho profissional por ele movido.

2.3. O projeto ético-político vigente

Há um imenso e qualificado acúmulo bibliográfico sobre o projeto ético-político vigente, enfatizando seus diferentes componentes: histórico, conteúdo, consolidação, possibilidades e limites, etc. Não se trata aqui de reunir a totalidade das diferentes abordagens que tem o projeto ético-político vigente como objeto, mas tão somente destacar alguns de seus elementos de forma a referenciar propriamente a reflexão acerca do que virá no próximo capítulo.

O sentido corriqueiro do vocábulo “projeto” refere-se a aquilo em que alguém define antecipadamente que pretende realizar. Já nesta definição simplista e trivial comparece implicada *a autoria de uma criatura humana, a antecedência do pensamento* em relação ao “que” e ao “porque” fazer, a necessária *escolha* acerca de como fazer, para *depois*, em realidade se dar a *ação do sujeito e o resultado* efetivamente produzido.

Vimos na subseção anterior que é da ontologia marxiana a afirmação de que só o homem é capaz de antecipar ao nível do pensamento daquilo que deseja alcançar, só a atividade propriamente humana é movida por finalidade. E porque a antecipação no pensamento se refere a algo que se pretende obter, esta projeção contém finalidade e decisão do caminho a percorrer para alcançar o pretendido. Nas palavras de Netto projeto “é uma antecipação ideal da *finalidade* que se pretende alcançar, com a invocação dos *valores* que a legitimam e a escolha dos *meios* para lográ-la”. (2006, p. 2, grifos do autor)

A prévia ideação é sempre *uma* resposta (entre outras possíveis) à uma necessidade concreta, mas *uma resposta pensada*, uma solução antecipada no pensamento em face de um desafio real. E nenhuma prévia ideação brota do nada,

ela é sempre *uma resposta pensada à uma dada necessidade* que surge em uma situação determinada. Elas, projeção, resposta e necessidade movente são sempre determinadas pela história humana.

O sujeito que age, movido por uma projeção do que deseja produzir, por uma finalidade, *faz escolhas entre alternativas que a realidade coloca*, põe em movimento *meios* materiais disponíveis (ou cria outros) e *produz* resultados.

É possível afirmar que a finalidade atua no início, no decorrer e ao fim do processo prático e que a ação do sujeito que projeta, movida por uma finalidade, ocorre no interior de determinações objetivas, circunstâncias que possibilitam ou que limitam o processo de sua realização, que possibilitam ou que limitam as escolhas que se põem ao sujeito interveniente, que possibilitam ou que limitam os resultados produzidos.

E sublinhe-se que limitar não é sinônimo de eliminar, aniquilar ou anular. A depender da finalidade movente, *as circunstâncias* reais restringem o alcance dos resultados projetados, mas são também *portadoras de possibilidades*, de escolhas entre alternativas, de alguma margem de ação para resolver ou sair de uma dada situação.

Tendo em consideração finalidade movente e circunstâncias reais, é certo que os resultados decorrentes da ação propriamente humana nem sempre serão coincidentes com aquilo que foi projetado. Forças sociais e a realidade mesma circunscrevem e impregnam os resultados obtidos, sejam eles imediatos ou mediatos.

[...] os efeitos sociais gerados não são coincidentes em termos absolutos com o desejo movente da ação, porque estão interagindo, no resultado real, componentes de negatividade, não propriamente controlados pela vontade de quem age. (PAIXÃO, 1997, p. 71)

Os resultados projetados pelo pensamento nunca são uma certeza, mas um investimento, uma esperança em alcançar o que se deseja. E não havendo certezas, é preciso identificar o que se deseja e o que é possível produzir.

E a História assim se faz, incessantemente, pelo resultado das contradições sociais e por homens munidos de finalidades.

A antecipação do que se quer realizar pode ser de autoria individual ou coletiva. Existem *projetos individuais e coletivos*, que propõem algo de alcance geral ou de alcance restrito, específico, particular.

Dentre aquelas projeções coletivas e de alcance geral estão os *projetos societários*.

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade. (NETTO, 2006, p. 2, grifos do autor)

As diferentes projeções societárias têm uma dimensão política, o que não equivale concluir que estejam restritas às formulações dos partidos políticos.

nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma *dimensão política*, que envolve relações de poder. É claro que esta dimensão não pode ser diretamente identificada com *posicionamentos partidários* [...] (NETTO, 2006, p.3, grifos do autor)

Dentre os projetos coletivos, *de menor abrangência* estão os projetos profissionais, especialmente referidos por profissões regulamentadas juridicamente, com formação profissional específica, no geral de nível superior (NETTO, 2006, p. 4).

Ainda conforme o mesmo autor os projetos profissionais

apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (*inclusive com o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais*) (NETTO, 2006, p.04, grifos do autor)

Assim o é o vigente projeto profissional do Serviço Social brasileiro, designado pela expressão projeto ético-político do Serviço Social⁶⁰. Nele comparecem os elementos apontados na citação anterior, portadores de uma dimensão política, seja

⁶⁰. A expressão projeto ético-político profissional circula desde 1998 por ocasião do IX CBAS que aconteceu em Goiânia (Goiás), entre 20 e 24 de julho e que teve como tema "Trabalho e Projeto ético-político profissional". Ressalte-se aqui que embora tenhamos adotado a expressão projeto ético-político para abordar o projeto profissional vigente, consideramos que os demais projetos profissionais constantes no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro também são "ético-políticos".

pela sua relação com os projetos societários, seja pelas relações de tensão e disputas no interior mesmo da categoria profissional – um universo diversificado.

O projeto ético-político vigente é uma construção histórica (portanto é transitório e está em constante movimento) e coletiva, da qual tem participado parcela da categoria profissional, (assistentes sociais "de campo", assistentes sociais docentes, assistentes sociais pesquisadores, estudantes de Serviço Social, além das entidades representativas da profissão) que projetaram para o trabalho profissional uma determina valoração ética e a vinculação a um projeto societário determinado (ainda que não se confunda com ele, como reafirmaremos no próximo capítulo).

Fruto de muitos assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, enraizados na sociedade e na luta social, que tem comparecido nos fóruns coletivos e democráticos para a tomada de decisão igualmente coletiva daquilo que diz respeito à profissão e para se posicionarem contrários a todas as formas de conservadorismo, de autoritarismo, de discriminação, de violação de direitos humanos, sociais, civis, políticos e econômicos e a favor de uma nova ordem societária sem exploração econômica e dominação política.

Não é possível apartar o projeto ético-político vigente no Serviço Social brasileiro do contexto no qual ele foi produzido, adquire sentido e é interveniente. Sua gênese, consolidação e hegemonia⁶¹ são datadas historicamente e determinadas por condições externas e internas ao Serviço Social, da mesma forma que assim o são a sua exequibilidade, sua viabilidade e suas incertezas, seus limites e possibilidades, a luta por sua manutenção na cena contemporânea - tempos em que a trama contraditória da vida social e o Serviço Social recebem particular impacto causado pelas alterações no padrão de relacionamento que o Estado mantém com a sociedade, nesta era de capital-fetice⁶², de Estado Mínimo e partícipe da valorização do capital, conforme já pontuado no capítulo anterior.

^{61.} Hegemonia aqui como direção teórico-metodológica e ético-política prevalente na profissão, obtida pelo consenso profissional construído entre forças de um mesmo campo. Para a discussão propriamente da categoria hegemonia recomenda-se os escritos do marxista italiano Antônio Gramsci. Além da imprescindível recorrência a sua obra original, recomenda-se Simionatto (1993 e 1995) e Toledo (2013, especialmente páginas 71 a 91).

^{62.} [...] Conforme Marx "*o capital que rende juros*" (MARX apud IAMAMOTO, 2007, p. 20, grifos da 2.

O projeto profissional vigente no Serviço Social brasileiro tem *antecedentes* no contexto sócio-político dos anos de 1960 e 1970, no Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, naquilo em que este processo representa a vertente de intenção de ruptura, nos termos de Netto (1991)⁶³.

Na virada dos anos 70 para os anos 80 do século passado e no curso daquela década de 80 repousam as *condições externas* favorecedoras para a constituição do projeto ético-político vigente, quando no Brasil se vivia o processo de abertura política. Fatos já mencionados no capítulo anterior expressam o contexto sócio político em que se ancora a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, berço da formulação do projeto ético-político vigente: as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, o avanço dos movimentos populares, a reorganização da sociedade civil. Façamos vir à memória dentre tantos outros fatos a anistia política em 1979, seguida pela reestruturação partidária com a fundação do PT, a criação da CUT, a luta por eleições diretas para presidente da república explicitada na Campanha das Diretas-Já, a mobilização dos trabalhadores urbanos, o renascimento da organização sindical, a revitalização dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas, os movimentos populares e democráticos, o protagonismo de intelectuais, da Igreja Católica progressista e de outras instituições como a OAB, a ABI, o processo Constituinte, etc.

autora). Padrão de reprodução das relações sociais capitalistas sob a proteção do capital financeiro, que mercantiliza todas as esferas da vida social, repercutindo no agravamento das condições de vida e de trabalho da maioria da população, refigurando suas necessidades e redimensionando suas lutas.

⁶³. Além do que já registramos na nota de rodapé nº 45, acrescentamos também que no âmbito brasileiro, o processo de mudança profissional foi denominado por Netto (1991) de processo de renovação. O autor, por meio de minucioso exame de parte "significativa da literatura profissional difundida nacionalmente entre 1965 e 1985" (1991, p. 152) identifica três principais linhas de desenvolvimento da reflexão profissional acerca da renovação do Serviço Social brasileiro: a modernizadora, a de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura. Netto nesta publicação, (a segunda parte de sua tese de doutoramento apresentada em 1990), faz uso da designação "intenção de ruptura" pois naquele momento considerava que "esta perspectiva vem conservando e aprofundando seus traços opositivos ao tradicionalismo, mas sem conseguir avançar efetivamente no rompimento com ele no terreno da prática profissional [...]" (1991, p. 255, nota de rodapé 291). Outros autores fazem uso de outras designações para se referir ao mesmo período do desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro (dentre elas apenas vertente de ruptura). Neste trabalho, nossa preferência será pela designação "renovação profissional crítica", ou apenas "renovação crítica".

Foi, portanto, na conjuntura sócio-histórica de luta pela conquista do Estado de direito e pela vigência da democracia política que se efetivaram as iniciativas coletivas de reflexão e de luta em busca de um projeto profissional direcionado aos interesses da classe trabalhadora e à crítica ao conservadorismo e suas implicações na vida social e profissional (BARROCO e TERRA, 2012, p.09 e 10).

Internamente, no Serviço Social brasileiro recorde-se a experiência da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (publicamente mais conhecida como “Método BH”), a experiência do INOCOOP em São Paulo e outros processos. Recorde-se o 3º CBAS, o conhecido Congresso da Virada, realizado em São Paulo, em 1979, gênese da explicitação do posicionamento político dos assistentes sociais, em âmbito nacional que redirecionou contundentemente os compromissos profissionais, inclusive porque a categoria profissional presente naquele evento se reconheceu como parte da classe trabalhadora. Recorde-se o amadurecimento intelectual alcançado pela profissão, a partir, sobretudo, dos anos 80 do século passado.

O 3º CBAS é considerado o evento profissional inaugural e emblemático do posicionamento político público da profissão em face a realidade social e profissional e da disputa política no interior do Serviço Social brasileiro: os assistentes sociais reunidos em São Paulo expressaram publicamente seu compromisso profissional com os setores populares, questionaram a organização do evento e destituíram a mesa de honra do Congresso que tinha como convidados oficiais autoridades do regime militar, substituindo-os por dirigentes de movimentos sindicais e populares⁶⁴. E como se sabe a “virada” não foi expontaneista, mas aconteceu graças ao empenho organizativo no plano sindical e a combatividade de parcela de assistentes sociais e sua inserção nos diferentes espaços organizativos, trazendo a cena política a visibilidade dos componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional por forças conservadoras externas e internas a profissão.

⁶⁴. Até então os congressos profissionais eram organizados de forma impositiva, sem consulta previa a categoria profissional (que era meramente expectadora), organizados pelo CEAS, CBCISS e/ou o então CFAS/CRAS (hoje CFESS/CRESS). Estas entidades estavam sob a direção de representantes das forças conservadoras e tradicionais no interior da profissão e os Congressos até então contavam com a participação de reduzido número de assistentes sociais e de estudantes. Seus conteúdos revelavam a marca de adesão à ordem, as conferências eram proferidas por autoridades do Estado, da Igreja, por especialistas e por assistentes sociais. É válido lembrar que a sigla CBCISS inicialmente significou Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social e a partir de 1966 Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

O 3º CBAS é considerado um marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país. Marco da ruptura com o tradicionalismo profissional no plano político, é expressão do processo de lutas que se travava na sociedade de então e das transformações internas que ocorriam na dinâmica profissional. Deu visibilidade à politização da categoria, sua vinculação como partícipe das lutas pela redemocratização da sociedade, sua vinculação pública à esquerda na política brasileira e o alinhamento de parte dos assistentes sociais ao socialismo.

É também o signo do início do processo de quebra do monopólio da direção conservadora nas instâncias e fóruns da categoria profissional. A direção das entidades representativas da categoria profissional, a partir de então, foi passando às mãos de assistentes sociais aliados das estratégias de recusa a ordem ditatorial, a luta pela redemocratização social, ao apoio a luta geral dos trabalhadores e a crítica e recusa do conservadorismo profissional.

Na ambiência de retomada das lutas sociais pela redemocratização, ainda em tempos de ausência de liberdade, o Serviço Social brasileiro fez também um radical giro na dimensão teórico-metodológico que conduzia à profissão, com derivações éticas e políticas. Ainda na década de 80 passada o Serviço Social brasileiro alcançará indubitável maturidade teórica e consolidação acadêmica.

A consolidação da inserção do Serviço Social no circuito acadêmico se manifesta na existência de cursos de pós-graduação⁶⁵ e no reconhecimento do Serviço Social como área de produção de conhecimentos, passando a receber apoio de agências públicas de fomento à pesquisa. Isto favoreceu uma acumulação teórica compatível à busca da ruptura com o conservadorismo profissional e deu origem ao que Netto chamou de “uma massa crítica considerável”, competente para estabelecer uma fecunda interlocução com as ciências sociais e revelar intelectuais respeitados dentro e fora do Serviço Social (2006, p.12).

⁶⁵. O PEPGSS da PUCSP iniciou em 1971 seu curso de Mestrado passando, em 1981, a oferecer também seu curso de Doutorado, o primeiro do Brasil e da América Latina. (conforme <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/servico-social>, acesso aos 18/10/2017).

O Serviço Social brasileiro se pôs em contato com a obra de Marx na fonte original e com o legado marxista idôneo, atingindo maturidade intelectual na perspectiva da Teoria Social Crítica, demonstrada inclusive com significativa ampliação da sua produção editorial. Serve-nos de exemplo, a publicação ininterrupta da Revista Serviço Social e Sociedade, editada pela Cortez Editora desde 1979 e que contribuiu para a difusão da renovação crítica do Serviço Social brasileiro⁶⁶.

Sinal emblemático da maturidade intelectual do Serviço Social foi a publicação em 1982 do já amplamente referido neste estudo livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica”, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, com ampla penetração no meio profissional e que inaugura a reflexão sobre o significado social da profissão, recorrendo diretamente a fonte marxiana⁶⁷.

Ressaltamos que esta publicação integrou um projeto de investigação sob a ótica marxista, sobre a História do Serviço Social na América Latina, implementado pelo CELATS e inaugurou a prática de coedição (no caso, entre o mesmo CELATS e a Cortez Editora). É considerada uma obra de grande impacto editorial, um clássico da literatura crítica do Serviço Social. Permanece sendo referência nacional na área de Serviço Social (seja para a formação, a produção acadêmica, a pesquisa, a organização e a intervenção profissional).

Esta perspectiva de análise inaugurada por Iamamoto e Carvalho (1982) é o chão teórico-metodológico no qual estará apoiada a formulação e a consolidação de

⁶⁶. Até o momento da conclusão deste estudo o último número publicado em papel da Revista Serviço Social e Sociedade foi o nº 136 – Especial set/dez 2019 – “40 anos da “Virada” do Serviço Social: história, significados, desafios”. Em 2020, a Revista prossegue disponibilizada apenas na versão on line. (https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101-6628&lng=pt&nrm=is). Até a conclusão desta Tese este periódico de publicação ininterrupta está no seu nº 139 (Set./dez. 2020).

⁶⁷. Observa-se na bibliografia do livro que os autores arrolam 12 obras originais de Marx e Engels; 03 obras de Gramsci além de Lenin; Althusser e autores brasileiros como Florestan Fernandes; Octavio Ianni; Jose de Souza Martins. Manuel Manrique Castro, no prefácio do livro escreve que ele é “reformulação de uma rota”, uma nova “ordem de reflexão”, uma linha de análise até então sem suporte na bibliografia do Serviço Social; nele a recorrência a Marx não é “citação oportuna”, mas é parte interior na análise da profissão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p.11 a 14 - Prefácio). O livro manifesta o redirecionamento teórico e político no trato do Serviço Social, a partir da crítica radical do passado da profissão, às tarefas socialmente a ela atribuídas. Fez uma interpretação histórico-crítica do Serviço Social no Brasil entre 1930 e 1960.

um projeto profissional comprometido, como já mencionado, com valores democráticos, de justiça e equidade social, na perspectiva de outro ordenamento social.

Parcela de assistentes sociais foi responsável por engajar a profissão na luta contra a ditadura e posteriormente na luta por direitos na sociedade brasileira no ambiente da redemocratização, em reciprocidade com as mobilizações dos trabalhadores e movimentos sociais naquele período.

Na Constituição brasileira de 1988 formalizam-se as conquistas sociais e democráticas dos anos 80, colocando no plano jurídico formal a afirmação de direitos sociais como dever do Estado. Nos anos 90 do século passado, seguiram à Constituição Brasileira importantes legislações e regulamentos sociais complementares, dentre as quais a LOAS e o ECA que contaram com a efetiva contribuição de muitos assistentes sociais. A promulgação desta legislação social também contribuiu para uma ambiência favorável à consolidação do projeto ético-político profissional.

Na década de 90 do século passado o Serviço Social brasileiro redirecionou seus documentos normativos na perspectiva de ruptura com o tradicionalismo conservador, tendo em vista sua adequação às demandas ético-políticas e profissionais críticas. Em 1986 o Código de Ética (revisado em 1993) coroa “o rompimento com o conservadorismo na explicitação frontal do *compromisso profissional* com a massa da população brasileira, a classe trabalhadora” (NETTO, 2006, p.14).

A tendência crítica no interior da profissão encontrou condições para se manifestar e fraturar o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria, na formação, na pesquisa, na literatura profissional, nos mecanismos normativos do exercício profissional etc., e assim segue orientado o Serviço Social brasileiro até aqui.

A direção e os compromissos ético-políticos deste projeto profissional podem ser sintetizados pelos onze princípios constantes do Código de Ética Profissional em vigor

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 23 e 24)

O projeto ético-político vigente ultrapassa o conjunto de prescrições (normativas e corporativas) que regulam a postura e o comportamento profissional, tampouco se restringe aos princípios fundamentais explicitados no Código de Ética profissional.

Ele se expressa em toda a na *legislação profissional*, nos instrumentos normativos que regem as condições para o exercício profissional, apresentando uma autoimagem da profissão inserida na vida social, delimitando e priorizando os seus objetivos, atribuições e competências, formulando requisitos institucionais e práticos para o trabalho profissional, prescrevendo normas para o comportamento dos seus profissionais (tomemos aqui além do Código de Ética, toda a regulação jurídica profissional: a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), a Política Nacional de Estágio, o conjunto de Resoluções, Normas Técnicas, os Parâmetros e os Subsídios para o trabalho profissional construídos coletivamente e editados pelo CFESS) . Ele se expressa também na proposta de *formação acadêmica curricular* capaz de preparar assistentes sociais para agir dirigidos por forças teórico-

metodológicas fincadas na crítica social (tomemos aqui a revisão do projeto de formação profissional conduzida pela então ABESS/CEDEPSS e o que consta das Diretrizes Curriculares emanadas da atual ABEPSS). Ele se expressa ainda nas decisões tomadas pelos assistentes sociais em seus fóruns soberanos; nos posicionamentos públicos, tomados pelas entidades representativas da categoria profissional (reportemo-nos às campanhas do conjunto CFESS/CRESS publicizadas por meio de cartazes, folders, adesivos e folhetos, principais posicionamentos políticos do CFESS publicados na área “CFESS Manifesta” no site da entidade etc.).

O projeto ético-político vigente aproxima a profissão, coerentemente, ao projeto societário emancipatório e explicita uma clara direção política. Seu conteúdo tem caráter libertário e é contrário a todas as formas de conservadorismo, de autoritarismo, de discriminação, de violação de direitos. Vinculado a construção de uma nova ordem social, sem exploração econômica e dominação política, este projeto profissional expressa firmemente a defesa da universalidade e qualidade dos serviços públicos, da democracia, da equidade, da justiça social, da liberdade, da autonomia, da emancipação, entre outros. Reclama uma competência profissional ancorada na perspectiva crítica para entender e agir na realidade, adquirida em uma sólida, qualificada e permanente formação profissional, capaz de tornar compreensível e exequível tamanha disposição profissional. Aponta para a necessária organização dos assistentes sociais e sua articulação com outras profissões e com forças sociais solidárias as lutas da classe trabalhadora, assinalando claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional se articular com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.

Parcela da categoria profissional construiu um projeto profissional que tem potencial para capacitar os profissionais para um desempenho qualificado nos diversos campos onde atua, para que articulem suas ações cotidianas à sujeitos coletivos que se mostrem empenhados tanto no acesso a direitos como na busca da construção de outra ordem societária.

O projeto ético-político vigente ganhou prevalência na categoria profissional servindo de guia para a formação e para o exercício profissional, para os posicionamentos e para as ações políticas dos assistentes sociais.

Se não atinge todos os assistentes sociais, ele tem se posto, em todas as instâncias da vida profissional: na formação acadêmica, na produção intelectual e editorial, nos debates, nos eventos, na organização representativa dos assistentes sociais, na legislação profissional, nos posicionamentos públicos da categoria.

Este projeto profissional perdura no Serviço Social brasileiro há mais de 25 anos⁶⁸, sobretudo porque tem suporte na ontologia do ser social, seus valores originam-se da vida concreta e são fincados na dimensão teleológica original da classe trabalhadora, no marco do capitalismo.

Esse projeto contém um conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas para o exercício profissional e, lastreado na perspectiva ontológico-crítica de análise da realidade social, imanta os audazes sujeitos que realizam o árduo trabalho profissional cotidiano, singular e coletivo, nestes tempos tão adversos.

Parcela de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social prosseguem na consolidação e reafirmação do projeto ético-político vigente, ainda que profundamente desafiados pela realidade. Parcela de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social vem sustentando a direção ético-política vigente no Serviço Social brasileiro, vem escolhendo a direção política da formação e do trabalho profissional e as forças teóricas que lhes venha servir de recorrência.

Conforme, mas apesar do ambiente destrutivo, a direção de nossas organizações profissionais vem se mantendo no campo da denúncia dos impactos danosos das políticas em curso, do combate ao neoliberalismo e sua contrarreforma.

O Serviço Social brasileiro, não obstante todos os enfrentamentos do período de arbítrio, já tem no Brasil uma tradição de organização que supera a de outras categorias de mais longa existência e tradição. Os saltos obtidos no

⁶⁸. Tomando aqui por referência a década de 90 passada, a partir de quando o conteúdo do projeto ético-político vigente se explicita na legislação e nos instrumentos normativos da profissão, nas recomendações para a formação profissional, na produção da pesquisa e na produção editorial do Serviço Social brasileiro. Se considerarmos que sua gênese, conforme Netto (1991) se localiza desde a experiência da Escola de Belo Horizonte e explicita-se nacionalmente desde o 3º CBAS, não é incorreto afirmar que sua perdurabilidade já ultrapassa 45 anos, embora ainda não fosse designado pela expressão “projeto ético-político”.

... mundo acadêmico e do trabalho ancoram-se em seu crescimento na apropriação da teoria crítica da história. Nossas entidades caminham cada vez mais articuladas, agregando forças políticas para o enfrentamento coletivo, não só de suas questões particulares, mas, sobretudo, na luta dos trabalhadores [...]. (TEIXEIRA, 2013, p. 63)

Uma agenda teórica e ético-política de resistência vem orientando as decisões da categoria dos assistentes sociais ao longo destes anos regressivos e especialmente difíceis para os trabalhadores em geral e também para os assistentes sociais, com evidentes processos de desorganização, descenso do movimento sindical e social, precarização do trabalho e desemprego, e destruição de direitos, conforme abordado no Capítulo I.

O projeto ético-político profissional não está sintonizado com o projeto societário hegemônico – o que põe o trabalho profissional por ele conduzido, o tempo todo na contramão, sob confrontos e contestações, sob tensão permanente.

O projeto ético-político profissional requisita a resistência ao projeto societário hegemônico e isto adquire significado peculiar na atualidade. Exige análise crítica das condições objetivas na quais a profissão pode mover-se, já que a realidade está carregada de possibilidades a serem aproveitadas e de limites que precisam ser identificados para serem transpostos.

[...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho[...]. (IAMAMOTO, 1999, p. 21, grifos da autora)

Requer vontade política organizada e articulada dentro e fora da profissão num tempo no qual não se registram expressivas resistências ao neoliberalismo e nem às transformações no mundo do trabalho.

O projeto ético-político vigente tão somente em sua dimensão formal é um horizonte para que cada profissional oriente suas atitudes profissionais conforme estão fixadas em seus dispositivos normativos, que prescrevem aquilo que o profissional deve evitar, no sentido de se proteger de denúncias contra si no exercício do seu trabalho profissional. Mas antes é preciso tomar seu conteúdo conceitual, político e teleológico e considerar a realidade onde a profissão e o sujeito profissional

são parte e expressão, realidade que impõe limites e que condensa possibilidades ao efetivo trabalho profissional por ele movido.

Analisar consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente requer ir além das suas prescrições normativas e das declarações dos sujeitos profissionais tomadas em si mesmas, estas declarações nada revelam, exceto que discursivamente seus locutores concordam com seu conteúdo.

O trabalho profissional assim movido exige do sujeito profissional a plena articulação das três dimensões que constituem a profissão: a teórico-metodológica, a ético-política e técnico-operativa. E ainda assim, seu alcance está imbricado às condições objetivas nas quais este trabalho especializado assim posicionado se insere.

Postas as considerações do Serviço Social como profissão, o assistente social e seu trabalho especializado e o projeto ético-político vigente e ainda evocando que o interesse deste estudo recai no trabalho singular do assistente social⁶⁹, interessa-nos convergir uma reflexão sobre as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, realizado por aqueles profissionais capazes de acionar, com o mesmo grau de importância, as três dimensões constitutivas da profissão nas mais singelas (mas não menos complexas) situações que se apresentam no cotidiano do trabalho profissional realizado junto à população. Profissionais que operam com base na referência teórica-metodológica da Teoria Social Crítica e nos compromissos e valores ético-políticos explicitados no Código de Ética do Assistente Social. Trabalho especializado, realizado no mercado de trabalho, predominantemente sob os constrangimentos da relação de assalariamento e das condições objetivas demarcadas nas políticas, programas e serviços públicos.

É este é o trabalho profissional que interessa problematizar neste estudo, de forma a refletir acerca das e suas consequências políticas.

⁶⁹. Não nos parece demais aqui reiterar: trabalho singular, mas parte do trabalho coletivo e combinado, trabalho especializado inscrito na divisão sociotécnica.

CAPÍTULO III UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DO TRABALHO PROFISSIONAL MOVIDO PELO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO VIGENTE

Em geral, e predominantemente de forma individualizada, a população usuária do trabalho do assistente social traz para o “atendimento” múltiplas situações que ilustram suas condições de vida e justificam suas necessidades apresentadas para que consigam prosseguir sobrevivendo: trabalhar, comer, beber, vestir, morar, estudar, consumir, desfrutar de algum lazer, ter equilíbrio físico, mental e emocional, etc. Ao assistente social compete genericamente ouvir, perguntar, observar, realizar visitas (no domicílio, nas organizações e outras) de modo a determinar a razão e a natureza da solicitação apresentada e a partir de sua convicção profissional informar, orientar, encaminhar, emitir parecer técnico especializado, dentre outros. Qualquer trabalho do assistente social visto assim, em sua manifestação imediata, em sua qualidade formal parece análogo.

E este trabalho profissional, *apesar* do projeto que lhe dê direção, *aparece* como socialmente significativo porque genericamente incide sobre questões que preocupam a sociedade e/ou porque supostamente comanda percursos de vidas individuais (por vezes coletivas) em seus sofrimentos e carências, rumo ao seu igualmente genérico bem-estar. O trabalho profissional, *apesar* do projeto profissional que lhe direcione, *aparece* como socialmente significativo também porque envolve gerenciamento e dispêndio de “elevados” recursos (embora sempre escassos para a amplitude dos “problemas” a serem enfrentados) e, portanto, é trabalho que exige desempenho técnico específico, racional e competente para cumprir as responsabilidades que lhe foram confiadas em face ao manuseio dos recursos públicos destinados (as vezes recursos privados), numa sociedade aparentemente regida pelo equilíbrio próprio dos consensos tácitos.

Entretanto, quando submetido ao exame crítico, seu valor de uso⁷⁰ e seu significado na sociedade é dissemelhante e *contraditório*: dentre outros, emerge o envolvimento deste trabalho na disputa por interesses distintos na sociedade

⁷⁰. Conforme Capítulo II, subitem 2.2.

capitalista, emerge o envolvimento do trabalho profissional na luta de classes no interior da sociabilidade do capital, seja para reafirmá-la, seja para transformá-la. O trabalho profissional, qualquer que seja sua filiação teórica e valorativa é parte da totalidade social e nela é que participa da disputa que se dá no interior do ordenamento capitalista e no interior da profissão. Em síntese é correto afirmar que deste trabalho profissional, *apesar* do projeto profissional a que esteja vinculado, quando submetido ao exame crítico, emerge seu oculto conteúdo político.

Conforme já apontado no capítulo anterior, desde o início dos anos 80 do século passado, o acúmulo teórico-crítico do Serviço Social brasileiro a partir do rigoroso trabalho de Iamamoto e Carvalho (1982) fez emergir e desvendou de maneira consistente o intrincado significado do Serviço Social em sua dimensão contraditória, apesar do projeto profissional ao qual o assistente social esteja vinculado.

A concepção de profissão contida naquele texto clássico da literatura profissional e progressivamente assumida de forma hegemônica no Brasil vem reafirmando desde então que há possibilidades ao trabalho profissional resultar em fortalecimento dos interesses dos usuários na sua condição de sujeitos representativos dos diversos segmentos da classe trabalhadora se vinculado a valores profissionais e societários contra-hegemônicos.

Partilhamos desta perspectiva, assegurando que o trabalho profissional realizado de forma alinhada ao projeto ético-político vigente *alcança consequências distintas do trabalho profissional movido por outros referenciais teóricos e valorativos, bem como que alcança consequências de qualidade e sentido político efetivos aos trabalhadores, alcance peculiar nos limites de uma profissão.*

Neste capítulo, nossa reflexão busca oferecer consistência a esta afirmação a partir da análise das inúmeras situações concretas de atendimento profissional com as quais nos deparamos em nossa trajetória profissional, sobejamente vivenciadas no exercício do assim chamado “trabalho de campo”, no atendimento direto aos usuários, bem como tantas outras situações concretas de atendimento profissional, trazidas ao exercício da docência no nível do bacharelado em Serviço Social ou nos momentos da docência no âmbito das diferentes estratégias de Educação Continuada dos assistentes sociais.

A consistência desta afirmação também está ancorada na permanente revisão da literatura profissional realizada por força do exercício do ensino em Serviço Social e daquela necessária para a fundamentação desta Tese⁷¹.

Das mesmas demandas referidas no primeiro parágrafo deste capítulo *examinadas e operadas* profissionalmente por meio da perspectiva teórico-metodológica crítica e por meio valores e compromissos de direção contra-hegemônica aos interesses dos capitalistas repercutem consequências efetivas aos interesses de seus usuários enquanto sujeitos representativos de segmentos da classe trabalhadora, nos limites próprios desta profissão, nos limites próprios do processamento deste trabalho especializado, exercido de forma assalariada. Atente-se ao caráter categórico desta afirmação: não estamos cogitando que podem repercutir, mas que repercutem. E como não se afirma aqui um mandamento de caráter idealista, considerada as exigências próprias da natureza acadêmica deste estudo e sobretudo pela filiação teórica desta reflexão, antes de apenas admitir estas afirmações, procedemos *a análise de suas manifestações* para delas apresentar *uma reflexão* das consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente.

Decorre do trabalho profissional movido por esta direção social consequências políticas, algumas delas quase imperceptíveis e de alcance modesto, mas como mencionamos, decisivamente distintas daquelas promovidas por outro trabalho profissional mobilizado por outra direção teórico-metodológica e ético-política e de qualidade e sentido político efetivos aos trabalhadores. Para desvelar as consequências deste trabalho posicionado em sua dimensão política é preciso

⁷¹. Como já mencionado de forma detalhada na Apresentação deste estudo, nossa reflexão analítica aqui embora tenha como base material as situações concretas de atendimento profissional, ressalta-se nossa absoluta recusa em torná-las modelo de trabalho profissional exemplar e/ou tomá-las como experiências profissionais exitosas. Recusamos também qualquer adjetivação atribuída à autoria profissional na condução das diferentes situações concretas de atendimento profissional consideradas, autoria cujo anonimato foi aqui sempre preservado. O reconhecimento conferido a este trabalho profissional realizado é de que nele nos foi possível examinar e sustentar *uma reflexão* das consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente que fazemos aqui, tomado não na sua manifestação individual, mas como trabalho coletivo, com lugar peculiar na divisão do trabalho na sociedade.

considerá-lo em suas *múltiplas mediações e determinações*, por vezes inobservadas, mesmo pelos assistentes sociais do campo profissional crítico.

Neste campo crítico-profissional, afirma-se corriqueiramente que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente está direcionado para fortalecer os interesses dos usuários na sua condição de sujeitos representativos dos diversos segmentos da classe trabalhadora. Salvo na literatura profissional que tem como objeto especificamente a profissão e/ou o projeto ético-político vigente, quando examinamos a referência aos “interesses da classe trabalhadora” é frequente *tê-los por supostos* nos demais escritos profissionais de uso recorrente e que adotam a perspectiva crítica e a direção ético-política do projeto profissional vigente. Nestes textos profissionais é frequente também a *transposição direta do usuário do trabalho profissional para a sua condição de classe trabalhadora*, portadora de interesses autênticos.

Essas constatações bem seriam um relevante objeto de pesquisa, porém, considerado o objeto deste estudo, elas servem para assinalar que considerar os interesses da classe trabalhadora e considerar o usuário como sujeito representativo desta classe *exige* mais que tê-los por supostos. *Exige* encontrá-los como tais, “no tempo miúdo do dia a dia da profissão” (YAZBEK, 2010, Editorial), *exige* encontrá-los no cotidiano⁷². E *exige* ainda conceder especial atenção aos interesses dos segmentos de trabalhadores que são escopo do trabalho do assistente social e lhes repercutir consequências de qualidade e alcance político efetivos, pela via deste trabalho profissional.

Se cumpridas estas *exigências* chega-se a identificar consequências políticas *distintas* de outro trabalho profissional e assegura-se que se trata de consequências *políticas, sutil e modestamente favorecedoras dos interesses de classe destes usuários*, ainda que estes assim não as reconheçam.

⁷². Cotidiano que se mostra obscurecido, lugar dos atos repetitivos, da pouca reflexão, que tem o senso comum como alicerce daquilo que se faz, é a vida de todos os dias, das relações imediatas, da rotina, da repetição, da falsificação da realidade, da alienação, do banal, da mediocridade, das armadilhas. Mas é também, campo de possibilidades, espaço de construção, de modificação, de autoria, de protagonismo, de transformação, é o espaço da resistência e da luta, da história (HELLER, 1985).

Como já mencionamos, no cotidiano do atendimento profissional comparecem inúmeros usuários trazendo múltiplas necessidades e interesses, muitas daquelas urgentes, que exigem pronto-atendimento. Comumente comparecem como indivíduos isolados, em si mesmos, em busca de ajuda para atender necessidades inesperadas, e socialmente culpabilizado, senão auto culpabilizados, pela sua situação⁷³.

Para o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente esta é a forma imediata de manifestação do ser social sob as condições da sociabilidade capitalista. Então antes de buscar nas situações trazidas a responsabilidade autoral do sujeito envolvido e perguntar-lhe sobre sua disposição em participar da solução de seus “problemas”, o assistente social se pergunta em cada situação concreta de atendimento profissional: onde está a relação capital-trabalho, nesta situação? De que forma estes usuários envolvidos expressam a classe trabalhadora? Em que medida suas necessidades são necessidades de classe? Que interesses de classe estes sujeitos têm? E pergunta-se ainda sobre o que está ao alcance da profissão atender? E estas perguntas lhe acompanham no processamento de seu trabalho especializado, perguntas movidas por supostos distintos aqueles que conduzem outro trabalho cotidiano, focado apenas no desempenho das tarefas imediatas que cada situação requer.

Para este trabalho profissional, as respostas a estas perguntas (e a tantas outras) não constam da epiderme da realidade, tal qual ela se apresenta à observação empírica do profissional. Por fidelidade teórico-metodológica, as respostas a estas perguntas se revelam, por sucessivas aproximações do profissional à realidade para dela extrair as múltiplas determinações que expressam os interesses de classe dos usuários e lhes repercutir, pela via do trabalho profissional apoio aos seus interesses.

E o assistente social que realiza seu trabalho profissional assim orientado sabe que as sucessivas aproximações, de largada, estarão muito limitadas haja vista os constrangimentos próprios da condição de assalariamento em que se realiza seu trabalho, haja vista o ideário de raiz liberal (ultraliberal nesta conjuntura brasileira em curso) presente no Estado em seu processo de regulação social, no conteúdo das

⁷³. A totalidade das situações concretas de atendimento profissional examinadas dão materialidade a esta afirmação.

políticas sociais públicas – base material para seu trabalho especializado – e também presente na visão de mundo da população que faz uso do seu trabalho profissional.

A política não se descola das determinações econômicas e sobre estas últimas o usuário, em sua manifestação singular e imediata, está longe de pensar e agir criticamente, está longe de reconhecer sua condição de classe e agir politicamente, consciente desta condição e como membro desta classe. O usuário sequer tem necessariamente a autopercepção de seu próprio papel no sistema produtivo.

Nas situações de atendimento profissional é de fácil constatação que, via de regra, na sua existência imediata, os usuários do trabalho profissional não vivem outras relações que não as constitutivas da sociabilidade do capital, seu modo de pensar a si mesmos e o mundo e de nele agir é aquele atado a imediatez deste ordenamento social e nesta medida, seguem modelados pela sociedade da qual fazem parte, não recusando-a, capturados pelas ideias da classe social adversária (da burguesia).

No plano imediato, pulverizados como pessoas em si mesmas, apenas indivíduos atomizados, nas situações cotidianas de atendimento profissional, os usuários *parecem* querer inserir-se no mercado de trabalho, receber seus salários, desfrutar de proteções trabalhistas e previdenciárias, consumir bens e serviços, pagar suas contas, ter sua casa, acessar a educação formal escolar e profissional, usar serviços de saúde, usufruir de algum conforto, de algumas comodidades, de lazer, contar com a segurança policial, etc. E no mercado de trabalho, para nele ingressar ou nele se manter, se preciso, também *parecem* dispostos, a concorrer contra outros trabalhadores.

Muito longe de interesses anticapitalistas e motivado na construção de um novo ordenamento societário, o usuário do trabalho do assistente social parece ultimar que o capitalismo “não é ruim” e melhor seria se nele houvesse garantia de sempre estar empregado, se ganhasse o suficiente para comprar o que ele e os seus necessitam, se ganhasse o suficiente para garantir a ampliação da escolaridade de seus descendentes e assim sendo viabilizar a eles maior ascensão social. E ainda melhor seria que na velhice, quando chegasse o momento em que seria dispensado de seu

emprego, o fosse com salário integral de forma que pudesse “desfrutar a vida” na condição de aposentado.

Este é o sujeito que comumente chega ao trabalho profissional, e certamente não são estes os interesses com os quais o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente objetiva fortalecer.

Estes interesses evidenciam a *expressão mais imediata dos interesses privados e idealizados* pelos sujeitos da classe trabalhadora tão somente na sua condição de classe da ordem do capital, constituídos e modelados neste ordenamento social⁷⁴. Ao trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente a aparência, a expressão singular, *em si* mesma, deste usuário e de seus interesses são apenas ponto de partida, inclusive porque são reais. Sua condição de classe no ordenamento capitalista, de classe trabalhadora e em relação a outra classe cujos interesses são distintos e antagônicos está escondida em sua expressão singular e no mesmo esconderijo se ocultam a razão de seus interesses *imediatos* (melhorar suas condições de vida e de trabalho) e a razão de seus interesses *históricos* (um novo ordenamento social, sem exploração econômica e dominação política do homem sobre o homem).

O que é *real* é que estes usuários são sujeitos *da contradição desta forma peculiar de produção (e reprodução) social, sujeitos que experimentam múltiplas e dramáticas expressões da desigualdade social peculiares a relação capital-trabalho* e que por esta vivência, sem que assim o saibam, recorrem ao atendimento profissional, em busca não exatamente do trabalho profissional, mas sobretudo para atender necessidades, na maior parte das vezes urgentes e vitais, pela via do acesso a bens e serviços.

⁷⁴. Na obra marxiana há uma distinção entre condição de classe e consciência de classe, e sobre está ainda a diferenciação da classe em si e para si. Por meio da luta, ao longo do tempo, os trabalhadores reconhecem sua própria condição econômica, sua condição no processo de produção, identificam outros indivíduos na mesma condição e com interesses em comum e organizam-se politicamente na defesa consciente dos interesses de sua classe. *Sob condições concretas determinadas* saltam para a compreensão que são os sujeitos a quem interessa a superação do modo capitalista de produzir e sua sociabilidade correspondente e põem-se em luta anticapitalista.

Mesmo que o usuário não reconheça suas necessidades como expressão da *desigualdade social peculiar à relação capital-trabalho* é ela que o coloca em contato com o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente e o coloca para além de sua expressão singular, o coloca como sujeito representativo de uma classe, a classe trabalhadora e seus diferentes segmentos e com interesses próprios. E é pela mediação do pensamento que são assim alcançados pelo profissional movido pela perspectiva teórico-metodológica e pelos valores e compromissos ético-políticos do projeto profissional vigente.

Suas condições de vida e de trabalho (ou de não trabalho) é que reclamam e denunciam a existência de interesses de classe distintos e antagônicos, interesses imediatos e outros hipotecados a implacável ação política das classes no processamento da História, nos termos da conhecida assertiva marxiana de que os seres humanos, como sujeitos históricos, capazes de uma teleologia, fazem a História, mas não a fazem como querem. “São os seres humanos concretos e determinados que moldam o mundo, na mesma medida que são moldados por uma materialidade, que em parte é objetividade e, em parte é uma subjetividade objetivada, [...]” (Iasi, 2009 p. 186).

As necessidades que trazem são necessidades de classe, necessidades peculiares a determinados segmentos da classe trabalhadora. O atendimento profissional a estas necessidades, visto nesta angulação, é atendimento dos interesses da classe trabalhadora. Atendimento com repercussão e significado político a serem considerados no tamanho de uma profissão, na dimensão desta profissão.

Para desvendar as consequências políticas do trabalho profissional realizado pelo projeto ético-político vigente, tomando os interesses dos usuários em sua condição de classe trabalhadora implica considera-las referidas aos *interesses dos trabalhadores no interior do ordenamento capitalista e aqueles interesses que dizem respeito a sua tarefa histórica de construir outro ordenamento social*, sem exploração econômica e dominação política onde esteja extinta a propriedade privada dos meios de produção, do trabalho excedente e dos frutos deste trabalho.

E implica reconhecer também que *no Brasil é no interior do ordenamento capitalista contemporâneo*, já plenamente consolidado, ainda que na condição

periférica e dependente em face da economia capitalista mundial *que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente vem se realizando*. Fora dele apenas supõe-se seu vir a ser!

3.1. Consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente no interior da sociabilidade capitalista

O capitalismo é uma maneira peculiar e historicamente determinada de homens atenderem as suas necessidades sociais, de produzirem e reproduzirem as condições materiais e espirituais de vida. Nele o trabalho humano é apropriado e tornado uma mercadoria – o trabalho que cria valor excedente, comprado mediante salário, gasto produtivo do cérebro e da força física humanos. É um determinado modo de viver, de trabalhar e de pensar, social e historicamente determinado. Nele se produz e reproduz a força viva de trabalho, os meios objetivos de produção (instrumentos e matéria-prima) e suas peculiares relações de produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Nele também se produz e reproduz formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas, ideológicas, científicas, filosóficas etc., que sustentam e mascaram a exploração e dominação propriamente capitalista.

As relações de produção no capitalismo são entre proprietários privados dos meios de produção e do valor criado pelo trabalhador e aqueles que desprovidos dos meios de produção para garantir sua subsistência, vendem parte de si mesmos mediante um equivalente em dinheiro, o salário, para prover a sobrevivência de si e de sua família. Assim postas, no capitalismo as relações de produção são relações entre classes sociais.

Para que este ordenamento societário se produza e reproduza é preciso haver apropriação privada dos meios de produção e exploração econômica da força de trabalho - apropriação privada do trabalho excedente, não pago - a mais-valia. O capital se nutre da exploração econômica, da mais valia (do trabalho excedente não pago), substância e condição de crescimento do capital. O processo de acumulação capitalista é um processo constante de reprodução ampliada do valor e das relações de classe. O capital, mediante exploração da força de trabalho se produz e se

reproduz de forma ampliada. E para haver exploração econômica é preciso também dispor de dominação política (do capital sob o trabalho).

O trabalho assalariado, como concreto pensado, é fonte de mais-valor, é relação entre aqueles que detêm a propriedade privada dos meios de produção e dos frutos produzidos pelo trabalho e aqueles que só dispõem de sua capacidade de trabalho para ser trocada mediante salário como forma de sobreviver. Supõe o trabalhador “livre”, que vende sua capacidade de trabalho ao seu comprador, para seu uso durante certo período de tempo, por meio de uma relação formal, juridicamente tida entre iguais, estabelecida por meio do contrato de trabalho – mecanismo jurídico que atribui legalidade para esta modalidade de exploração, que encobre a desigualdade oriunda da exploração econômica.

Por meio do salário, o trabalhador “livre” satisfaz necessidades básicas para permanecer sendo produtor direto e reproduzir-se enquanto tal (pela função econômica da família no capitalismo). Em realidade, desprovido dos meios de produção, este trabalhador não é livre para vender sua capacidade de trabalho, e sim é compelido a vendê-la para sobreviver.

No processo de produção capitalista o trabalhador assalariado sai do processo de produção como mera força de trabalho, fonte de riqueza alheia. O capitalista, ao contrário, conserva valores dos meios de produção, produz o capital empregado para pagar os salários e cria mais-valor.

E ao mesmo tempo em que é fonte de mais-valor apropriado de forma privada pelos capitalistas, o trabalho assalariado é parte do processo vital do trabalhador que ao trabalhar se desgasta e empobrece no mesmo ato que enriquece o capitalista. No capitalismo, o que o trabalhador geralmente não sabe é que ele

[...] se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta, a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2013, p 141 -grifos do organizador)

No interior do ordenamento capitalista, a sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora e dos indivíduos isolados em si mesmos (embora a ela pertencem) são dependentes do salário recebido em troca da venda de sua capacidade de trabalho. Suas condições reais de vida e de trabalho (ou de sem-trabalho) não guardam correspondência aos seus anseios idealizados. Ao contrário, em realidade o atendimento destes seus anseios imediatos ultrapassa a capacidade do salário que recebem, quando recebem.

No imediato da vida cotidiana neste ordenamento social, o salário é apreendido pelos trabalhadores isolados, usuários do trabalho profissional em sua expressão singular e na maioria das vezes atomizada, como fonte de sobrevivência – seu “ganha-pão”, “[...] primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física.” (MARX, 2013, p. 148).

Quando há trabalho assalariado, o valor monetário pago como salário *aparece* como sendo a remuneração que corresponde ao que foi estabelecido em um contrato formalizado entre as partes, juridicamente respaldado, como pagamento pelo trabalho prestado, conforme valores praticados no mercado de trabalho.

Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como o preço do trabalho, determinada quantidade de dinheiro com o que se paga determinada quantidade de trabalho. Nela se fala do valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de preço necessário ou natural. Fala-se também dos preços de mercado do trabalho, isto é, dos preços que oscilam abaixo e acima do preço necessário. (MARX, 1987, p. 617)

Para o trabalhador isolado, o salário recebido é vital na aquisição de meios de vida para si e para sua família. Está desprovido dos meios de produção e vende parte de si mesmo mediante um equivalente em dinheiro, o salário, de forma a prover a sua sobrevivência e a dos seus.

Por meio dele, segundo os interesses capitalistas, este indivíduo isolado se reproduz fisicamente como força de trabalho, atual e futura (procriação) e reproduz a sociabilidade que garante seu “adestramento” para comportar-se acriticamente, consentir a exploração, obedecer, tão somente como força de trabalho, seja em exercício, seja em espera para ser incorporada ao processo de produção capitalista. E isto atende interesses não do empregador imediatamente posto, mas como sujeito

representativo, personificação econômica da classe proprietária dos meios de produção, do trabalho excedente (não pago) e dos frutos deste trabalho, interesses da classe burguesa, em seus diversificados segmentos.

O processo de produção capitalista cria esta e outras mistificações que além de ocultarem a exploração econômica, realizam a dominação política de uma classe sobre a outra, evitam revoltas e garantem a continuidade do processo, inclusive por meio de formas jurídicas aparentemente igualitárias.

Para a necessária reprodução ampliada do capital é necessária a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista. A expansão do capital supõe o desenvolvimento extensivo do proletariado, a intensificação do processo de trabalho e da exploração e para sua sustentação também supõe um modo de pensar, segundo a ideologia dominante – o modo capitalista de pensar, nos termos de Martins (1978, p. XI e XII).

A expansão do capital supõe o modo de pensar a partir do modo capitalista de produzir a riqueza material, supõe o modo de vida instituído pelo capital. Trata-se da reprodução material, das condições de produção, de reprodução das forças produtivas, da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção, das peculiares relações de produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias, como já mencionado. E engloba também a reprodução da produção espiritual, ou seja, a reprodução das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas, ideológicas, científicas, filosóficas etc. que historicamente sustentam e mascaram a reprodução capitalista. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 72)

O próprio capitalismo produz e reproduz a pobreza e a riqueza, assim como o antagonismo de interesses entre suas classes fundamentais, burguesia e trabalhadores, nos seus diversos segmentos. No mesmo processo se reproduz a igualdade formal, jurídica e a desigualdade econômica, política e social – portanto a condição para os antagonismos de classe.

[...] reproduz-se a contradição entre igualdade jurídica de livres proprietários, e a desigualdade econômica que envolve a produção social, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio, ou seja, recriam-se os antagonismos dessas relações e o véu ideológico que as envolve, encobrendo sua verdadeira natureza. (IAMAMOTO, 2007, p. 253)

A apropriação privada dos meios de produção e da riqueza coletivamente produzida gera desigualdade social, cria e reproduz os antagonismos entre as classes sociais. Embora apregoe o discurso da igualdade, o capitalismo realiza a desigualdade social.

No mesmo processo de exploração e dominação são criadas as bases materiais para sua negação. O mesmo processo que recria as relações entre as classes fundamentais, produz o antagonismo entre elas. As relações sociais no capitalismo são relações de classes sociais antagônicas e contraditórias. Os interesses dos representantes do capital são antagônicos aqueles dos representantes do trabalho e a sociedade é um lugar de luta constante. No processo de desenvolvimento econômico desenvolvem-se e ampliam-se as relações de exploração e dominação e ampliam-se as condições objetivas que *podem* viabilizar a maturação política dos trabalhadores e o desenvolvimento de sua consciência de classe. A isto equivale admitir que o capital, para reproduzir-se, reproduz a possibilidade de sua superação.

Neste modo de produção, a acumulação do capital é proporcional ao crescimento da miséria, da pauperização, *no mesmo processo de sua reprodução se forjam interesses distintos e contraditórios, fazem-se as lutas entre o capital e o trabalho, a luta de classes, disputa pela hegemonia de uma classe sobre o conjunto da sociedade.*

Por parte dos trabalhadores é na luta pela sobrevivência que se expressam seus confrontos com o capital, na busca por reduzir a exploração, na busca por melhorar suas condições de existência, muito embora, via de regra, são desconhecedores do oculto processo de produção e reprodução das relações sociais na vigência do capitalismo, fonte da desigualdade social que experimentam. Os capitalistas pressionados negociam, mas quando o fazem, sequer tocam naquilo que lhes é essencial para a continuidade do capitalismo – a propriedade privada dos meios de produção e dos frutos do trabalho.

Voltemos aos trabalhadores na sua condição de usuários do trabalho profissional. Esta digressão não está distante das situações concretas de atendimento profissional uma vez que para o trabalho orientado pelo projeto ético-político vigente

seus usuários, embora se apresentem em sua dimensão singular, são aqueles que experimentam as mais dramáticas condições de vida e de trabalho, alguns deles submetidos às maiores taxas de exploração⁷⁵, outros sem-trabalho, que sequer são diretamente explorados, dada a sua condição de “incapazes” ou de desempregados, todos expostos às mais truculentas formas de alienação, dominação e opressão.

Usuários do trabalho do assistente social são aqueles empregados ou desempregados, força de trabalho ativa ou excedente às necessidades do capital, ou aqueles inseridos na fração de miseráveis, destituídos de recursos econômicos, do acesso a bens e serviços, em situação de pauperismo absoluto⁷⁶. Trabalhadores assalariados, exército de reserva, lumpesinato, sobrantes, enfim aqueles que na sociabilidade do capital, só dispõem de sua capacidade de trabalho para sobreviver, ou que uma vez incapacitados para atender às necessidades do capital dependem do Fundo Público e/ou da caridade e da filantropia da sociedade.

Iamamoto os define de maneira plena

[...] o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. [...] Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores - via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho-, articulando os meios de extração da mais valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidades socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, mais além dos incapacitados para atividade produtiva.

Cresce pois uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento [...] os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores- a oferta e procura, com evidente interferência na regulação dos salários [...]. Dentre essa superpopulação relativa – [...] ‘exército industrial de reserva’- [...] os segmentos intermitentes, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção em repulsa do trabalho nos

^{75.} Antes do risco de indução a qualquer equívoco, é importante atentar que a taxa de exploração deriva da quantidade de valor produzido pelo trabalhador e apropriado (explorado) pelo capitalista. Ela diz respeito aquele trabalhador que maior mais-valia produz (e, portanto, que é submetido a um maior grau de exploração), mesmo que receba um salário que lhe permita condições de vida acima da média dos trabalhadores.

^{76.} Ao trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente também não é permitida a confusão entre o sujeito “classe trabalhadora” e o sujeito “pobre”. É o Estado que faz essa transmutação quando orienta (focaliza mesmo) suas ações sociais para o “pobre” no lugar do “trabalhador”. Assim também o faz a caridade e a filantropia, quando se refere ao “carente”, ao “necessitado”. Não é objetivo deste estudo, mas destacamos aqui a mesma preocupação quando aparece na literatura profissional a referência à população “vulnerável”, muitas das vezes extraída diretamente do discurso das políticas e programas oficiais.

centros industriais; a *superpopulação latente* na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente de seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos polos urbanos industriais. Inclui-se também aquela parcela *estagnada* de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, [...], sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do *pauperismo* [...] segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida do conjunto dos trabalhadores. (2001-a), p. 14 e 15 – grifos da autora)

Os interesses imediatos de classe desta gente – gente forjada por múltiplas determinações e na mais humana definição que se consiga compreender aqui – expressam-se nas necessidades sociais que não conseguem atender pela via do salário (quando dele usufruem) e que *na esfera pública* (e só nela) a satisfação de algumas delas se constituem como direitos no âmbito jurídico-formal, portanto reclamáveis.

Interessa a esta classe o acesso ao que é seu, por direito legítimo conquistados a poder de luta e de sacrifícios aviltantes (mesmo que não o compreendam assim).

Estes interesses são complexos e compostos por múltiplas determinações. São formas defensivas dos trabalhadores resistirem às sequelas da exploração e dominação a que estão expostos. Expressam sua luta e conquistas, seja para os terem reconhecidos no plano jurídico-formal, seja porque permanecem na sua agenda de luta para virem a ser reconhecidos. Conquistas legais, ou ainda em forma de bandeiras de luta – da luta que prossegue, diuturnamente. Conquistas legais que precisaram ser transformadas em políticas, programas e serviços públicos, muitos dos quais formulados e operados pelo apoio e protagonismo (direto ou indireto) do trabalho profissional do assistente social, orientado pelo projeto ético-político vigente. Conquistas legais que expressam avanços civilizatórios da humanidade.

Então, é de *interesse dos trabalhadores o acesso, a consolidação e a ampliação dos direitos no interior do ordenamento capitalista*. Estes são seus

interesses de classe imediatos – melhorar suas condições de vida e de trabalho. Mas são *inexoravelmente* insuficientes a qualquer pretensão emancipatória⁷⁷.

Porque o salário é sempre insuficiente e porque por vezes não há trabalho assalariado, o usuário dos serviços profissionais procura por socorro junto ao Fundo Público e entra em contato com o Serviço Social para acessar (ou não) políticas, programas e serviços públicos (ou, de forma mais eventual, entra em contato com o Serviço Social no recebimento do que *parece ser* a benevolência da sociedade, ou a face humanitária do capital⁷⁸).

Por meio do Fundo Público, o Estado arrecada e devolve a sociedade em forma de políticas, programas e serviços parcela da riqueza socialmente produzida.
Segundo Alencar Junior e Salvador

O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público (SALVADOR, 2012,). Para Behring (2010), isso só é possível por meio de extração compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, o fundo público é financiado a partir de parte do trabalho excedente que metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de suas múltiplas funções. O instrumento dessa punção é o sistema tributário, sistema que financia as políticas sociais implementadas pelo Estado com a finalidade de garantir, minimamente, as condições de reprodução da força de trabalho e de continuidade do processo de acumulação capitalista. Entretanto, o instrumento mais objetivo do fundo público é o orçamento público, mais do que uma peça técnica de planejamento é uma arena de disputa política na qual o direcionamento dos gastos e suas respectivas fontes de financiamentos refletirão, mais do que uma decisão econômica, as correlações de forças sociais e políticas hegemônicas na sociedade. (2015, p. 243 e 244)

Já mencionamos que para que a economia capitalista sobreviva e se renove ela precisa também de formas de controle social que garantam e fortaleçam o

⁷⁷. Esta afirmação será desenvolvida adiante (subitem 3.2).

⁷⁸. Neste estudo o interesse pelo trabalho profissional na esfera pública justifica a ênfase no papel do Estado no ordenamento capitalista, entretanto, consideramos que o setor privado também executa programas e projetos e benefícios. O setor privado ao invés de aumento salarial oferece dentre outros salários indiretos, complementação salarial, benefícios (alguns inclusive descontados dos próprios trabalhadores). Suas iniciativas reforçam a elevação da produtividade, promovem o equilíbrio psicofísico, a qualificação da força de trabalho (especialização da força de trabalho, da produção segundo as exigências do capital). A filantropia empresarial representa investimento, é aplicação produtiva do capital. E cumprem também a função política: embora paliativos, minimizam tensões, antecipam exigências, impedem mobilização, organização dos trabalhadores, etc.

consenso social (um mínimo de unidade na aceitação da ordem do capital). E nisto o Estado tem função primordial. Ele cumpre a função de conferir legalidade à exploração econômica capitalista e realiza a dominação política, seja pela coerção, seja pelo consenso. Como aparelho a disposição dos interesses do capital por meio de múltiplos mecanismos, cumpre função econômica e política voltadas para gerar condições favoráveis a reprodução das relações sociais capitalistas.

No capitalismo o Estado é instrumento privilegiado do exercício do poder do capital no conjunto da sociedade. É o “árbitro das relações de classe”, assume tarefas para zelar pela reprodução a força de trabalho, inclusive socializando custos e levando a acreditar a existência da face humanitária de si mesmo e/ou do capital. Representante geral da burguesia, atualmente sob a égide de uma de suas frações – a burguesia financeira⁷⁹, em sua função econômica, atua de forma consistente em manter o exército de reserva, condição favorável ao capitalismo em sua necessidade de ampla absorção da força de trabalho; atua de forma a manter a oferta abundante de força de trabalho e a competição entre trabalhadores como forma de contribuir para redução dos salários etc., além de socorrer o capital, quando de suas crises cíclicas, por meio do Fundo Público, como mencionado no capítulo anterior, seja apoiando a capacidade de consumo, seja financiando diretamente o capital.

É órgão de dominação de classe, aparato privilegiado (não exclusivo) no exercício do controle social. No confronto de interesses peculiares no interior do ordenamento societário capitalista o Estado é um instrumento privilegiado do exercício do poder da classe que representa – a burguesia – na manutenção do capitalismo e do seu peculiar padrão de dominação sobre o conjunto da sociedade. Recorre, além da coerção, a outros mecanismos normativos e adaptadores que facilitam a integração social e a redução do nível de tensão social, de tal forma que as eclosões se retardem ou se manifestem de forma tolerável, ficando sob o controle dos dominantes.

Em sua função política ao reconhecer a desigualdade social, institucionaliza suas múltiplas expressões, institucionaliza a pobreza e a mantém sob controle,

⁷⁹. Em seu livro “*Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*” Iamamoto (2007) irá atualizar sua reflexão, inaugurada em 1982, considerando o movimento contemporâneo do capital na era da financeirização da economia.

reiterando seu típico exercício da dominação de classe. Devolve direitos sob forma de benesse, favor, com conteúdo de tutela, para controle social e dominação política. E o faz, sobretudo por meio da prestação de serviços sociais, previsto nas políticas, e programas públicos.

O Estado, mediante muita e forte pressão social, por meio da legislação reconhece no plano jurídico-formal um conjunto de direitos humanos, sociais, políticos e econômicos daqueles que denomina “cidadãos” e por meio do Fundo Público oferta serviços, políticas e programas que cumprem função econômica e política a favor dos interesses capitalistas. Embora se relacione com os membros da sociedade, como “cidadãos”, assume tarefas para zelar pela reprodução da “força de trabalho”, inclusive socializando custos e fazendo ver a imagem da face humanitária do capital. Recorre a coerção pelo uso da força, da violência e ao convencimento por meio de muitos outros mecanismos normativos e adaptadores que facilitam a integração à ordem e a redução do nível de tensão social. As medidas mobilizadas pelo Estado são insuficientes para alterar substancialmente as situações de desigualdade, mas são eficientes para abafar a tensão social, ao menos momentaneamente. O Estado reconhece e institucionaliza a pobreza, buscando mantê-la sob controle. E, como já referido no Capítulo II, aciona determinados agentes sociais para atuar no cotidiano de vida dos indivíduos para reforçar a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. O assistente social é um destes empregados do Estado, mobilizado para integrar esta estratégia de reforço do controle social e da difusão da ideologia dominante exercido pelo Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 1992). O Estado requer deste profissional a obtenção do consentimento dos “cidadãos”, adaptando-os à ordem vigente.

Assim as políticas, programas e serviços públicos têm importante papel, configurando-se como uma mediação à *reprodução social*. Integram os mecanismos que viabilizam o cumprimento das funções econômicas e políticas do Estado. Quando não há trabalho e porque o salário pago é sempre insuficiente para atender as necessidades do trabalhador e de sua família, as políticas, programas e os serviços públicos cumprem função econômica e função política. Aparecem consubstanciados

por meio de legislação trabalhista e social, incorporados ou por vezes antecipados pelo Estado.

Como referido anteriormente, intervêm na criação de condições favorecedoras da reprodução dos “cidadãos” na sua condição de “força de trabalho” - as políticas, programas e serviços públicos prestados diretamente pela esfera pública (governamental ou não) cumprem a função econômica: contribuem para reproduzir o trabalhador como um trabalhador assalariado - reproduzem a força viva de trabalho, fonte de riqueza para os capitalistas e de desgaste para os trabalhadores; servem para socializar os custos da reprodução da força de trabalho; servem para a manutenção do exército de reserva (aquela força produtiva humana reservada às necessidades do capital, que garante competição entre trabalhadores e contribui para redução dos salários). Também servem para a reprodução do modo de vida necessário ao capitalismo.

As políticas, programas e serviços públicos são incorporados devido à pressão dos trabalhadores, ou antecipados como concessões do Estado, sob forma de benesse, favor, como sua face humanitária seja para finalidades eleitoreiras, seja para controle social e dominação política. São destinados a suprir necessidades mínimas (cada vez mais consideradas à menor) daqueles cujos rendimentos são insuficientes para ter acesso ao padrão restrito de vida (talvez mais adequado seria afirmar padrão de sobrevivência). Servem para socializar os custos da reprodução da força de trabalho, contribuem para a reprodução do trabalhador como um trabalhador assalariado, reprodução da força viva de trabalho, como já se afirmou aqui, uma vez que o trabalho assalariado é fonte de riqueza para os capitalistas e de desgaste para os trabalhadores. Servem para a manutenção do exército de reserva, que representa estoque de força de trabalho abundante para a competição entre trabalhadores e para redução dos salários em virtude a relação entre a oferta e a procura de “mão de obra” no mercado de trabalho. Servem para institucionalizar e reproduzir a pobreza e a desigualdade social e mantê-las sob controle, cumprindo função política no processo de dominação capitalista. Servem para a reprodução do modo de vida necessário ao capitalismo, e embora paliativos, servem para minimizar tensões, antecipar exigências, impedir a mobilização, a organização dos trabalhadores, etc.

São a expressão concreta dos direitos sociais dos trabalhadores para suprir necessidades daqueles cujos rendimentos são insuficientes para ter acesso ao padrão médio de vida, mas assim não aparecem aos trabalhadores. Eles são parcelas da riqueza socialmente produzida e devolvida (redistribuída) em forma de serviços pelo Estado. Redistribuição de parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado sob forma de taxas e tributos que formam o Fundo Público, parcialmente devolvido à sociedade sob forma de serviços sociais. Estes últimos são, portanto, de quem os produz, direito dos trabalhadores.

Mas como só se controla o que se reconhece tenso e desigual, o Estado contém uma dimensão contraditória – é arena da luta de classe e assim o é também o heterogêneo campo dos direitos sociais, das políticas, programas e serviços públicos.

Se o Estado capitalista serve amplamente aos interesses da acumulação capitalista, sua dominação é atravessada tanto pelas contradições internas às classes dominantes em relação aos interesses imediatos de suas distintas frações, quanto pela pressão das lutas das classes dominadas pelas condições de sobrevivência e reprodução social. (RAICHELIS, 2020, p. 23)

Do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, as políticas, programas e serviços públicos respondem a necessidades legítimas. São complementares (mas nem por isto secundários) à sua reprodução, à sua sobrevivência física e espiritual e a de sua família. São meios de sobrevivência. São vitais para o exército de reserva e para aqueles impedidos ou considerados incapacitados para adentrar ao mundo do trabalho.

Reiteramos: expressam a pressão dos trabalhadores, embora geralmente, apresentados como concessões do Estado (ou do capital), praticados como benefícios para debilitar a autonomia da classe trabalhadora em sua luta, para construir consenso, atenuar tensões. Servem para gerar integração social, para realizar a dominação de uma classe sobre outra (função política).

Embora possam ser eficientes momentaneamente para abafar tensões entre as classes sociais, são insuficientes para alterar substancialmente as situações que expressam a desigualdade social, peculiar ao ordenamento capitalista. São limitados: *no máximo reduzem a exploração e não a eliminam.*

Se ontologicamente todo homem tem legitimidade para buscar a satisfação de seus interesses, no capitalismo esta busca é essencialmente luta entre classes portadoras de interesses distintos. Os direitos consubstanciados na legislação social, as políticas, os programas e os serviços públicos são fruto das conquistas da classe trabalhadora, por meio das suas diferentes lutas de seus diferentes segmentos.

Assim o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente entende o significado dos interesses dos trabalhadores em relação aos seus direitos humanos, sociais, políticos e econômicos e sua materialização em políticas, programas e serviços.

É no *interior do capitalismo* que o trabalho do assistente social se realiza, e este trabalho, movido pelo projeto ético-político vigente, se realiza movido pela defesa de direitos, pela universalização do acesso a bens e serviços, a favor da equidade e da justiça social, como orientam explicitamente, dentre outros documentos profissionais, três, dos onze já citados Princípios Fundamentais do Código de Ética do Assistente Social vigente

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

[...]

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (CFESS, 2012, p. 23)

Como já mencionado, é na particularidade dos embates por direitos de cidadania que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente se relaciona com as expressões da Questão Social e com a luta de classes. É em torno das expressões da Questão Social e do acesso, consolidação e ampliação de direitos humanos, sociais, econômicos e políticos que o trabalho profissional se insere na disputa entre as classes sociais e *quando* orientado pelo projeto ético-político vigente apoia a satisfação dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora

São as resultantes da Questão Social que são cotidianamente trazidas ao trabalho profissional seja pelas requisições profissionais daqueles que empregam o

assistente social, seja pelas necessidades e demandas reais apresentadas pelos usuários do trabalho profissional.

Vistas nesta angulação, as demandas e requisições feitas à profissão originam-se no ambiente econômico e transitam para o ambiente político – aquele da tensão entre as classes sociais distintas e antagônicas, aquele que confere conteúdo a luta de classes.

As requisições e as demandas cotidianas que são trazidas ao atendimento profissional estão inseridas no tecido contraditório da sociedade em que o assistente social atua, seja considerando as sequelas originadas das “novas velhas” formas de exploração econômica e de dominação política do capital sobre o trabalho, sejam considerando os sinais de recusa, resistência e luta contra-hegemônica.

O usuário, este portador de necessidades sociais (materiais e espirituais) a serem satisfeitas as expressa em suas demandas, apresentadas por meio de seus relatos sobre sua história e condições de vida, sobre suas relações interpessoais cotidianas, no interior de seus grupos de convívio, no território que habita. Relatos do que experimentam todos os dias, relatos em que estão escondidas as desigualdades de classe, que contem particulares determinações de gênero, de raça, de segregação territorial, de orientação sexual, que expressam dramáticas condições de vida (ou de sobrevivência) e de trabalho explorado (ou de não-trabalho), múltiplas e variadas manifestações da desigualdade social peculiar ao modo de produzir e de pensar no interior do ordenamento capitalista.

Tudo o que vivem, pensam, como agem, reagem ou resignam-se, conformam-se ou lutam só é encontrado pelo profissional no exercício de seu trabalho orientado pelo projeto ético-político vigente por meio do pensamento, da análise crítica.

E por meio do pensamento também é que o profissional consegue entender criticamente que a visão de mundo destes seus usuários está capturada pelo senso comum, pelo pensamento mágico, impregnada pelo chamamento consumista, pelo conservadorismo, “presa fácil” da obediência excessiva, das ideias fundamentalistas e tantas outras formas de servidão forçada.

E por meio do pensamento também é que o profissional consegue entender este usuário como sujeito capaz de inventar e reinventar sistematicamente estratégias

de sobrevivência, capaz de conhecer e de intervir em sua própria realidade e na realidade social, capaz de desvencilhar-se de burocracias, de opor-se ao clientelismo, à tecnocracia das organizações com as quais se relaciona, capaz de perceber as mascaradas relações que o Estado mantém consigo, com os seus, com a sociedade, sujeito portador da capacidade de resistir, enfrentar, lutar. Sujeito, como já advertimos, forjado pela sua condição de classe, de gênero, de raça, de etnia, de orientação sexual, segregado territorialmente, ainda que nem sempre assim se reconheça. Mas, e sobretudo, ser histórico, ser político.

Examinando situações concretas de atendimento profissional⁸⁰ é possível identificar o distinto conteúdo com o qual o profissional abastece a informação que socializa com o usuário, a orientação social que oferece, o encaminhamento que realiza, o parecer técnico especializado que emite, dentre outros. É possível identificar que deste trabalho decorrem escolhas e decisões profissionais determinadas, decorrem sutis diferenças, modestas consequências políticas que repercutem valioso apoio aos interesses imediatos da classe trabalhadora.

Certa vez uma assistente social, participante de um evento de Educação Continuada em que participávamos na condição de docente, ao ouvir nossa citação de que o “modo capitalista de produzir supõe, pois um ‘modo capitalista de pensar’, expressão da ideologia dominante na sua força e nas suas ambiguidades.” (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 107 e 108), colocou em discussão a seguinte situação: um jovem de 19 anos, egresso da Fundação Casa apresentou-se em busca de vaga para Curso de Qualificação Profissional (modalidade de Remanufatura de Computador). A requisição do espaço ocupacional onde a assistente social estava inserida lhe solicitava que identificasse as aptidões e as pretensões dos jovens e mediante parecer conclusivo indicasse uma vaga dentre os Cursos de Qualificação Profissional ofertados, a ser concedida (ou não) pela manifestação final de sua chefia imediata. Era requisitado também que seu trabalho fosse capaz de obter garantias de que a vaga seria bem aproveitada pelo jovem, que fossem observados se o jovem atendia aos pré-requisitos para frequentar o Curso ofertado, que lhe explicasse que não lhe

⁸⁰. Embora absolutamente óbvio, enfatiza-se aqui: todas elas no interior do ordenamento capitalista

seria concedido qualquer subsidio financeiro a título de ajuda de custo para transporte, alimentação ou outro e que a concessão da vaga não lhe garantia posterior colocação profissional no mercado de trabalho.

Mas à assistente social não bastava atender as requisições mencionadas. Em verdade sequer aceitava que ao seu trabalho estivesse imputado qualquer busca por bom aproveitamento da vaga por parte do rapaz. Tampouco que deveria fazê-lo aceitar tantos “nãos”.

A discussão trazida pela assistente social participante da Oficina de Educação Continuada permitia debater o atendimento profissional referido a muitos outros conteúdos e providencias, mas a profissional quis destacar que quando soube que conseguira a vaga pleiteada o jovem disse-lhe o seguinte:

“As pessoas cometem erros. Mas isto não importa. Errado é persistir no erro e se largar, dizendo que a vida não dá oportunidades. Isso não é verdade: a vida está cheia de portas abertas. A gente tem que ter vontade de entrar. Eu sabia que iria conseguir a vaga pois sou merecedor e confio na fiel e provedora presença Deus”.

Não é o caso aqui de discorrer acerca de todo o trabalho realizado (ou mesmo por realizar, se assim a situação indicasse), mas fazer uso desta situação concreta de atendimento profissional relatada para demarcar o *sentido* impresso à condução deste trabalho e suas *decorrências* políticas discretas e distintas de outro trabalho, movido por outra perspectiva profissional, particularmente em relação a visão de mundo do usuário no atendimento profissional em questão e aos interesses de classe que este trabalho profissional “alcança” de forma imediata e mediata.

Reiterando aqui nossa recusa em produzir um juízo de valor ou atribuir mérito (ou demérito) ao trabalho profissional realizado, rejeitando também conferir qualquer classificação ao desempenho, a eficiência, a eficácia do trabalho profissional, e muito menos ceder a qualquer tentativa de mensurar o grau de incorporação pelo profissional dos princípios lançados pelo projeto profissional vigente, nosso ânimo aqui é colocar em evidencia, pela via da reflexão crítica, o *significado* do que é feito pelo trabalho profissional no favorecimento dos interesses dos trabalhadores a partir do espaço ocupacional em que está inserido de forma especializada e assalariada, extraíndo suas derivações políticas porquê *de forma mediata* o trabalho profissional

assim orientado *embrenha-se na disputa por interesses distintos na sociedade capitalista*.

Destaca-se que na situação de atendimento profissional a assistente social envolvida reconheceu a perspectiva contida no pronunciamento do jovem e suas formas de ver, pensar e agir no mundo: agarrar as oportunidades existentes a todos e pelo seu esforço e com a proteção divina “crescer na vida”, demonstrando desconhecer a desigualdade estrutural na sociedade. A assistente social referiu que isto lhe chamou a atenção, mas não lhe surpreendeu. Além de todas as providencias tomadas identificou, no uso de sua relativa autonomia profissional, o necessário trabalho reflexivo a ser realizado junto a um jovem portador do individualismo próprio da ideologia liberal burguesa, e considerou também que a abordagem reflexiva precisaria ser estrategicamente oportuna, considerando tratar-se de um rapaz de 19 anos.

Outro trabalho profissional, mesmo que declaradamente voltado a consubstanciar acesso a vaga pretendida, seguiria assim pois reconhecendo que o rapaz correspondia ao esperado, concluiria pelo bom aproveitamento da vaga tida como uma oportunidade de superar sua condição de vida.

A profissional envolvida nesta situação concreta de atendimento além de ter optado por introduzir junto ao jovem uma abreviada mas cuidadosa reflexão interpelando sua percepção da realidade, sabia que pela forma com que o processamento de seu trabalho estava organizado naquele espaço, só voltaria a reencontrar o rapaz, caso ele apresentasse baixa frequência no Curso pleiteado. Parecia-lhe também necessário um processo reflexivo para além de um único e episódico encontro profissional com o usuário. Decidiu por consultá-lo sobre sua disponibilidade para participar de uma atividade de teatro com jovens, aos finais de semana, num bairro vizinho ao que residia. Soubera desta atividade em uma reunião entre serviços ofertados na sua região de trabalho e visitara o local reconhecendo a perspectiva crítica impressa a atividade desenvolvida junto a juventude local. Explicou-lhe que esta atividade, por meio de uma ação educativa não formal, tinha objetivo de contribuir para que os jovens envolvidos conseguissem analisar suas condições de vida, explicando-lhe o recurso metodológico utilizado na atividade

proposta – o teatro-fórum – um espaço crítico de reflexão-ação que poderia culminar com uma encenação, fruto de uma construção coletiva sobre a realidade social vivenciada por estes jovens. O jovem manifestou algum interesse e foi assim encaminhado formalmente à atividade.

Uma situação de atendimento profissional como tantas outras no cotidiano profissional que conduzida por outra perspectiva teórica e ético-política se encerraria nela mesma, com um parecer favorável à concessão da vaga, a ser encaminhado a decisão de seu superior hierárquico imediato, (talvez fundamentado pelo merecimento conferido ao pleiteante e mesmo por uma avaliação que o mesmo não desperdiçaria a oportunidade). Entretanto, a perspectiva da profissional foi dirigida pelo reconhecimento da legitimidade do usuário acessar aquilo que é seu por direito: ter acesso à qualificação profissional, concedendo parecer favorável ao acesso a vaga no curso pretendido (fundamentado em argumentos comprometidos com o direito constitucional de acesso ao Curso e no reconhecimento da legitimidade do acesso almejado), e para além das requisições postas pela organização, cuidou que o jovem pudesse ser estimulado ao pensamento crítico, por outra via, uma vez que o Curso proposto não passava de uma oferta de conhecimento técnico-profissional em si mesmo sobre montagem e/ou conserto de computadores a partir de peças usadas.

Não são em todas as situações de atendimento profissional que tais possibilidades se põem como reais, mas nesta situação assim o foi, e a assistente social as aproveitou, a partir de seu deciframento crítico da situação e de seus valores e compromissos ético-políticos.

Tomado aqui o âmbito estrito de sua autonomia profissional (relativa), o trabalho realizado inscreveu seu conteúdo e direcionamento na órbita do acesso aos direitos sociais (reiteramos, objetivamente passíveis de serem efetivados, já que na situação trazida havia a vaga a ser destinada ao jovem) e mais, desfrutou do único encontro com aquele jovem, sem reproduzir conteúdo disciplinadores ou avaliação meritocrática, ao contrário, usufruiu da situação de atendimento para instalar breve momento reflexivo com o rapaz sob um outro paradigma, destinado à estimular a problematização acerca de sua condição de vida. Reconhecendo a insuficiência de um único atendimento profissional, fez uso de um encaminhamento coerente aos seus

vínculos ético-políticos, considerando inclusive a pertinência da proposta em face a faixa etária do rapaz.

Mas é passível de destaque também que o usuário não trouxe de forma manifesta ao trabalho da profissional a demanda por desenvolver pensamento crítico; tampouco a compreensão do acesso ao Curso de Qualificação Profissional como um direito seu. Estes componentes compareceram ao trabalho profissional *pela finalidade do sujeito que o realizou* e foram assim percebidos *em razão da perspectiva teórico-metodológica que serviu de referência* à profissional. Sem modelo de intervenção pré-definido, sua finalidade ético-política, sua perspectiva teórico-metodológica conduziram o atendimento para momento reflexivo *possível* junto ao jovem e guiaram a escolha da estratégia de encaminhamento para oferecer aquele rapaz possibilidades de aquisição da criticidade capaz de contribuir para que venha reconhecer-se expressão singular da classe trabalhadora, da desigualdade social que experimenta, capaz de reconhecer-se sujeito portador de direitos.

Sem qualquer ilusão do eventual engajamento político do jovem, já que para isto outras determinações precisariam ser consideradas, o que decorreu do trabalho profissional assim movido foi *qualitativamente diferente* de outro trabalho, orientado por outro referencial teórico-metodológico e outros compromissos ético-políticos. Com sutil intensidade e de forma *mediata* incidiu na disputa por interesses distintos e na implicada associação de forças para vencer tal disputa na sociedade capitalista. Decorreu viabilização de direitos e possibilidade de aquisição da crítica social (possibilidade e não certeza de aquisição). Decorrências inversas à concessão da vaga por mérito ou almejando a reintegração do jovem na sociedade, como mais um conduto a serviço de seu disciplinamento e ajustamento social, inclusive cotejando, recorde-se aqui, a sua condição de egresso da Fundação CASA.

Decorreu deste trabalho o atendimento a um interesse imediato e legítimo do jovem enquanto individuo singular, mas reconheceu o acesso a vaga *na perspectiva* do interesse da classe trabalhadora, a qual o jovem pertence (sem que assim se veja). E por perceber o usuário na sua condição de classe, este trabalho evocou conduzir o jovem para perceber-se criticamente e à realidade na qual está inserido. A percepção crítica se pôs como uma possibilidade, sem qualquer passagem direta ou pragmática,

já que a aquisição da crítica social nada tem a ver com qualquer predestinação infalível de acontecer e muito menos que esta aquisição possa se fazer exclusivamente em razão do trabalho profissional realizado. Porém seguramente este trabalho não obstaculizou, ao contrário impulsionou possibilidades.

É na sutileza deste impulso que se desvenda a tomada de posição em apoiar, por meio das mais criativas e diversificadas formas e numa efetiva recusa à pretensa neutralidade profissional, os interesses de classe daqueles com quem o assistente social trabalha, embora o usuário lhe esteja imediatamente posto em sua manifestação singular.

Está direção impressa ao trabalho profissional é responsável por consequências políticas distintas de tantos outros trabalhos profissionais realizados, guiados pela racionalidade técnico-administrativa da concessão do benefício/serviço, distintas daquelas quando o trabalho profissional se põe a serviço de conferir a verdade relatada, os documentos comprobatórios, ou mesmo “bem explicar” apenas que a situação trazida não se “enquadra nos critérios” de acesso. Consequências mediamente distintas em seu conteúdo político, ao viabilizar condições para que o jovem passasse a ter domínio crítico sobre sua própria condição de vida no tenso jogo de disputas entre as classes sociais.

Considerando os limites próprios e impostos pela realidade à uma profissão, as muitas situações concretas de atendimento profissional guiadas pela perspectiva teórico-crítica e pelos compromissos ético políticos constantes no projeto profissional vigente geram sutis e distintas consequências senão *diretamente* contra-hegemônicas, certamente geradoras de efetivos obstáculos a reprodução do senso comum, próprio da sociabilidade do capital, consequências insurgentes ao conservadorismo dominante na vida social (e no âmbito profissional).

Afirmamos aqui que do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, embora de alcance modesto e por inúmeras mediações profissionais, efetivamente decorre impulsos para a contraposição à hegemonia dominante.

Inegavelmente, apoiar direta ou indiretamente o acesso e a luta por direitos, sua consolidação e ampliação no Brasil é contrapor-se a toda uma forma de pensar a desigualdade social como da carência e suas formas de enfrentamento por meio do

clientelismo, do patrimonialismo, da tutela que marca a vida brasileira. E isto não é pouco em tempos de tamanha barbárie na vida em sociedade no Brasil (já assinalada no Capítulo I deste estudo).

Mas, se não é pouco, também não representa de forma direta qualquer *ruptura* com as expressões da desigualdade que atinge a maioria da população brasileira e por isso aqui repetidamente é apropriado o uso da adjetivação sutil, de modo a evitar qualquer ingenuidade ou equívoco ao supervalorizar o alcance de uma profissão.

Não é a petição que o usuário apresenta singularmente à profissão *em si mesma* que demanda o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente. Mas esta opção teórica e ético-política remete o trabalho profissional para entendê-la como expressão dos interesses da classe trabalhadora e responsabiliza que o trabalho profissional seja realizado na direção de fortalecê-los. Se movido pelo projeto ético-político vigente, este trabalho obriga-se à um extraordinário esforço teórico e interventivo, capaz de ultrapassar o senso comum sobre a expressão singular e imediata do que se apresenta à mesa de trabalho do profissional e que a intervenção na sua específica manifestação se dê de forma a apoiar a satisfação das necessidades imediatas e fortalecer os interesses mediatos (de classe) de seus usuários, sem mesmo que eles reconheçam a determinação de classe em sua constituição singular.

Mais uma situação de atendimento profissional, ampara estas afirmações: impedido de trabalhar devido comprometimento físico importante, usuário recorre a UBS interessado em obter isenção tarifária no uso do transporte coletivo municipal. No imediato de suas necessidades o que ele precisava à ocasião⁸¹ era o preenchimento no formulário próprio para a solicitação junto da então Secretaria Municipal de Transportes (SPTrans) do campo médico e a colocação de um selo adesivo, autenticando o formulário. A Recepção da UBS estava orientada a encaminhar as situações de isenção tarifária municipal primeiramente para o atendimento do assistente social.

⁸¹. A situação concreta de atendimento deu-se no ano de 2012. Hoje a normatização e formulários para o pedido já sofreram alterações.

Por parte da gestão da UBS esperava-se que o profissional de Serviço Social verificasse a veracidade de declarações do usuário, conferisse documentos e se a situação apresentada atendia aos critérios de concessão do dito benefício, antes do agendamento de consulta médica, para não sobrecarregar o agendamento de consultas médicas por motivos, segundo considerava, alheios a prática médica *stricto sensu*. Caso a solicitação trazida fosse considerada procedente o “paciente seria encaminhado para agendar consulta médica e após preenchimento pelo médico do campo específico o “paciente” voltaria ao atendimento profissional para que este profissional, reconhecido como responsável e idôneo na guarda e uso administrativo dos selos de autenticidade do documento, pudesse afixá-lo no respectivo formulário.

Embora a absoluta discordância quanto ao fluxo do atendimento no âmbito daquela UBS, a assistente social não recusou a requisição de que seu trabalho profissional participasse do fluxo de atendimento multiprofissional estabelecido nestas situações, entretanto passou a discutir com a gerência da UBS e os demais profissionais com quem compartilhava o trabalho na UBS, a especificidade da sua profissão, enfrentando profissionalmente as motivações declaradas pela gerência para incluir a participação do trabalho do assistente social. Isto não ocorreu sem embates e desgastes, porém ao longo de alguns meses já se fazia um melhor entendimento desta profissão e do trabalho do assistente social no âmbito da equipe multiprofissional e na relação com a gerência do equipamento, inclusive para além do atendimento de solicitações de isenção tarifária. E a guarda e a colocação dos selos de autenticação no formulário de solicitação de isenção tarifária passaram a ser operadas por funcionários administrativos.

Esta seria uma situação passível de se analisar a defesa da especificidade, das atribuições e competências da profissão e a consolidação de um projeto profissional posicionado pelo projeto ético-político vigente no interior do trabalho partilhado naquela UBS, com possíveis generalizações sobre o alargamento das disputas profissionais no âmbito da Atenção Básica na Saúde Pública em meio urbano, entretanto em face do objeto deste estudo, a análise da situação concreta assinalada recai sobre o processamento do atendimento profissional na solicitação apresentada de onde decorrem sutis consequências de qualidade política.

A assistente social envolvida conduziu sua abordagem profissional para produzir conhecimentos sobre a situação de vida e de trabalho do usuário, portador de agravos de saúde incapacitantes identificando outras necessidades objeto do seu trabalho especializado. Conheceu que o usuário, com 38 anos de idade, encontrava-se afastado do trabalho devido a um Acidente Vascular Cerebral (AVC) do qual decorreu visível limitação de movimentos dos membros superiores e inferiores à direita prejudicando sua mobilidade e seu autocuidado. Após o AVC esteve internado em hospital público no Município de Santo André, por cerca de 20 dias. Desde a alta hospitalar fazia acompanhamento fisioterapêutico no mesmo hospital com sessões três vezes por semana e consulta médica mensal com cardiologista. Situação esta inclusive que lhe repercutiu aumento significativo de gastos em seu orçamento familiar. Desde quinze dias após o AVC ocorrido havia pouco mais de três meses estava sem rendimentos e seu pedido de Auxílio-Doença junto a Previdência Social – INSS – estava em andamento, com perícia médica agendada ainda para o próximo mês. Paulistano, filho de migrantes nordestinos referiu trajetória ocupacional anterior como autônomo na área da construção civil por 12 anos (como auxiliar de pedreiro) e há 10 anos, exercendo trabalho formal como ajudante geral em Empresa de Serviços de Limpeza. Casado, 6ª série do 1ª grau, residia em casa de alvenaria construída em regime de autoconstrução numa ocupação num bairro da capital paulista, limite de território com o Município de Santo André. Referia que a casa tinha dois quartos, sala, cozinha e banheiro, onde residia com esposa, três filhos (12, 9 e 5 anos) e a sogra, idosa com 68 anos, beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC), naquele momento a única fonte de renda da família. Os filhos frequentavam escola pública, a esposa era auxiliar de cozinha, estava desempregada há dez meses e encontrava-se no 8º mês de gestação, fazendo acompanhamento pré-natal naquela UBS. Na oportunidade do encontro com a profissional foi observado que o usuário aparentou algum constrangimento pelo pedido de gratuidade no pagamento pelo uso de transporte público. Portava relatório médico da alta hospitalar onde lia-se o diagnóstico médico seguido do código correspondente da Classificação Internacional

de Doenças (CID-10)⁸² compatível à concessão de isenção tarifária, ao usuário e a um acompanhante. Possuía ressonância magnética com laudo, realizada há quatro meses, quando de sua internação hospitalar.

Do mesmo modo, consideramos que não é o caso aqui de discorrer acerca do conteúdo de todo o trabalho realizado pela profissional na situação, mas analisar sutis distinções e decorrências deste trabalho profissional iniciado na viabilização do direito à gratuidade no uso de transporte público municipal (posteriormente ampliado para a esfera intermunicipal) e que culminou, após algum tempo de acompanhamento profissional com a sistemática participação do usuário no Conselho Gestor da UBS.

Do trabalho profissional era requisitado apenas uma pré-triagem documental e atenção se a solicitação atendia dos critérios exigidos para a “concessão do benefício”. Um “correr de olhos” rápido encerraria ali o relacionamento do usuário com a UBS, ou lhe remeteria ao agendamento de uma consulta médica. Mas aquele trabalho especializado podia mais (embora não pudesse tudo).

O tempo era um limite concreto ao trabalho da profissional envolvida. Sua agenda de atendimentos naquele dia estava completa, mas não se submeteu ao limite de tempo a priori e com base nas normatizações que regulam a isenção tarifária, localizou *com o usuário* que a doença referida permitia o acesso à isenção tarifária no transporte público municipal. Apresentou a Classificação Internacional de Doenças, apontando que o CID que conseguira identificar no relatório de alta médica apresentado estava previsto nas normatizações daquela sua solicitação. Deu-lhe a conhecer de forma clara os critérios e os passos para acessar à gratuidade solicitada. Explicou-lhe o que era de seu conhecimento quanto a normatização existente e o que lhe seria exigido além dos documentos pessoais, informou-lhe detidamente a exigência da normatização sobre isenção tarifária de que no formulário próprio de solicitação o médico por dever precisaria descrever a doença de origem, o grau de comprometimento motor, as limitações apresentadas em termos de mobilidade e

⁸². A Classificação Internacional de Doenças, décima edição (CID-10) vigente é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

autocuidado. E o fez insistindo que na consulta médica precisaria observar que assim o médico o fizesse, preenchendo todos os campos do referido formulário. Explicou-lhe por fim os exames a ser apresentados: eletroencefalograma, ou tomografia, ou ressonância magnética, quaisquer um deles com laudo, insistindo que a ressonância magnética apresentada, ainda tinha validade por mais dois meses, de forma que o apressamento das providencias evitariam ter que fazer novo exame.

Ao final do atendimento o usuário menos constrangido reconheceu que estava orientado para “correr atrás de seu direito”.

Alguns dias depois, encontrou com o usuário no corredor da UBS, visivelmente insatisfeito e ao avistar a profissional pediu-lhe pronto-atendimento. Já na sala de atendimento começa denunciando que a assistente social lhe demonstrara que ele tinha direito à gratuidade no uso do transporte público na Cidade de São Paulo, mas parecia-lhe “que não era bem assim”. Queixou-se do que considerou descaso e má vontade do médico que lhe atendeu; que o médico pareceu-lhe estar contrariado em ter que preencher o seu parecer no formulário da isenção tarifária, sendo ríspido na consulta, pouco lhe deixando falar. Reclamou que embora estivesse esclarecido pela assistente social, não conseguiu fazer com que o médico preenchesse o campo do formulário em que deveria detalhar suas limitações. Indagou a assistente social: “cadê o direito que você me explicou que tenho?” E exclamou “terei que pagar uma consulta particular para conseguir isto!”

Antes de tomar providencias pelo usuário (bem poderia tratar o assunto diretamente junto ao médico envolvido), a assistente social optou por discutir a situação com o usuário, reafirmando a defesa da Saúde Pública e do Sistema Único de Saúde (SUS), o dever médico de registrar sua opinião profissional no campo específico do referido formulário e mobilizou o usuário a apresentar a queixa, fosse a gerência do equipamento, fosse a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde, fosse na reunião do Conselho Gestor da UBS⁸³, diferenciando que as duas primeiras

⁸³. Desprovido de maiores detalhes o Conselho Gestor da UBS refere-se a um conduto institucionalizado, com atribuições referidas ao acompanhamento, avaliação e fiscalização dos serviços e as ações de saúde prestados aos usuários pela UBS; sua composição é tripartite, formado por representantes dos usuários, dos trabalhadores da UBS e da Administração; exceto deste último segmento os demais são eleitos de forma direta pelos seus pares.

alternativas se tratavam de duas instancias na qual sua queixa seria considerada individualmente. E discutiu com ele o papel do Conselho Gestor da UBS e informou-lhe ainda sobre o Conselho Popular de Saúde, este remanescente do Movimento Popular de Saúde da Zona Leste da Cidade, que ainda estava ativo e com reuniões sistemáticas no bairro. A assistente social antes de finalizar o contato apontou ao usuário que parecia que ele havia superado o constrangimento demonstrado no atendimento inicial consigo e portava-se como alguém que reclamava um direito, não um favor, saudando-o por isto.

Naquele dia o usuário apresentou sua queixa a gerência do equipamento que intermediou a situação, tomando para si as providencias para que o médico terminasse de preencher o campo faltante no formulário de referida solicitação isenção tarifaria. O usuário acessou ao benefício pouco mais de um mês depois.

Usuário e família continuaram fazendo uso dos serviços prestados pela UBS e permaneceram sendo acompanhados pela assistente social. A assistente social por diversos momentos prestou orientação social a família, por vezes por meio de abordagem individual, noutros momentos incluindo os membros da família na abordagem grupal ofertada: a esposa do usuário participou do grupo de puérperas (composto pelo Serviço Social e a Enfermagem) onde recebeu estímulo ao aleitamento materno, mas onde também discutiu a dimensão de gênero, particularmente em relação a fase do puerpério e ao aleitamento, foi também orientada e acompanhada no seu direito ao salário maternidade. A sogra do usuário foi orientada quando da revisão do BPC e encaminhada para a prática de atividades físicas e de convívio social oferecidas por outros profissionais da UBS. O usuário foi acompanhado durante a vigência do seu auxílio-doença e após, quando foi aposentado por invalidez. É de se destacar que logo após ter sido aposentado, passou a frequentar assiduamente as reuniões do Conselho Gestor da Unidade, chegando tempo depois a ser eleito Conselheiro, representante do segmento usuário.

Cabe reportar ainda que em face do aumento da procura por isenção tarifaria, a profissional destinou um dia na semana para atender por meio de abordagem individual estas demandas imediatas, porem organizou seu trabalho de forma que neste dia o atendimento individual passou a ser antecedido por um momento grupal

(de participação opcional), oferecendo um espaço de discussão crítica, capaz de incentivar a dimensão coletiva, ocultada nestas solicitações, assim como de outros direitos sociais (conforme interesse dos participantes), dos meios para exercê-los, dando a conhecer legislações, normas e rotinas, problematizando-as a partir da ótica do direito.

Se tomada aqui apenas a isenção tarifária como demanda imediata apresentada ao trabalho profissional é possível mais uma vez destacar o distinto direcionamento implicado nas necessárias informações prestadas e dele consequências políticas distintas do mero esclarecimento acerca dos mecanismos que regulam o assunto, superando as requisições da gerência do equipamento onde o trabalho do assistente social foi realizado.

Ao organizar o fluxo de atendimento destas solicitações na UBS, a eficácia da ação profissional esperada pela gerência reconheceu a competência do assistente social referida aos meios e não nos fins deste trabalho especializado, reconheceu habilidades e o domínio profissional da burocracia estatal a serviço de um padrão de racionalidade voltada a conduzir a situação ou bem explicar ao usuário que ele “não tem direito” (de forma que conforme-se com isto, desprezando suas necessidades reais) ou conduzindo a situação de tal forma racional que fosse capaz de representar uma “antessala” que bem secretariasse a atividade médica estrito senso, assumindo funções secundárias facilitadoras da considerada atividade principal – o atendimento e o parecer médico.

Entretanto, o processo de compartilhar informações com o usuário foi transmitido com *sentido* distinto, alcançando a solicitação do usuário em seu atributo político, na perspectiva de um direito seu, indo além da informação dos procedimentos e requisitos exigidos pela normatividade administrativo-burocrática que regula o acesso a este direito. Isto não eliminou o fato de que com seu trabalho, em certa medida prestou assistência à atuação do médico, porém a socialização das informações prestadas foi guiada pelo compromisso de viabilizar o acesso do usuário, visto como sujeito de direitos, os seus interesses apresentados como uma solicitação legítima (e porque não reconhecer: classista).

O trabalho profissional realizado *predispôs* o usuário buscar o que é seu, ampliando sua compreensão sobre sua necessidade: recorrer a isenção tarifária não é um pedido a ser concedido mediante um ajuizamento profissional, tampouco por um procedimento formal em si mesmo. Portador de uma incapacidade física a isenção tarifária no uso dos transportes públicos é uma prerrogativa do usuário, inclusive judicialmente por ele reclamável, prerrogativa que expressa alguma (ínfima parcela) redistribuição da riqueza socialmente produzida, inclusive por aquele usuário diretamente envolvido na situação concreta (como assim o são o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez, no âmbito previdenciário).

Superar o que foi designado pela organização empregadora para seu trabalho, realizar e colocar-se a serviço dos interesses daqueles que chegam ao atendimento profissional gera condições para que busquem o que lhes é seu, por direito legítimo, reconhecido legalmente (ou não), permite que o usuário movimente a cena real e nela também se movimente.

O que foi realizado foi um processo de compartilhamento de informações que facultaram ao usuário condições para a compreensão da burocracia institucional, ultrapassando a mera orientação acrítica com vistas ao seu enquadramento institucional. Em outras palavras, um repasse de informações de qualidade diferenciada, de qualidade crítica, *predispõe* progressivamente o usuário a uma vivência política.

O trabalho profissional realizado conduziu o usuário em sentido contrário aquilo esperado da competência técnico-profissional voltada a enquadrar a situação ao controle burocrático-administrativo previsto, assegurando acurada seletividade no acesso. E este sentido contrário é politicamente significativo. Embora de repercussão sutil este sentido é contrário a direção dominante. Se não gera efetiva contra-hegemonia, não a obstaculiza e contribui para seu avigoramento.

É patente que não é possível atribuir o desfecho da situação concreta de atendimento mencionada, tampouco algumas outras decorrências havidas a partir do atendimento grupal prestado, exclusivamente ao trabalho profissional realizado. Seria preciso analisar aqui tantas outras condições objetivas que favoreceram este desfecho, mas seguramente é possível reconhecer mais uma vez, que este trabalho

não obstaculizou (ao contrário: incentivou) o protagonismo do usuário no Conselho Gestor da UBS, algum tempo depois dos atendimentos iniciais prestados pela assistente social.

Desobstruir impedimentos, apoiar, mobilizar, incentivar os usuários à experiências de partilhamento de algum poder, fiscalizando, exercendo o controle sobre as políticas públicas⁸⁴ tem consequências políticas distintas daquele trabalho preocupado em obter acordos, consensos e consentimentos, como se fosse possível conciliar conflitos contraditórios pela cooptação de interesses distintos. Este trabalho profissional posicionado contribuiu para facilitar uma experiência de participar da vida coletiva⁸⁵.

Mais uma situação concreta de atendimento profissional que aqui serve à análise das consequências do trabalho profissional, trabalho processado sob a condição de assalariamento, com limites a serem enfrentados para sua realização conforme a orientação teórica e valorativa do projeto ético-político vigente e no restrito espaço de possibilidades de uma profissão. Trabalho possível de ser acionado em defesa da garantia do acesso a direitos e incentivador da participação política dos usuários na disputa por fazer valer seus interesses imediatos no interior do ordenamento capitalista.

Poderíamos, sem limites, continuar a analisar situações concretas de atendimento profissional onde constam a abordagem individual ou coletiva, a observação, a entrevista, a visita domiciliar ou institucional, a socialização de informações, a orientação social, o parecer especializado, a mobilização e assessoria a grupos organizados, etc., para delas destacar o *sentido político* daquilo que decorre (direta ou indiretamente) do trabalho profissional realizado e efetivamente alinhado ao projeto ético-político vigente, *no interior da sociabilidade capitalista*. Entretanto estas duas menções de situações de atendimento profissional cotidiano, aparentemente simples, já permitem sustentar que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente produz sutis distinções políticas em relação ao trabalho movido por

⁸⁴. Antes e preferencialmente fosse controle popular classista.

⁸⁵. Mesmo que experiência de participação restrita, porque nos moldes de um conduto institucionalizado de participação da sociedade junto ao Poder Público.

outra perspectiva teórico-metodológica e por outros compromissos e valores ético-políticos. o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente ultrapassa as atribuições meramente técnicas e põe em ação, no real, sutis movimentos que carregam consigo o apoio à direção política contra-hegemônica, o apoio aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, mesmo quando o solicitado é o legítimo direito ao acesso à melhoria das condições de vida, em si mesmo. Sendo assim, preferimos doravante priorizar a exposição da análise do material extenso considerado.

Em cada situação concreta de atendimento profissional ao usuário, o assistente social movido pelo projeto ético-político vigente, por mediações do pensamento conhece que a raiz das necessidades relatadas é a manifestação objetiva do que o processo de acumulação capitalista produz sobre o conjunto da população que vive-do-trabalho. O conhecimento crítico da realidade sobre aqueles que vivem (e resistem) à desigualdade social peculiar ao modo capitalista de produzir e pensar faculta ao trabalho realizado sob a perspectiva da garantia da consolidação e ampliação dos direitos, condições para contribuir na viabilização do acesso aos assim chamados benefícios e serviços (e aqui recomendamos atenção à diferença entre “contribuir para viabilizar acesso” e “garanti-lo”). Este trabalho realizado com a direção social do projeto ético-político vigente sabe que as expressões da Questão Social são impensáveis sem a intermediação do Estado e que elas constituem a base material que reclama políticas sociais, programas e serviços públicas, entre outras medidas.

Tomando o mergulho crítico que Marx realizou a respeito da relação entre Estado e sociedade burguesa, é possível circunscrever a luta por direitos ao patamar do que o autor designou de emancipação política, advertindo que, em seus escritos da juventude⁸⁶ Marx ao se referir a emancipação política está particularmente retirando-a de um processo histórico específico – do processo da transição histórica do feudalismo ao capitalismo – quando a burguesia se colocou como classe

⁸⁶. Aqui especialmente em A Questão Judaica, escrita em sua juventude, embora suas preocupações nesta obra reapareçam em seus escritos na maturidade. Este é o momento em que o jovem Marx recusa o liberalismo presente no interior da esquerda hegeliana e se coloca como um “democrata radical” (NETTO, 2015, p. 09 e 10).

revolucionária, com suas promessas e ideários de democracia liberal e cidadania (burguesa) simbolizados no *slogan* da Revolução Francesa – “liberdade, igualdade e fraternidade” (burguesas).

“Pelas relações entre Estado político e sociedade burguesa, pela essência da emancipação política” para MARX ([s.d.], p. 30) se fez valer a separação entre a homem como individuo limitado a si mesmo e o homem como ser humano-genérico

Os *droits de l’homme*, os direitos humanos, são diferenciados *como tais* dos *droits du citoyen*, dos direitos civis. Qual é esse *homme* que é diferenciado do *citoyen*? Simplesmente, o *membro da sociedade burguesa*. Por que se chama de o membro da sociedade burguesa de ‘homem’, homem por antonomásia, e dá-se a seus direitos o nome de *direitos humanos*? [...] Registremos, antes de mais nada, o fato de que os chamados direitos humanos, os *droits de l’homme*, ao contrário dos *droits du citoyen*, nada mais são do que direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade. (MARX, [s.d.], p. 30, grifos do autor)

“A emancipação política, portanto, implica uma conservação de interesses particularistas à margem do interesse coletivo, mantendo a cisão entre o homem e o cidadão” (FREDERICO, 1985, p. 100). A emancipação política embora represente um avanço em relação a sociedade feudal, no marco da sociedade burguesa ela representa a oposição entre homem individual e coletivo, público e privado. O Estado (burguês) é em realidade um Estado viabilizador e fiador de interesses particulares.

Já nos referimos páginas atrás que no Estado só de forma abstrata os direitos do homem são direitos de todos. Em realidade o direito “à igualdade, à liberdade e à fraternidade” escondem interesses privados - os interesses burgueses. São retóricos, pois, os homens não são iguais de fato. A igualdade jurídica é ilusória, ela só se dá no plano abstrato.

Do exercício desta “livre” relação social se enraíza a desigualdade social que lhe é peculiar, fruto inexorável da exploração do capital sobre o trabalho, do homem sobre o homem. No Estado os indivíduos podem ser livres formalmente, mas de fato experimentam relações desiguais, uma vez que ao realizar a igualdade no plano jurídico-formal o Estado preserva a desigualdade real entre os homens.

Liberdade e igualdade estão nesta sociedade subordinadas a propriedade. O direito à liberdade refere-se a liberdade do homem isolado de si, desinteressado pela

sua espécie (egoísta) e livre para ser proprietário, se possui dinheiro. A legislação está a serviço da proteção dos interesses individuais dos proprietários.

Marx por meio da crítica à emancipação política *como fim em si mesma* faz a crítica à sociedade burguesa, ao Estado e a “retórica” dos direitos do homem: a emancipação política representa os interesses burgueses, legitima o modo de vida burguês. A emancipação política legitima e permite a reprodução do modo de ser, de pensar, de produzir e de reproduzir da sociedade burguesa. A emancipação política legitima a sociedade capitalista, não a extingue.

Embora Marx considere que a emancipação política promovida pela sociedade burguesa representa um grau importante de desenvolvimento da humanidade ela se encerra no interior desta sociabilidade e como tal é uma emancipação insuficiente e não representa alcance da efetiva condição humano-genérica

Não há dúvida de que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana *dentro* do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática. (MARX, [s.d.] p. 21 e 22, grifos do autor).

Marx não desqualificou a luta e a resistência da classe trabalhadora *no interior do capitalismo*, ele desvendou as determinações que impõem limite objetivo a essa luta.

No debate marxista são controversas as posições acerca da relação entre emancipação política e emancipação humana. Explicitamos aqui nosso acordo com formulação marxiana ao reconhecer o caráter vantajoso e necessário da emancipação política para os trabalhadores *na vigência do ordenamento capitalista*.

Não temos acordo com as formulações que atribuem às conquistas dos trabalhadores no interior da sociabilidade do capital um obstáculo soberano à instalação de um processo revolucionário. A nosso ver nesta posição se abdica do protagonismo humano no devir da História.

Também não temos acordo sobre a emancipação política como caminho para a emancipação humana. A nosso ver nesta posição desconsidera-se que antes de política, a luta dos trabalhadores é econômica, uma vez que só um novo modo de

produção social sem exploração econômica e dominação política do homem sobre o homem e capaz de devolver-lhe sua condição humano-genérica.

Nesta angulação teórica, no interior da profissão também é polêmico o debate sobre o significado da luta por direitos e suas políticas, programas e serviços e sua relação com a perspectiva emancipatória. Por esta razão inclusive a proposta desta Tese em proceder a uma reflexão sobre suas consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente.

A elucidação dos limites da emancipação política serve para que na realização do trabalho profissional orientado pelo projeto ético-político vigente se evite ilusões. Não trata de aperfeiçoar o Estado, suas políticas, programas e serviços em si mesmos, uma vez que por mais aperfeiçoados que sejam, por esta via não se eliminam as contradições desta sociedade presente, por si mesmos eles não poderão ultrapassar os limites de sua própria constituição ontológica – estar a serviço da reprodução das relações sociais capitalista. O Estado (burguês) não se constituiu para eliminar os “males sociais” advindos das contradições da sociabilidade capitalista. O que lhe cabe, no limite, é administrá-los, mantendo intocados todos os fundamentos da ordem burguesa e fazer no máximo e quando em conjunturas favoráveis, uma gestão com algum nível de “preocupação social” (dissimulada).

O capitalismo mundial e o brasileiro em suas particularidades, para enfrentar o severo agravamento de sua crise nas últimas décadas⁸⁷ tem sistemática e continuamente intensificado a exploração do trabalho humano (inclusive sob novo formato e especialmente no setor de serviços⁸⁸)

De outro lado os trabalhadores por diversas maneiras de luta têm procurado opor-se aos brutais ataques do capital. No Brasil, suas lutas colecionam muitas derrotas e alguns pequenos ganhos e têm sido marcadas por resistências e recuos. Os trabalhadores travam batalhas para impedir a devastação do capital sobre suas vidas, porém suas condições de vida e de trabalho no interior da sociabilidade do

^{87.} Que parece anunciar em algum âmbito uma crise estrutural do capitalismo, nos termos de Mészáros (2002) especialmente Parte III, às páginas 603-980.

^{88.} Para a discussão acerca do significativo aumento dos trabalhadores no setor de serviços e a particular modalidade de exploração deste trabalho ver, dentre outros, ANTUNES, 2018.

capital não melhoram, ao contrário progressivamente estão piorando, assim como pioram qualquer possibilidade de encontrarem, via legislação social e políticas, programas e serviços públicos qualquer proteção efetiva.

O momento é regressivo para a classe trabalhadora mundial e no cenário brasileiro atual a tônica da luta da classe trabalhadora não se põe diretamente sobre a superação radical da exploração do capital sobre o trabalho (a perspectiva anticapitalista e revolucionária), não tem sido a tônica da luta social a busca por uma nova sociabilidade. A luta se concentra para obter ganhos pontuais ou defendê-los quando conquistados. Trata-se de uma luta defensiva, por conter o avanço predatório do capitalismo, a barbara desigualdade social a qual está submetida a maioria da população brasileira e por manter a democracia (restrita) no interior do ordenamento burguês.

Mas *contraditoriamente* a luta por direitos e pela consolidação de um padrão de cidadania mínima (burguesa) apresenta-se ao trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente como *lôcus* para apoiar os interesses dos usuários, considerados na sua condições de sujeitos representativos da classe trabalhadora *no interior do ordenamento societário capitalista*, para apoiar a luta por maior apropriação do Fundo Público por parte daqueles que majoritariamente o produzem.

O trabalho profissional alinhado ao projeto ético-político vigente inegavelmente ao produzir sutil e modesto apoio a luta por melhorias nas condições de vida e de trabalho daqueles que atende não alcança de forma direta qualquer ruptura com as expressões da desigualdade que atinge a maioria da população brasileira, porém reconhece que nos momentos de barbárie e regressão, a luta por direitos e por políticas, programas e serviços públicos, absolutamente defensiva, efetivamente representa uma agenda política pela manutenção da vida humana existente no planeta⁸⁹.

⁸⁹. Frize-se: sem com isto incorrer em qualquer ingenuidade de conferir a este apoio qualquer sentido de emancipação humano-genérica, haja vista mesmo com este suporte permanecem inalteradas as posições dos sujeitos sociais envolvidos no interior de suas respectivas classes sociais. Voltaremos a emancipação humana mais adiante

Contribuir pela via do trabalho profissional nesta disputa da classe trabalhadora não é pouco, nestes tempos obscuros no mundo e particularmente no Brasil, onde a pretensa cidadania (burguesa) está muito distante de representar de fato o patamar da emancipação política, considerado o peculiar padrão capitalista brasileiro que embora consolidado é dependente e periférico, herdeiro da condição colonialista de nossa formação econômica, política e social (conforme consta no Capítulo I).

Pela via do trabalho profissional realizado, assistentes sociais vem conseguindo por meio de mediações reflexivas e interventivas articular a abordagem profissional direta junto aos usuários ao posicionamento e a luta contra a opressão do Estado, contra regimes tirânicos, contra uma ordem social patriarcal, pela preservação ambiental, contra o racismo, a homofobia, a misoginia, a xenofobia. Enfim, a lista das recusas e da resistência destes assistentes sociais brasileiros é imensa, eles vêm resistindo, junto de outras forças sociais às desumanidades do capitalismo e vem apoiando uma nova ordem societária, sem exploração econômica, sem dominação de classe, pela realização do trabalho direto, nos limites da profissão e além dele, como parte da classe trabalhadora que são e assim se reconhecem.

Encarar o exame crítico das consequências políticas do trabalho profissional que reafirma os direitos humanos, sociais, civis, econômicos e políticos, e suas decorrentes políticas, programas e serviços públicos remete a audácia teórica e sobretudo política em tomá-los como uma das expressões da pretensa cidadania (burguesa), no marco do modo de produção capitalista, que na particularidade do capitalismo no Brasil sequer se realizou. Remete a ousadia de problematizar os seus limites para o alcance dos interesses *históricos* da classe trabalhadora – interesses em construir um outro ordenamento societário onde estejam superadas a propriedade privada, o assalariamento, a exploração econômica, a dominação política.

Implica considerar as consequências políticas do trabalho vinculado a valores profissionais e societários contra-hegemônicos, de uma profissão que nasceu e se desenvolve no Brasil legitimada pelos interesses capitalistas no interior da particular formação social, econômica e política brasileira, no interior da particular constituição do Estado e das classes fundamentais no Brasil (conforme Capítulo I). Consequências políticas do trabalho realizado no ordenamento capitalista, inserido na divisão social e

técnica do trabalho coletivo, partícipe do trabalho socialmente produzido, participe das relações sociais peculiares do ordenamento burguês, conforme conteúdo já desenvolvido no Capítulo II. Consequências políticas do trabalho de uma profissão que como parte e expressão da peculiar realidade nacional brasileira quando alinhada ao projeto ético-político vigente enfrenta desafios e serve-se de contingências reais para materializar suas intenções contra-hegemônicas, mas cogitadas no *estrito campo de possibilidades de uma profissão*, que se realiza na realidade objetiva, que lhe fixa limites e condensa possibilidades. Consequências políticas do trabalho realizado em tempos adversos e assumidos por parcela da categoria profissional.

A orientação teórica e ético-política do projeto profissional vigente confere ao trabalho do assistente social efetivas condições para desvendar os “mistérios” escondidos nas armadilhas próprias da pretensa cidadania (burguesa). E o faz por *discutir* suas contradições e não por *resolvê-las*. E assim se evitam as ilusões e equívocos acerca do alcance do trabalho profissional.

Ao tencionar o Estado (burguês) no cumprimento de seu dever em garantir direitos sociais, ao defender a qualidade e a ampliação destes, o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente está inscrito nos limites da emancipação política, desvendada criticamente pela abordagem marxiana, mencionada páginas antes, uma vez que o *acesso* aos diferentes serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado⁹⁰, *por si mesmos* não retiram seus usuários da condição de “homem egoísta”, “isolado”, “alienado”. Mas este acesso (ou não acesso) permite que percebam que suas necessidades são legítimas e *contraditoriamente* o acesso (ou o não acesso) lhes põe também, simultaneamente, a possibilidade de perceber o caráter desigual da sociabilidade burguesa, assentada na propriedade privada dos frutos do trabalho produzido socialmente⁹¹. E nesta percepção o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente contribui, embora não seja o responsável absoluto.

Conquistas graduais reverberam em impulsos por novas necessidades e por novas lutas que, a sua vez, *podem* favorecer aos trabalhadores, em sua trajetória o

⁹⁰. Objetivações dos direitos sociais estabelecidos no plano jurídico-formal.

⁹¹. E atente-se: possibilidade é probabilidade de algo ocorrer, não é desfecho inevitável.

reconhecimento de seu necessário protagonismo histórico como classe e talvez alguma lucidez anticapitalista. Em outros termos equivale afirmar que *contraditoriamente* as necessidades legítimas e as lutas dos trabalhadores lhes conferem a *possibilidade* da desalienação, de se reconhecerem como classe e, sob determinadas condições objetivas, agir na construção histórica de um novo ordenamento social rumo à emancipação humana. E sublinhe-se aqui novamente que o interesse anticapitalista só existe no modo de ser constitutivo desta classe, em sua ontologia, ele não é assim presente na expressão imediata e singular de seus sujeitos, pelos indivíduos singulares, como já discutimos parágrafos antes.

Mas visceralmente inserido no âmbito do que por ironia poderíamos chamar de emancipação política à brasileira, o Serviço Social, por meio do trabalho realizado pelos assistentes sociais movidos pelo projeto ético-político vigente, nas palavras de Mota “resiste, teórica e ideologicamente” e “tensiona a dimensão sincrética *ineliminável* das demandas que mobilizam sua intervenção social sobre os fragmentos da *questão social*.” (2016, p. 172, grifos da autora)⁹².

E sem desejar nos distanciar das preocupações centrais deste estudo, mas ainda com base em nossa extensa trajetória profissional no atendimento direto aos usuários e da escuta e discussão das inúmeras situações concretas do trabalho profissional realizado trazidas todos os dias no exercício da docência em Serviço Social, arriscamo-nos em afirmar que o Serviço Social brasileiro vem efetivando sua ruptura com o tradicionalismo profissional não só na sua dimensão teórica e ético-política, mas consideradas as devidas mediações, *vem efetivando-a na dimensão do trabalho profissional realizado, quando movido pelo projeto ético-político vigente*, ruptura que só se revela quando capturada a partir da empiria objetiva e decifrada por meio do pensamento e, acima de tudo, considerando as reais implicações decorrentes do fato deste trabalho ser realizado mediante a condição de assalariamento e predominantemente por meio da execução de políticas, programas e serviços de

⁹². Nesta passagem a autora refere-se à tese do sincretismo profissional do Serviço Social, desenvolvida por Netto que consta da publicação *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, especialmente no Capítulo II (NETTO, 1992, p. 81-148)

natureza pública no Brasil, de capitalismo dependente e periférico, com marcas peculiares na sua consolidação tardia.

Trata-se de um trabalho profissional realizado, como desenvolvemos no capítulo anterior em condições adversas, realizado no dia-a-dia dos atendimentos concretos, no interior dos espaços sócio-ocupacionais, com suas regras, rotinas e normatizações e sob a intensificação de ritmos de trabalho, pressão pelo cumprimento de metas quantitativas e pelo volume de instrumentais a serem preenchidos, sob redução de recursos humanos e financeiros, sob a polivalência justificada sob o manto da multi, inter, trans profissionalidade, sob constantes interferências autoritárias que desrespeitam as atribuições e competências profissionais instituídas legalmente, que ocasionam tensões e enfrentamento para manter ou alargar a autonomia profissional (relativa) sob pressões que produz, cada vez mais, assédio moral e adoecimentos de ordem física emocional e psíquica, etc.

Ousamos concordar que este trabalho tem tonalidade subversiva (contra-hegemônica) em tempos de tamanhas regressões, de agravamento da Questão Social, de barbárie social. Um trabalho profissional que por força de sua perspectiva teórica e de seus compromissos ético-políticos faz do apoio ao acesso, consolidação e ampliação dos direitos humanos, sociais, econômicos, e políticos e suas correspondentes políticas, programas e serviços públicos uma pauta para sua insurgência contra-hegemônica.

E para esta sublevação obriga-se no imediato do cotidiano, todos os dias, converter o sujeito singular que a ele se apresenta e suas necessidades em sua dimensão coletiva, evocando sua condição de pertencimento enquanto sujeito da classe trabalhadora, obriga-se todos os dias ao extenuante enfrentamento concreto e mediato das contradições produzidas pelo ordenamento societário capitalista, movimentando-se na tensão entre requisições de práticas disciplinadoras e reiterativas e seu referencial teórico crítico e posicionamento ético-político contra-hegemônico.

No imediato da cotidianidade, o trabalho profissional realizado, direcionado pelo projeto ético-político vigente faz movimentar de forma distinta exigências cotidianas, requisições pragmáticas dos seus empregadores, recursos materiais e

humanos disponíveis (ou indisponíveis, como tem sido mais comum) sob os quais são propostas as políticas, programas e serviços públicos, e com decorrências políticas aliadas aos interesses da classe trabalhadora (postos assim, só por meio de mediações reflexivas).

No dia a dia do trabalho profissional, na busca pela garantia, consolidação e ampliação do acesso aos direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e suas correspondentes políticas, programas e serviços públicos o que se alcança, quando se alcança, são melhorias nas condições de vida e de trabalho dos usuários desta profissão, uma vez que não atendemos toda a classe trabalhadora. Mas o assistente social, movido pelo projeto ético-político vigente realiza seu trabalho ciente de estas melhorias interessam aos usuários e representam interesses da classe trabalhadora *no interior do ordenamento capitalista*, embora incapazes de erradicar a desigualdade social que é peculiar em razão da exploração econômica e da dominação política peculiar ao capitalismo.

Destaque-se que buscar não é garantir, mas implica pôr-se em movimento para obter tais melhorias e neste movimento contam também os movimentos dos oponentes, expressos nas decisões tomadas no interior do Estado. É nesta arena de disputa que emergem distintas consequências políticas deste trabalho profissional realizado.

A busca pela garantia, consolidação e ampliação do acesso aos direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e suas correspondentes políticas, programas e serviços públicos não é algo em si mesmo. No dia a dia, o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, mediado pela execução de políticas e programas públicos, pela prestação de serviços e atendimentos concretos produz tensionamentos, enfrentamentos e recusas com sentido contra-hegemônico, fragmentos de contra-hegemonia, considerados os estreitos limites atinentes a uma profissão.

Este trabalho assim movido e realizado produz confrontos quando reafirma a necessária qualidade dos serviços prestados à população (por parte do Estado e por parte do profissional); produz confrontos quando faz articulação com outros profissionais, com os movimentos e forças sociais progressistas; tensiona quando

denuncia arbitrariedades e autoritarismos, quando denuncia todas as formas de preconceito, intolerância, discriminação de classe, etnia, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade, idade e condição física.

Da mesma forma, produz enfrentamentos quando recusa culpabilizar os indivíduos e/ou de suas famílias pelas situações de vida e de trabalho (ou de não trabalho) que enfrentam; quando recusa proceder a avaliações ou pareceres assentados em julgamentos meritocráticos.

Tensiona em sentido contrário a hegemonia dominante quando, no dia a dia do trabalho profissional apoia o aprofundamento da participação e do controle da sociedade junto ao Estado; ao oferecer apoio profissional aos usuários em sua disputa pela maior redistribuição da riqueza socialmente produzida, ao se posicionar em apoio a perspectiva da universalização dos direitos e das políticas públicas – destes apoios concretos ou por meio de posicionamentos e enfrentamentos cotidianos, o trabalho profissional tensiona em direção oposta os interesses dos proprietários e dominantes. Todos estes e outros confrontos, quaisquer que sejam são objetivações de natureza política.

Retiramos das situações concretas de atendimento profissional as consequências contra-hegemônicas quando no trabalho realizado apoia, no cotidiano, uma sociedade sem manicômios, discutindo com demais profissionais, recusando participar de ações de encaminhamento à internações psiquiátricas de longa permanência, etc. O mesmo significado político emerge quando o trabalho profissional realizado afirma nos atendimentos profissionais o direito a convivência familiar e comunitária de crianças, adolescentes, idosos e pessoas deficientes, a defesa do SUS totalmente público e da Assistência Social com estatuto de política pública. É impossível deixar de reconhecer a materialização da contra-hegemonia quando o trabalho do assistente social denuncia a violência de gênero, quando recusa o combate ao trabalho infantil, quando recusa em participar profissionalmente da internação arbitrária e compulsória dos que fazem uso considerado abusivo de substâncias psicoativas ilícitas, quando atua profissionalmente contra ao tráfico e exploração sexual de pessoas, contra a xenofobia, contra a destituição do poder familiar de pessoas com baixa renda. É possível reconhecer a materialização da

contra-hegemonia no apoio concreto junto a população em situação de rua, a população que vive em ocupações quando há efetivo apoio por meio do trabalho concreto à reforma agrária e urbana, às ocupações de terras no campo e na cidade, às lutas camponesas e dos povos indígenas, as necessárias medidas protetivas por parte do Estado a população refugiada, aos aprisionados no sistema carcerário.

Sem mencionar que esta tensão contra-hegemônica se efetiva também na direção das nossas entidades representativas e na produção de conhecimento sobre as condições de vida e de trabalho da população, assim como na requisição da necessária articulação das políticas intersetoriais e o sistema de garantia de direitos, no âmbito do Estado e das suas políticas programas e serviços. E da mesma forma produz contra-hegemonia quando afirma o Ensino público, laico, de qualidade e presencial⁹³.

O assistente Social assim posicionado, portador da “arma da crítica” em seu trabalho cotidiano sabe que no imediato do espaço socio ocupacional em que exerce seu trabalho assalariado, o Estado interessa-se por negociar, fazer concessões às reivindicações dos trabalhadores, de forma a não perder o controle social e não perpetuar este modo de produção e organização societário, entretanto, negocia e concede, mas com a devida fidelidade aos interesses capitalistas, sem tocar aquilo que é essencial para sua continuidade: a propriedade privada dos meios de produção e do excedente do trabalho produzido e não pago (mais-valia).

A luta por direitos humanos, sociais, econômicos e políticos, pela sua consolidação, efetivação e ampliação é relevante em tempos de regressão à direita e aqui o protagonismo histórico dos assistentes sociais na contemporaneidade brasileira tem sido efetivo e contundente. Assim como tem sido também a contribuição do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, realizado no cotidiano, para fazer entender criticamente aos seus usuários o significado perverso da privatização e mercantilização das políticas, programas e serviços públicos, a

⁹³. Há situações concretas de atendimento profissional que dão base material a cada um dos fragmentos contra-hegemônicos mencionados nestes últimos parágrafos, mas nos parece desnecessário serem registradas aqui, face a sua necessária descrição em minúcia, o que causaria fadiga ao leitor. Reiteramos nossa escolha por trazer à luz o exame das suas consequências de sentido político.

apropriação privada do Fundo Público. Assim como tem sido também a busca do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, no dia a dia da sua realização por bloquear a despolitização dos interesses em disputa na sociedade, ao desmistificar as recorrentes promessas oficiais em resolver as expressões da desigualdade social no país e a ilusão contida na democracia restrita (burguesa) posta essencialmente pela via representativa eleitoral⁹⁴. Este trabalho tem construído apoio contra-hegemônico efetivo embora não elimine o processo ampliado de reprodução social capitalista e sua peculiar manifestação no Brasil.

Tomando a análise crítica acerca das situações concretas de atendimento profissional que vivenciamos ao longo de nossa trajetória profissional ou que nos foram apresentadas no produtivo espaço do exercício da docência em Serviço Social, é inegável o valor do ousado protagonismo contra-hegemônico dos assistentes sociais imbuídos de fato pelo projeto ético-político vigente ao reafirmar e agir profissionalmente na direção da instalação de direitos, políticas, programas e serviços públicos, é inegável a importância da recusa deste trabalho profissional por culpabilizar indivíduos, grupos ou segmentos populacionais por suas condições de vida e de trabalho (ou de não-trabalho), por recusar o disciplinamento de algum inconformismo manifesto, de alguma irreverência dos seus usuários em face aos dramas de sua vida cotidiana, e os gestores públicos geralmente convocam o trabalho profissional para atender e estas requisições.

É inegável a tenaz busca destes profissionais em encontrar de forma criativa as necessárias “saídas coletivas” nas situações de atendimento profissional cada vez mais apresentadas em suas manifestações atomizadas.

É inegável a perseverança destes profissionais em resguardar os necessários processos reflexivos ou socioeducativos de direção crítica, em tempos de ameaças e de danosas condições para o atendimento profissional realizado de forma remota, on

⁹⁴. Não nos resta dúvida que a vigência da democracia posta pelo Estado de Direito é mais propícia aos trabalhadores do que a autocracia estatal burguesa. Entretanto para aqueles com pretensões anticapitalistas a obra de Marx não deixa dúvidas: aos trabalhadores enquanto classe não interessa participar, pela via institucional, pelo processo eleitoral; aos trabalhadores interessa a destruição do Estado burguês.

line, por e-mail ou por contato telefônico – enfim, em tempos de teletrabalho posto também para o Serviço Social.

É de inegável importância apoiar a resistência dos trabalhadores aos avanços predatórios do capital sob o trabalho, apoiar a luta da classe trabalhadora por obter melhorias das condições de vida e de trabalho no interior desta sociabilidade peculiar, alcançar maior usufruto do Fundo Público.

Em meio a tamanha e permanente tensão, por meio de muitas mediações o assistente social que age mobilizado pelo projeto ético-político vigente participa dos interesses *imediatos* das duas classes fundamentais, *no interior do ordenamento capitalista*. A classe trabalhadora interesse-se por melhorias em suas condições de vida e de trabalho, como forma de sobreviver e resistir ao avanço da exploração realizada pela burguesia.

Se a reafirmação dos direitos humanos, sociais, civis, econômicos e políticos é uma das expressões da emancipação política possível *no interior do ordenamento capitalista*, para o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente ela não é um fim em si mesmo, uma vez que ela é absolutamente insuficiente para a classe trabalhadora e para seus recônditos interesses históricos

Ao reconhecer toda esta relevância do trabalho profissional imantado pelo projeto ético-político vigente fica demonstrado que o pensamento crítico, de filiação marxiana e o projeto ético-político vigente não são incongruentes como o trabalho profissional “de campo”, embora obviamente deles não decorra qualquer aplicação direta ou resultados pragmáticos seja em face a efetivação de direitos, políticas, programas e serviços públicos seja de um novo ordenamento societário.

As consequências políticas deste trabalho são efetivamente distintas e contra-hegemônicas, mas absolutamente insuficientes para erradicar a desigualdade social peculiar a esta sociabilidade e para construir outro ordenamento societário sem exploração econômica e dominação política. E isto é descabido à uma profissão.

Mas reconhecer incabível ao trabalho profissional erradicar a desigualdade social e construir outro ordenamento societário não é abdicar da viabilidade da construção histórica da supressão da sociabilidade burguesa e – nos termos de Marx – da construção da emancipação humana.

Este capítulo poderia se encerrar aqui, mas buscamos ainda avançar em mais um movimento reflexivo sobre as consequências políticas *reais* do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente *em seu complexo, contraditório e mediato significado político*, buscando superar o lugar comum em atribuir relação direta entre a agenda por direitos no interior do ordenamento capitalista e a perspectiva emancipatória real, contida no trabalho profissional assim posicionado, assim como em atribuir ao trabalho profissional qualquer responsabilidade direta acerca da emancipação humana.

Resta abordar o significado político decorrente do trabalho posicionado pelo projeto profissional vigente em face dos *interesses históricos da classe trabalhadora*. Resta a análise acerca da relação entre o trabalho profissional realizado e posicionado segundo a direção social contida no projeto ético-político vigente e, como já qualificados no início deste capítulo, os interesses de longa perdurabilidade (históricos) da classe trabalhadora: a construção de um novo ordenamento societário e a emancipação humana.

3.2. Consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente no processo de construção de outro ordenamento social e da emancipação humana.

Com base no contato com a produção acadêmico-profissional contemporânea e com o discurso político de assistentes sociais, docentes, pesquisadores, supervisores “de campo” expressos em seus pronunciamentos públicos é possível afirmar que por diversas vezes há uma passagem direta entre a defesa da garantia dos direitos humanos, sociais, econômicos e políticos da classe trabalhadora – uma expressão da emancipação política no marcos da sociabilidade burguesa – e a emancipação humana, a ser efetivada fora desta sociabilidade.

Também é comum encontrar afirmações instantâneas na literatura profissional, no âmbito declaratório dos assistentes sociais ou nos pronunciamentos dos dirigentes das nossas entidades representativas de que o trabalho profissional está direcionado pelos compromissos com “a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” e que o trabalho profissional se vincula ao processo de “construção

de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração” (CFESS, 2012, p. 23 e 24).

É tarefa política, especialmente dos dirigentes do conjunto CFESS-CRESS, da ABEPSS e da ENESSO, orientar esta direção ético-política à categoria profissional, mas como aprendemos com Netto, se a política é movida por certezas, o conhecimento é movido pela indagação.

Vale então indagar: quais são as implicações da defesa da garantia de direitos quando a finalidade última é apoiar “a plena expansão dos indivíduos sociais”? O que compete a uma profissão, realizada no interior da sociabilidade capitalista, sob relação de assalariamento, quando seu horizonte prospectivo é a emancipação humana? Qual é a participação de uma profissão na construção de um novo ordenamento societário? Qual a importância em se manter compromissos com “a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” e com a “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração” no interior de uma profissão?

A resposta a tamanhas indagações não está na superfície de um anseio declaratório, ou tampouco é dada pela constatação empírica em si mesma ou pela recorrência ao senso comum. O tratamento desta questão é bastante complexo, permeado de inúmeras polêmicas, impossíveis de serem esgotadas aqui e certamente implicado ao risco de inevitáveis julgamentos políticos.

É fundamental ao trabalho profissional, movido pelo projeto ético-político vigente ultrapassar o lugar comum da relação entre defesa de direitos e emancipação humana, bem como a transposição direta do trabalho efetivado por um assistente social para a construção de um novo ordenamento social. E fazê-lo, sem abdicar da direção teórica e ético política deste projeto ético-político vigente.

E isto se faz por meio do pensamento crítico, por meio de múltiplas instancias de passagem, muitas mediações reflexivas, capazes de decifrar a relação entre esta projeção societária absolutamente radical e uma profissão, implicada à ordem burguesa, como já observamos por tantas vezes neste estudo.

Quando se assume compromissos em direção à plena expansão dos indivíduos sociais, ou à emancipação humana, nos termos de Marx, a defesa à garantia aos direitos humanos, sociais, econômicos e políticos enquanto interesses imediatos da

classe trabalhadora no interior da ordem capitalista, sempre constrangidos pelas tarefas políticas a serem concretizada especialmente pelo Estado (burguês) precisa ser submetida à crítica. Assim tem que fazê-lo o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente.

A classe trabalhadora recolhe da História e de sua vida vivida a certeza de que as promessas burguesas não foram, não são e nem serão efetivadas para todos, na vigência do capitalismo. A História tem demonstrado que exclusivamente por meio de um contínuo aperfeiçoamento dos diversos direitos não se pode chegar ao estabelecimento de um outro ordenamento societário, onde a emancipação humano-genérica se ponha real. A cidadania (burguesa), expressão da emancipação política, por mais que possa incidir na dinâmica da luta de classes, dela derivando conquistas imediatas e pontuais para o conjunto da classe trabalhadora, em si mesma não realiza o processo de mudança social radical, viabilizador da emancipação humana.

A emancipação real do homem, como ser social, genérico – a emancipação humana – é aquela contrária ao domínio da burguesia, contrária ao modo de produção capitalista.

Para Marx, a emancipação humana é dependente da construção de uma forma de sociabilidade humana em que os indivíduos se elevem ao mais elevado grau possível de liberdade, o que implica a eliminação de toda a forma de exploração e dominação do homem pelo homem. É aquela capaz de retirar o homem da dimensão individual (“egoísta”), separado dos outros homens, alienado dos frutos de seu trabalho e de si mesmo, de sua dimensão ontológica. E para alcançá-la é preciso acabar com as raízes sociais da sociedade burguesa, uma vez que o que a fundamenta são o egoísmo, a usura, o dinheiro, a propriedade privada.

A emancipação humana é a superação do trabalho explorado e estranhado – forma social da atividade humana sob a vigência do capitalismo, que existe independente da vontade ou da consciência que os homens tenham dele ou não.

A emancipação humana consiste precisamente na superação do estranhamento ao qual se encontram submetidos os indivíduos ativos na sociabilidade moderna. [...] Tal configuração do trabalho não fundada sobre o estranhamento pressupõe que os meios de objetivação, que todos os resultados objetivos e subjetivos do processo de trabalho, percam, portanto, seu caráter de potência dominadora e que existam enquanto extensão efetiva das potências sociais dos indivíduos (VIEIRA, 2018, p.90).

A História se faz incessantemente pelo resultado das contradições sociais e por homens dotados de vontade, de querer. Há uma margem de manobra, há espaços para escolhas, há graus de liberdade de que os homens lançam mão para conduzir suas vidas, sua sociedade, seu presente e seu futuro⁹⁵. A História não se fará desenvolver exclusivamente pela vontade posta ao âmbito do pensamento e da volição, mas pela ação efetiva dos homens, por seu comportamento ativo na sociedade na real direção da conquista da sua igualdade no acesso daquilo que é patrimônio da coletividade (da humanidade), retornando a sua essência humana.

Para Marx, nas palavras de Vieira, esta “ação humana transformadora, que faz mudar as coisas na própria raiz destas, é precisamente o trabalho” (2018, p. 101). Sendo assim, para o autor a emancipação política e a emancipação humana têm fundamento ontológico no trabalho, a primeira no trabalho assalariado e a segunda no trabalho livre e associado.

Em um novo ordenamento social o trabalho se põe alterado, alterado porque sob novas bases de produção e capaz de atender às novas necessidades sociais. Servimo-nos novamente de Vieira para adensar a nova qualidade do trabalho humano – livre e associado

Marx, vislumbra nos *Grundrisse*, um processo pelo qual a base e a medida da riqueza deixariam de ser o tempo de trabalho excedente sobre o tempo de trabalho necessário à reposição da potência de trabalho, para tornar-se a própria desproporção entre a riqueza e poderio das forças produtivas objetivadas e aquela potência[...]. Em outras palavras, o parâmetro da riqueza não seria mais o tempo dispendido em trabalho imediato, mas a própria potência e pujança de toda a força e ciência humanas objetivadas. (VIEIRA, 2018, p. 93, grifo da autora)

A emancipação humana com base no trabalho livre e associado implica a eliminação de toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizarem da forma mais ampla possível as suas potencialidades. É o livre desenvolvimento das potencialidades produtivas do homem que favorecem a emancipação humana e não

⁹⁵. Guardadas as diferenças quando se trata de uma profissão, assim também o é o trabalho profissional do assistente social movido pelo projeto ético-político profissional.

o trabalho assalariado ou muito menos por força do trabalho especializado de qualquer que seja a profissão.

Se é a superação da ordem capitalista que se busca realizar, um novo ordenamento social desgarrado da propriedade privada e do Estado burguês, sua construção implica a existência de condições objetivas, implica um processo de auto-organização dos trabalhadores com vistas ao fortalecimento de um projeto societário autônomo e anticapitalista.

A situação atual, esta desguarnecida das condições objetivas necessárias para o encaminhamento desse interesse da classe trabalhadora, elas não estão explicitamente em processo, na atualidade⁹⁶. Mencionamos páginas antes que o que se põe como possível à classe trabalhadora é travar batalhas árduas, das quais em situações específicas favoráveis, obtêm vitórias parciais e quando muito irão efetivar a emancipação política prometida pela burguesia⁹⁷. No Brasil, quando muito, tais lutas obtiveram um esqualido esboço de emancipação política. Emancipação política que não se confunde com emancipação humana, mas necessária, senão vital nestes tempos de acirramento da barbárie posta no cenário brasileiro.

A luta social dos trabalhadores e sua volição de classe são indissociáveis das condições concretas, ambas contam para o desfecho efetivo da superação da sociabilidade capitalista. A luta social e a organização da classe trabalhadora constituem aspectos imprescindíveis no processo de transição para um novo ordenamento societário, e é nesta transladação que se efetiva processualmente a destruição do modo de produção capitalista e a construção de uma nova sociabilidade capaz de superar a cisão entre o indivíduo singular, o estranhamento, a apropriação privada e a expropriação do seu trabalho.

A emancipação humana, reclamada por Marx, é aquela emancipação do homem, em sua vida cotidiana, um ser genérico solidário com os seus semelhantes. Isso não se consegue com a emancipação política, ao contrário implica na ultrapassagem dos limites desta última, a sua dissolução, a dissolução da contradição

⁹⁶ Embora não se deixe de considerar sua potência, sempre latente, haja vista a contradição como movente da História.

⁹⁷ Repetimos, prometida quando se pôs como sujeito revolucionário na Europa.

peculiar à sociedade burguesa, entre o indivíduo particular e sua condição humano-genérica – a efetiva emancipação humana.

Posto assim, refletir sobre as consequências políticas do trabalho profissional direcionado pelo projeto ético-político vigente no que diz respeito a construção de uma nova ordem societária capaz da emancipação da humanidade exige indagar sobre o alcance possível por meio do trabalho profissional em se contribuir no processo revolucionário. Indagação de resposta complexa, seja porque como já mencionado o processo revolucionário não está de forma manifesta em andamento (nem no mundo, nem na particularidade brasileira), seja porque implica a ousadia teórico-política de *colocar o ponto de vista emancipatório em seu devido lugar no interior de uma profissão e do trabalho realizado pelo sujeito desta profissão*. E colocá-lo em seu lugar possível não significa absolutamente abandonar estes vínculos e compromissos, esta direção ético-política na realização do trabalho profissional.

Do conjunto de lutas e conquistas no interior da já mencionada cidadania (burguesa), efetuar uma passagem direta para a emancipação humana é um exagero, e muito maior quando se insere nesta complexa questão teórico-política o protagonismo de uma profissão que nasce tatuada pela legitimidade que lhe é conferida pelo capital. Esperar que pela profissão se apoie o que não parece estar explicitamente em curso nos parece uma ficção. As condições objetivas para a luta de natureza anticapitalista não estão postas na realidade e estão distantes também do cotidiano de trabalho da profissão.

Então, se a emancipação humana embora proclamada, não pode ser alcançada ou forjada por meio de uma profissão, o que faz no seu interior está correspondente prospecção societária?

Serve para que a profissão e o trabalho de seus sujeitos realizem seu apoio contra-hegemônico, nos termos em que foi analisado no subitem anterior, que o torne sempre que possível mais lancinante inclusive no trabalho cotidiano realizado nas situações concretas de atendimento profissional. E isto está muito longe de representar uma bagatela em tempos tão adversos para melhorias ainda que exatamente conformadas à ordem. Serve para impor ao trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente *que assuma a emancipação política absolutamente*

articulada à sua contraditória potência prospectiva, permanecendo visceralmente ligado ao reconhecimento dos interesses emancipatórios da classe trabalhadora – interesses históricos (de longa perdurabilidade).

O conteúdo emancipatório do projeto ético-político *certifica* que o trabalho profissional por ele movido *não apoia a luta por direitos em si mesma*, como fim último da disputa política no interior do capitalismo. E realizar o trabalho profissional sem constranger em si mesma a defesa da garantia dos diversos direitos e suas políticas, programas e serviços públicos *é o que viabiliza a contribuição contra-hegemônica da profissão, é o que a movimenta*, como afirmamos no subitem anterior *no interior das forças em disputa na sociabilidade do capital, forças contrárias aos interesses dos proprietários privados.*

O vínculo do trabalho profissional à emancipação humana, como possibilidade de realização histórica, portanto humana, também oferece profundo sentido político ao trabalho profissional assim movido, considerado que no dia a dia da profissão a dimensão de classe comparece a este trabalho mediatamente por meio das situações concretas de atendimento as necessidades trazidas singularmente pelo usuário. São suas condições de vida e de trabalho, suas necessidades insatisfeitas que expressam sua oculta condição de classe trabalhadora.

Na vigência do capitalismo, e é nela que o trabalho profissional se realizou até aqui no Brasil (e na maior parte do mundo), espera-se sim que movido pelo projeto ético-político vigente oponha-se com toda a intensidade possível às agressões machistas, racistas e homofóbicas; que apoie a disposição e a organização dos trabalhadores para pressionar por um aumento salarial, que apoie sua luta em garantir e ampliar direitos, em acessar bens e serviços, e o atendimento a tantas outras necessidades humanas já mencionadas. Caso as lutas salariais, as lutas por melhorias pontuais ou contra a opressão sejam vitoriosas, estaremos diante de pequenas reformas que serão comemoradas sim pelo trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente. Mas para este trabalho é certo que mesmo o acúmulo de pequenas conquistas não faz com que a sociedade deixe de ser capitalista, tampouco nela seja devolvida ao homem sua condição humano-genérica.

Não há mudança societária radical sem que na sua base econômica seja tocada radicalmente e a base econômica não é mutável por uma profissão. Ela requer vontade política organizada e articulada fora da profissão (também dentro dela, por que não?). Ela requer condições objetivas favoráveis à insurgência da maioria.

A emancipação humana só se realiza fora do capitalismo, na transição e na instalação de um novo ordenamento social. A participação política, a disputa, os processos de resistência e luta dos usuários em suas expressões singulares e coletivas interpelam e desafiam o trabalho profissional, mas não é o trabalho do assistente social o sujeito direto destas ações. Não é pela via do trabalho de uma profissão. A emancipação humana está hipotecada ao desfecho favorável aos trabalhadores da luta de classes na sociedade, no processamento da História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É conhecido que o projeto ético-político profissional conquistou hegemonia na década de 90 do século passado, mas ele não está consumado nem é o “único existente no corpo profissional” (NETTO, 2006 p.17), seja porque a categoria profissional é um universo heterogêneo composto por indivíduos diferentes, com projetos individuais, profissionais e societários igualmente diferentes, seja porque as tendências conservadoras no interior da profissão não estão suprimidas, seja ainda porque a peculiaridade da cena contemporânea impõe “novos” desafios, “novas” objetivações a este projeto profissional em vigor.

O ambiente em que se situou a formulação e consolidação do projeto ético-político vigente foi deixando de ser o mesmo. O avanço do neoliberalismo repercutiu nos salários e condições de trabalho do assistente social, e sobre suas demandas e espaços ocupacionais, operando redirecionamentos das políticas sociais, incrementando as parcerias público-privadas no terreno do enfrentamento das expressões da questão social, objeto do trabalho profissional, dentre outras tantas transformações regressivas.

Mas há cerca de 14 anos atrás Netto escrevia que o projeto ético-político vigente teria futuro, não porque seria vitorioso, mas exatamente porque na travessia histórica coloca o trabalho profissional a serviço da luta e da resistência da classe trabalhadora à sua exploração econômica e dominação política.

na medida em que, no Brasil, tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo – privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc. -, nesta mesma medida fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população. (NETTO, 2006 p.19)

Assim também nos parece continuar sendo atualmente!

Assim compreendendo, reconhecemos a necessidade fundamental de se continuar desvelando o significado do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente para além da sua expressão empírica, decifrá-los em seus nexos

explicativos na relação à luta da classe trabalhadora pela conquista de melhoria das suas condições de vida e de trabalho, sem, contudo, aceitar que a História acabou.

Este estudo é uma discreta contribuição, nesta perspectiva, embora não represente um entendimento definitivo acerca da dimensão política do trabalho profissional realizado e movido pelo projeto ético-político vigente, mas sim uma formulação de caráter transitório, porque datada temporalmente, agora menos presumida e mais assertiva.

O que se fez aqui, como o título deste estudo anuncia, foi apresentar *uma* reflexão, dentre outras possíveis, sobre as consequências políticas deste trabalho profissional, um movimento reflexivo possível em face de uma questão complexa, polêmica e por vezes carregada de banalidades.

Apresentaram-se aqui múltiplos argumentos que conferem ao trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente a efetiva participação na disputa entre as classes sociais fundamentais na sociabilidade capitalista.

Participação sutil, de consequências modestas, nos limites próprios de uma profissão, mas que põe este trabalho efetivamente a disposição dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Suas consequências de âmbito político, assim são identificadas só por meio de mediações reflexivas já que, como aqui se afirmou, no imediato do trabalho profissional os interesses das classes não se dão a conhecer diretamente. A imediatricidade deste trabalho serviu como ponto de partida da análise da dimensão política do trabalho do assistente social que se revelou mediatamente inserido no interior tenso e contraditório da disputa de classe no ordenamento social capitalista.

Aqui foi sustentado que as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente são decisivamente *distintas* daquelas promovidas por outro trabalho profissional mobilizado por outra direção teórico-metodológica e ético-política.

Sem desconsiderar o significado social da profissão e sua *ineliminável* dimensão contraditória posta apesar do projeto profissional ao qual o assistente social esteja vinculado e considerando que o trabalho profissional é realizado no interior das forças em disputa na sociabilidade do capital sob relação de assalariamento, este

estudo argumentou que o trabalho profissional, quando movido pela perspectiva crítica de análise da realidade e da profissão e pelos princípios, valores e compromissos postos pelo projeto ético-político vigente, mesmo no seu diminuto espaço de realização, por meio de cada procedimento que lhe é peculiar, nas multifacéticas situações concretas de atendimento *produz tensionamentos, enfrentamentos e recusas que conferem existência real à contra-hegemonia*. Tensionamentos, enfrentamentos e recusas, que materializam sutis apoios às forças que se movem na direção da mudança social, que impõem obstáculos discretos, mas reais à exploração e à dominação capitalistas. Argumentou-se aqui que deste trabalho realizado, quando assim direcionado, efetivamente decorrem impulsos de contraposição à hegemonia dominante, causando à classe proprietária tensionamentos reais na disputa política com a classe trabalhadora.

E *contraditoriamente* os tensionamentos, os enfrentamentos e recusas, as consequências de natureza contra-hegemônicas são objetivadas na afirmação da garantia dos diversos direitos e suas respectivas políticas, programas e serviços públicos. *Contraditoriamente* estas consequências contra-hegemônicas são efetivadas no interior daquilo que Marx ao seu tempo denominou de emancipação política e que no Brasil não se efetivou minimamente.

Como já afirmamos antes, *contraditoriamente*, a disputa pela consolidação de um padrão de cidadania mínima (burguesa) põe-se ao trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente como efetivo espaço de apoio aos interesses dos usuários, considerados na sua condição de sujeito representativo da classe trabalhadora, *no interior do particular ordenamento societário capitalista brasileiro*, dependente e periférico, herdeiro da nossa peculiar formação econômica, política e social.

Aqui foram assinalados de forma bastante sumária os interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora, com os quais o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente se compromete, assim como foi assinalado que a reflexão sobre as consequências políticas do trabalho profissional realizado com a direção social do projeto ético-político vigente está intrincada no debate sobre a cidadania

(burguesa) e no debate da tensão teórico-política entre emancipação política e emancipação humana, no interior da tradição marxista.

Este estudo fez reconhecer ainda os limites das consequências contra-hegemônicas advindas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente para com os *interesses históricos da classe trabalhadora*, interesses em construir outra sociabilidade onde estejam erradicadas a propriedade privada, o assalariamento, a exploração econômica, a dominação política do homem sobre o homem, onde a humanidade resgate sua condição humano-genérica.

Nos momentos de barbárie e de regressão civilizatória, a luta por direitos e por políticas, programas e serviços públicos é absolutamente defensiva e representa uma agenda política pela manutenção da existência da vida da maioria da população. O trabalho profissional alinhado ao projeto ético-político vigente inegavelmente ao produzir sutil e modesto apoio a luta por melhorias nas condições de vida e de trabalho daqueles que atende não elimina as expressões da desigualdade que atinge a maioria da população brasileira, elas são constitutivas deste ordenamento societário vigente.

As consequências políticas deste trabalho são efetivamente distintas e contra-hegemônicas, mas é descabido lhes imputar a erradicação da desigualdade social peculiar desta sociabilidade ou mesmo construir outro ordenamento societário. Do trabalho profissional posicionado pelo projeto ético-político vigente resultam fragmentos passageiros de emancipação política (à brasileira, como designamos páginas antes) e de apoio a resistência da classe trabalhadora ao avanço do aviltamento do capital sobre o trabalho.

Esta reflexão buscou colocar o trabalho movido pelo projeto ético-político vigente em seu alcance possível em face da peculiaridade deste tempo presente.

A reflexão analítica produzida neste estudo nos permite afirmar que as decorrências deste trabalho profissional na cena brasileira contemporânea tem menor alcance imediato do que aquele na conjuntura que deu origem ao projeto ético-político vigente, mas admitir como certo também que sua objetivação permanece saturada de travessia, de posteridade e permanece repercutindo na História e no desenvolvimento da profissão no Brasil.

Distante de qualquer excesso de otimismo acrítico que não percebe as ameaças em tempos de capitalismo em crise, consolidado e predatório no Brasil (e no mundo), é fundamental reconhecer que o conservadorismo reuniu condições de se fortalecer no contexto das últimas eleições no Brasil e está em processo de reorganização também no interior da profissão. As medidas conservadoras e violadoras ou de retirada de direitos apontam para um cenário de agudização da barbárie social e o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente está tensionado pelas disputas internas que sempre ressurgem, inclusive a recente reação liberal e conservadora no interior da profissão⁹⁸.

Além do conservadorismo no interior da profissão, na heterogênea categoria profissional também consta uma parcela de assistentes sociais que embora declare concordar com o conteúdo do projeto ético-político vigente, expressa uma apropriação meramente formal do projeto e nega a possibilidade de sua exequibilidade na cena contemporânea. Enxerga o trabalho profissional absolutamente determinado pelas organizações empregadoras, pelas políticas, programas e projetos que executa, pela autoridade que lhe chefia. Considera que o universo profissional é movido por um poder monolítico e nada resta para o projeto ético-político vigente se realizar. Por não identificar qualquer possibilidade de enfrentar as tensões e antagonismos presentes no exercício de seu trabalho profissional, esta parcela de assistentes sociais porta uma visão derrotista da exequibilidade e da viabilidade do projeto ético-político vigente, via de regra descolado da realidade concreta e dos desafios contemporâneos e por decorrência seu trabalho deixa de contribuir com a força contra-hegemônica tão necessária aos interesses dos trabalhadores, em seus diferentes segmentos .

A vinculação ao projeto ético-político vigente por alguns outros assistentes sociais se refere a uma adesão retórica, idealista, voluntarista, capaz tão somente de reafirmar moralmente o conteúdo do projeto ético-político vigente e responsabilizar a vontade do agente profissional como a força motriz de sua exequibilidade. Embora estes assistentes sociais sejam portadores de forte senso de indignação frente as evidentes e diferentes expressões de desigualdade social que se lhes apresentam

⁹⁸. Para simples conferência menciona-se a página “Serviço Social Libertário” na rede social Facebook (<https://www.facebook.com/servicosociallibertario/> Acesso aos 02/06/2020).

cotidianamente, sua indignação é insuficiente para desvendar o movimento da realidade, as determinações posta no âmbito restrito de uma profissão e as possibilidades que se põem na realidade. Também estão descolados da realidade concreta e dos desafios contemporâneos. Valorizam e depositam na vontade do profissional a chance de superar desafios cotidianos, pela bravura e coragem, pelos compromissos declarados, antes da competência propriamente profissional e de qualquer condição objetiva real – do seu trabalho também decorrem consequências políticas inócuas aos interesses da classe trabalhadora

Compareceu neste estudo o conhecido trabalho profissional de uma parcela qualitativamente significativa da categoria profissional que vem operando segundo a direção teórico-metodológica e ético-política do projeto profissional vigente em cada espaço sócio-ocupacional, em cada disputa no interior da profissão e na disputa de interesses na sociedade. Aqui o trabalho posicionado pelo projeto ético-político vigente deixou de ser a projeção de uma ideia e apareceu fincado na realidade material, objetiva, complexa e multideterminada. Este expressivo contingente de assistentes sociais aglutinados pelo projeto ético-político vigente vem realizando o trabalho profissional no horizonte de sua direção teórico-metodológica e ético-política, não obstante o mercado de trabalho profissional expressar contratações precarizadas, frágeis condições de trabalho, baixos salários, exigências do cumprimento de metas meramente quantitativas, etc., não obstante ao avanço do capitalismo e todas as suas formas de opressão econômica, social e política e da ultraconservadora e ultraliberal, destruição da esfera pública, da regressão de direitos, etc.

Esta parcela de assistentes sociais brasileiros reconhece o necessário e permanente aprimoramento crítico, teórico-metodológico, ético-político e técnico-interventivo para a realização deste trabalho de finalidade contra-hegemônica. Reconhece que as transformações societárias em curso ameaçam a hegemonia do projeto ético-político profissional neste tempo presente, mas apesar das adversidades, reconhecem também que ele é exequível aqui e agora e realizam seu trabalho, no dia-dia da profissão, direcionado pelo seu conteúdo teórico e seus compromissos valorativos e políticos e de modo a somá-lo ao arco de forças internas a profissão que recusam o conservadorismo profissional e ao arco de forças externas a profissão,

daqueles que lutam por melhores condições de vida e de trabalho e daqueles que conclamam uma nova ordem social.

Para esta parcela de assistentes sociais brasileiros, o conteúdo do projeto ético-político profissional não está em questão. O que carece de aprofundamento é o seu alcance político a partir do trabalho profissional cotidiano, nestes “novos velhos” tempos desafiadores.

Esta parcela de assistentes sociais brasileiros sabe que a teleologia posta no projeto ético-político profissional, clara e brilhantemente já explicitada no debate teórico, ético e político da profissão, exige a presença de condições objetivas e outras mediações no âmbito da realização do trabalho profissional direto, do assim chamado “trabalho de campo”. Para este agrupamento profissional consta a certeza de que para se produzir consequências congruentes à direção política do projeto profissional vigente, por meio do trabalho cotidiano é preciso mais que uma declaração de propósitos. É preciso competência crítica teórica, política e interventiva.

Para esta parcela de assistentes sociais brasileiros é que este estudo se direciona, no propósito de lhe oferecer uma contribuição para superar o lugar comum em atribuir relação direta entre a agenda por direitos no interior do ordenamento capitalista e a perspectiva emancipatória e evitar qualquer ingenuidade ao supervalorizar o alcance de uma profissão. E ultrapassar o lugar comum desta relação sem abdicar da viabilidade da construção histórica da supressão da sociabilidade burguesa, sem abdicar da viabilidade da emancipação humana.

Ao reconhecer e examinar este trabalho realizado, assim posicionado, este estudo pôs em questão os princípios assumidos pelo projeto ético-político vigente e a eles retornou, reafirmando sua exequibilidade, sua viabilidade, sua vital importância, como constou assim pretendido desde a Apresentação desta Tese. E buscou indagar e retornar ao projeto ético-político vigente no solo histórico real que o desafia o tempo todo.

Teria sido simples reiterar que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente gera consequências políticas reformistas, partícipes da reprodução da sociabilidade capitalista e, portanto, contrarrevolucionários. Este simplismo (senão irresponsabilidade teórica e política), por decorrência, abasteceria aqueles que no

interior do desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro vem afirmando a inviabilidade e a inexecutabilidade do projeto ético-político vigente e abasteceria outros que tem buscado regressar o trabalho profissional ao seu passado histórico.

Também não haveria maior dificuldade em declarar por outro simplismo, de sentido oposto, que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente é revolucionário e promove a emancipação humana, mas isto abasteceria a supervalorização deste trabalho profissional, municiaria politicismos e tantos messianismos profissionais inócuos. Sem dogmas, sem afirmações idealistas.

Ao propor uma reflexão sobre as consequências políticas do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente, recusaram-se aqui os imobilismos de quem ache que não há nada a ser feito, o messianismo profissional, assim como a exclusiva valorização das políticas, programas e serviços públicos no enfrentamento das expressões da Questão Social. Também aqui recusou-se fazer desmoronar o horizonte utópico, ou afirmar a via da cidadania (burguesa) como caminho para se chegar a um novo ordenamento social.

Reitera-se que a pretensão deste estudo foi contribuir, pela análise crítica, para colocar o alcance do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente em seu devido lugar, pela apreensão crítica das suas reais possibilidades. Recuperar sutilezas do trabalho profissional realizado em sua dimensão e significado políticos e a disposição do apoio a classe trabalhadora em seu protagonismo dirigente no processo de transformação social radical (tomara em aliança com todos os seus segmentos e com as forças progressistas radicais presentes na realidade). Consequências políticas de sutil e modesto alcance porque estão implicadas a existência de condições objetivas, estão implicadas ao preparo teórico-político e organizativo dos trabalhadores no interior da luta. O alcance político deste trabalho é incentivar o protagonismo dos trabalhadores e desvencilhá-los, sempre que possível, de qualquer obstáculo a percepção crítica de suas necessidades imediatas e históricas.

O que se afirmou aqui é que no reduzido e imediato espaço de realização do trabalho profissional, por meio de cada procedimento que lhe é peculiar, nas multifacéticas situações concretas de atendimento, quando movido pelo projeto ético-

político vigente este trabalho produz tensionamentos, enfrentamentos e recusas com sentido contra-hegemônico. Mas contraditoriamente, como já afirmamos estas consequências de natureza contra-hegemônicas são objetivadas na afirmação da garantia dos diversos direitos e suas respectivas políticas, programas e serviços públicos. É a disputa pela consolidação de um padrão de cidadania mínima (burguesa) que este trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente encontra o lugar para apoiar os interesses dos usuários, considerados na sua condições de classe trabalhadora no interior do peculiar ordenamento societário capitalista brasileiro, dependente e periférico, herdeiro da nossa peculiar formação econômica, política e social.

Para este estudo é certo também que esta contradição interdita qualquer relação direta e instantânea entre as consequências políticas deste trabalho e o conteúdo emancipatório constante no projeto ético-político vigente, mas simultaneamente, é este conteúdo emancipatório o responsável pela dimensão contra-hegemônica dos tensionamentos, enfrentamentos e recusas efetivamente realizados pelo trabalho profissional assim movido.

Conclui-se por este estudo que o trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente pode muito, mas não pode tudo. O que se fez com este estudo, foi colocá-lo em seu lugar possível.

A possibilidade de que as políticas, programas e serviços públicos ganhem conexão com a perspectiva de luta pela emancipação humana esta desprovida de condições reais, neste tempo presente. Até mesmo as melhorias conquistadas têm sido absolutamente tópicas, muito limitadas. O que se tem por seu intermédio é a resistência aos ataques do capital.

A compreensão dos limites das melhorias conquistadas (ou perdidas) trará de volta a necessária perspectiva revolucionária e anticapitalista? Ao nosso ver, ela voltará porque é uma necessidade histórica.

E enquanto ela não se põe efetiva e explícita, não as abandonemos como horizonte utópico! Não percamos a esperança de um novo mundo necessário. O capitalismo não é a forma final da sociabilidade humana, ele não é algo insuperável e

definitivo. A luta entre capital e trabalho continuará a ser travada, mesmo nestas circunstâncias tão adversas para a classe trabalhadora.

As consequências políticas do trabalho profissional orientado pelo projeto ético-político vigente guardam dependência com o movimento da luta social e não o contrário. A luta social não está subordinada à profissão de Serviço Social, o que ocorre é o inverso. A produção de resultados que atendam interesses da classe trabalhadora não é gestada exclusivamente no interior do exercício profissional, é articulada e dependente do processo histórico.

Este estudo problematizou a perspectiva emancipatória do trabalho profissional sem ilusões e sem dela abdicar. Ela não é um devaneio pelo qual se espera um dia por uma sociedade ideal. Este estudo tomou-a como realidade em seu estado potencial, como um devir histórico possível, como horizonte utópico que como tal é movente e tem protagonista – a classe trabalhadora.

Este estudo problematizou a orientação emancipatória no projeto ético-político vigente sem sectarismos esquerdistas ou ilusões românticas; o trabalho profissional sob a direção social do projeto ético-político vigente foi colocado em seu lugar possível. E o possível está inscrito na marcha inexorável da História! História da qual o trabalho profissional do assistente social é parte e expressão, mas não é dirigente, ou protagonista central. No estrito espaço da sua realização, o trabalho profissional apoia a luta da classe trabalhadora, não a toma para si; participa desta construção histórica como aliado profissional, ou como partícipe da classe trabalhadora.

Nos limites da profissão é da emancipação política que nos cabe participar, ampliar, alargar, sem qualquer ilusão revolucionária por meio disto. Queiramos diferente, deixemos a profissão no seu lugar próprio e ingressemos na militância política firme e contundente.

Encerramos retomando as epígrafes desta Tese, porque guardam coerência com que o se afirmou aqui: “a emancipação das classes operárias tem de ser conquistada pelas próprias classes operárias” e “Proletários de todos os países, unidos!”⁹⁹. A ordem em que elas foram citadas foi proposital!

⁹⁹. A primeira, constante das considerações iniciais dos Estatutos Gerais da Associação Internacional 2.

E quanto ao Serviço Social brasileiro e o trabalho profissional realizado movido por seu extraordinário projeto ético-político vigente é preciso reconhecer finalmente que seu horizonte utópico o põe em colisão direta com as determinações de sua própria existência, portanto, aponta para o seu autoextermínio. O Serviço Social consolidado como profissão na ordem burguesa não sobreviverá (assim constituído) numa sociedade emancipada.

E que venha este suicídio consciente!

E ... enquanto ele não vem: ficam esperanças, ficam campos de luta, fica a utopia movente! Utopia tal como a majestosa e sensível formulação poética de Eduardo Galeano (1940 - 2015): “Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” (2001, p. 230, tradução livre)¹⁰⁰.

Que a emancipação humana permaneça sendo a utopia movente de todos os revolucionários!

dos Trabalhadores, de 24 de outubro de 1871 e a segunda é a frase final do Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels, 1998, p. 41), escrito entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848.

¹⁰⁰. No original: “Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar”. (GALEANO, 2001, p. 230)

REFERÊNCIAS

ALENCAR JUNIOR, O. G.; SALVADOR, E. da S. Finanças, fundo público e financiamento da Seguridade Social no Brasil. *Revista.Katálisis*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 239-248, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v18n2/1414-4980-rk-18-02-00239.pdf> . Acesso em 04 set. 2020.

ALMEIDA, L. F. R. de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 112 São Paulo, Cortez, p. 689-710, dez. 2012.

ALMEIDA, N. L. T. de. *Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*. CRESS/RJ (Org.). Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p 100-111. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/cartilhas/projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais/> .Acesso aos 03/03/2020.

ALVES, G. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*. n. 15, p. 111-124, nov. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf> acesso aos 04/10/2019.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as a Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho. 2. ed. 10. reimpr., revi. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. (Org.) *A dialética do trabalho*, Escritos de Marx e Engels vol 1. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARREGUI, C. C. *Direito à moradia e à Cidade: concepções e referenciais teóricos e metodológicos para a avaliação*. In PAZ e ARREGUI (Org.) Trabalho social, territórios e moradia: a construção do direito à cidade. São Paulo: Veras Editora. 2018. p. 39-61.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. *Cadernos ABESS*, São Paulo, nº 7, edição especial. p. 58-76, 1997.

BARROCO, M.L.S.; TERRA, S.H. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. 2. reimpressão. CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. 8. reimpr. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Fundamentos de Política Social*. In MOTA, et al (orgs) *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*; ABEPSS/OPAS, 2006, p. 1-27.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica/Serviço Social, vol 2).

BOSCHETTI, I. *A equidade e justiça social podem ser alcançadas no capitalismo?* CRESS/RJ (Org.). Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 64-73. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/cartilhas/projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais/>. Acesso aos 11/07/2020.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. 4. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BORIS, F. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRANDÃO, M. de A. (Org.). *Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saberes*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. (Coleção Pensamento Radical).

BRAZ, M. *Projeto ético-político e lutas sociais: história em processo*. In SILVA, M.L. de O. (Org.) *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo. Cortez, 2019, p. 182-200.

BRASIL, MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Imprensa Nacional, novembro de 1995. Plano aprovado pela Câmara da Reforma do Estado da Presidência da República em setembro de 1995. Disponível em: www.bresserpereira.org.br/papers/1997/95-reformaDosAnos90.pdf Acesso aos 04/02/2020.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO Parecer CNE/CES 492/2001 - Homologado - Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso aos 27/11/2019.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 112, São Paulo. Cortez, p. 613-636, dez. 2012.

CASTRO, R. *A crise brasileira atual*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/a-crise-brasileira-atual/> . Publicado em 31/03/2016 Acesso aos 11/02/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso aos 14/03/2017.

CORNU, A. *Carlos Marx Frederico Engels: del liberalismo democrático al comunismo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1976. Cap. 3 Os Anais Franco-alemães. p. 342 a 501.

COSTA, M. (org). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo: Ed. UNESP; Fundação Perseu Abramo, 2011. Livro I (1929-1949) e Livro II (1950-1979).

CRESS/SP 9ª REGIÃO *Legislação Brasileira para o Serviço Social*. Coletânea de Leis decretos e regulamentos para instrumentação do/a Assistente Social. Vol 1 e 2, 4. ed. rev., ampl. e atual. até maio de 2013. São Paulo: CRESS/SP, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: um ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara, 1987.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Editora UFRJ. 2010.

FORTI, V. e GUERRA, Y. (org.) *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. 4. ed. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2013.

FREDERICO, C. *O jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)*. São Paulo: Cortez, 1985.

FURTADO, C.. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. Entrevistadores Maria da Conceição Tavares et al. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

GALEANO, E. *Las palabras andantes*. 5ª ed. Argentina, Catálogos, 2001.

GUERRA, Y, *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades*. CRESS/RJ (Org.). Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 123-135. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/cartilhas/projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais/> 29/07/2020.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 91. p. 05-33, março 2007.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Série Interpretações da história do homem vol 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos* 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. A questão social no capitalismo. *Revista Temporais*, ano 2 nº 3. Brasília: ABEPSS, jan/jul 2001-a), p. 9-32.

_____. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001-b).

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade*. CFESS. *Atribuições Privativas do/a assistente social em questão*. vol1. ed. ampl. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso aos 03/10/2019.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 120, São Paulo, p. 608-639, dec. 2014 .

IAMAMOTO, M.V. e CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; CELATS, 1982.

IANNI, O. Diplomacia e imperialismo na América Latina. *Cadernos CEBRAP* nº12. São Paulo, CEBRAP, 1973.

_____. A Questão social. In *Revista São Paulo em Perspectiva*. V. 5, nº 1, Questões Sociais. São Paulo: Fundação SEADE, jan./mar 1991, p. 2-10.

IASI, M. L. Direito e emancipação humana. *Revista do Curso de Direito*. São Paulo. Instituto Metodista de Ensino Superior. 2009. p. 170-192. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/229056592>. Acesso aos 10/10/2019

_____. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 136, São Paulo, Cortez, p. 417-438, dez. 2019.

KOSIC, K. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007-a).

_____. A emancipação política e a defesa de direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 90. São Paulo, Cortez, p. 35-57, junho 2007-b).

LUCKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In PUCSP, PEPGSS, NEAM. *Ontologia social, formação profissional e política*. Cadernos NEAM nº 1. São Paulo, PUCSP, 1997, p. 8-44.

LUCKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: estudos da dialética marxista*. Biblioteca Ciência e Sociedade vol. 11. Porto: Escorpião, 1974.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LIMA, J. P. Os aparelhos privados de hegemonia possível e impossível na sociedade contemporânea: abordagem gramsciana sobre a relação Estado e sociedade civil. *Revista Espaço Acadêmico*. nº 134.. Departamento de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Maringá, Paraná. p 97-104 jul.2012. Disponível

em:

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15739/9459>. Acesso aos 17/05/2020.

MARTINS, J. de S. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, K. *A questão Judaica*. Tradução e apresentação de Wladimir Gomide. Rio de Janeiro: Achiamé, [19--].

_____. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo, Editora Moraes, 1985.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Vol I e II. 11ª edição. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo. DIFEL. 1987.

_____. *Para a crítica da economia política*. In Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução Bruni et al. Coleção Os Pensadores 12. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Obras Escolhidas em três tomos, Trad. Barata Moura, Moscovo Editorial "Avante!". Edições Progresso Lisboa, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/10/24.htm>. Acesso aos 13/06/2020.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trabalho estranhado e propriedade privada. In ANTUNES. R. (Org.) I A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 125 -156.

MARX K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução Victor Hugo Klagsbrunn. In REIS FILHO, D. A. (org). O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p 7-41.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.

MIGUEL, L. F. *Dominação e Resistência: desafios para uma política emancipatória*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTA A. E. *Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político*. In SILVA, M.L. de O. (Org.). Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez. 2016. p 165-182.

NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. *O que é marxismo*. Coleção Primeiros Passos nº 148. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987-a).

_____. *Para a crítica da vida cotidiana*. In NETTO E FALCÃO. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987-b).

_____. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Coleção Nosso Tempo. Oficina dos Livros: Belo Horizonte, 1990.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Razão, Ontologia e Práxis. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 44, p.26-42, abril 1994.

_____. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. In Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 1 Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS (org.), p.93-111, 1999.

_____. Cinco notas a propósito da "questão social". *Revista Temporalis* ano 2 nº 3. ABEPSS. Brasília, p 41-49, jan./jul. 2001.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social In MOTA, A. E. et all (org.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006, p 1-22.

_____. Das ameaças à crise. *Revista Inscrita* nº 10. Brasília, CFESS, p. 37-40, 2007.

_____. *Liberdade: o valor ético central do código* (três notas didáticas). In CRESS/ RJ (org). Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013. p. 20-28. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/cartilhas/projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais/>. Acesso aos 14/04/2020.

_____. *Apresentação: Marx em Paris*. In MARX, K. Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015a). p. 9 a 178.

_____. (Org.) *Curso Livre Marx e Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2015b).

OLIVEIRA, F. de. Por quê política? Intervenção realizada no Fórum da Sociedade Civil na UNCTAD de 14 a 16 de junho de 2004 em São Paulo. Disponível em: https://ibase.br/userimages/francisco_de_oliveira_port.pdf. Acesso em 02/04/2020.

_____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAIXÃO, M.C. *A Instituição - Possibilidades e Limites da Atuação do Serviço Social - uma experiência na Penitenciária Feminina da Capital*. 1981. 77p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1981.

_____. *Considerações sobre a relação entre a intencionalidade e a realização do compromisso profissional posto pela intenção de ruptura no Serviço Social Brasileiro*. 1996. 214p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

_____. *A Política como Objetivação In PUCSP, PEPGSS, NEAM*. Ontologia social, formação profissional e política. Cadernos NEAM nº 1. São Paulo: PUCSP, mai/1997, p. 65-98.

_____. *Das premissas às conclusões, das intenções às ações: uma análise das respostas profissionais competentes e compromissadas em tempos adversos*. 2014. 31 p. (Anteprojeto de pesquisa) São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. Digitado.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição de rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. BIBLIOTECA NADIR GOUVÊA KFOURI. *Manual para apresentação de trabalhos Acadêmicos da PUCSP* org. Marlene Cardozo. São Paulo. Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourì. 2019.

RAICHELIS, R. *Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. in CFESS/Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Org.) *Atribuições privativas do/a assistente social em questão - volume 2*. Brasília, CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf> Acesso aos 20/04/2020.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE V. (orgs.) A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. SP: Cortez, 2018.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE Campinas UNICAMP 2007 v6 nº 6 p 127-141 – *Entrevista com Marilda Vilela Iamamoto* disponível in <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=47447&opt=1> acesso aos 14/10/2015.

REVISTA SERVIÇO E SOCIEDADE nº 136 Especial.40 anos da “virada” do Serviço Social: história, significados, desafios, São Paulo, Cortez, 2019.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, M. *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 3. Ed. Série Princípios nº 223. São Paulo: Editora Ática, 1999.

SALVADOR, E. et al. *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, V. O. *Trabalho imaterial e Teoria do Valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SIMIONATTO, I. A concepção de hegemonia em Gramsci. In *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 43. São Paulo: Cortez, 1993, páginas 108-124.

_____. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social* Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, J. B. *A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*. CRESS/RJ (Org.). Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.p 55-63. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/cartilhas/projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais/> Acesso aos 19/07/2020.

TEJADAS, S. *Igrejas neopentecostais e o Serviço Social na conjuntura brasileira: aproximações preliminares*. In Silva, M.L. de O. (Org.) Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo. Cortez. 2019. p. 135-152.

THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

TOLEDO, A. F. de. *A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

VIEIRA, Evaldo A *República Brasileira 1951-2010 de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.

VIEIRA, Z. R. *Trabalho e Emancipação Humana em Marx [os Grundrisse]*. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK M.C. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. *Revista Temporalis*,. Brasília. ABEPSS n. 3, p. 33-40 jan./jul. 2001.

_____. *O significado sócio-histórico da profissão*. In CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília (DF): CFESS e ABEPSS, 2009, p. 125-141.

_____. *Serviço Social e pobreza*. *Revista Katálisis* Editorial vol.13, nº 2. Florianópolis, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200001> acesso em 16 out.2014.

_____. *O Serviço Social e o Movimento Histórico da sociedade Brasileira*. In CRESS 9ª região. *Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea vol 1* 4ª ed. Revista, atualizada e ampliada até maio de 2013. São Paulo, CRESS, 2013, *Introdução*, p 45-62.

_____. *A dimensão política do trabalho do assistente social*, In *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 120, São Paulo, Cortez p. 677-693, out./dez. 2014.

YAZBEK M.C.; MARTINELLI, M.L.; RAICHELIS, R. *O Serviço Social em movimento: fortalecendo a profissão na defesa dos direitos*. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Especial Serviço Social Memória e História, nº 95. São Paulo, p. 5-32, 2008.